

CÍNTIA VERZA AMARANTE

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
a presença feminina na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2005-2018)**

**ASSIS
2022**

CÍNTIA VERZA AMARANTE

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
a presença feminina na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2005-2018)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestra em História (Área do Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Paulo Henrique Martinez

Bolsista: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Processo N° 130879/2020-7)

ASSIS
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

A485o Amarante, Cíntia Verza
Os objetivos de desenvolvimento sustentável: a presença feminina na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2005-2018) / Cíntia Verza Amarante. Assis, 2022.
134 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez

1. História ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável.
3. Desenvolvimento sustentável - Educação. 4. Objetivos de desenvolvimento sustentável - (ODS). 5. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Campus de Assis). Faculdade de Ciências e Letras. I. Título.

CDD 333.71

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: a presença feminina na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2005-2018)

AUTORA: CÍNTIA VERZA AMARANTE

ORIENTADOR: PAULO HENRIQUE MARTINEZ

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. PAULO HENRIQUE MARTINEZ (Participação Presencial)
Departamento de História / UNESP/FCL-Assis

Profa. Dra. ANDRÉA LUCIA DORINI DE OLIVEIRA CARVALHO ROSSI (Participação Presencial)
Departamento de História / UNESP/FCL-Assis

Prof(a). Dr(a). LIDIA MARIA VIANNA POSSAS (Participação Virtual)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / UNESP/FFC-Marília

Assis, 24 de maio de 2022

À todas as mulheres que já passaram e que passarão pela FCL de Assis.

AGRADECIMENTOS

Oito meses após meu ingresso no Programa de Pós-Graduação da UNESP, em Assis, a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia de COVID-19. A temporada de isolamento que se seguiu intensificou a já conhecida solidão da pesquisa e interferiu, como será percebido, no desenvolvimento deste trabalho. Assumo total responsabilidade das informações aqui apresentadas. Por outro lado, os combates vividos cotidianamente nesse período fizeram brilhar ainda mais o apoio que tive de pessoas fundamentais para a conclusão desta dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa por meio da Bolsa concedida. Agradeço à Faculdade de Ciências e Letras de Assis, seus servidores e docentes pelo suporte oferecido desde a graduação e na pós-graduação. Agradeço as contribuições realizadas no Exame Geral de Qualificação das professoras Dora Shellard Corrêa e Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi. Estendo o agradecimento à professora Andrea por formar banca na defesa.

Agradeço, de modo especial, meu orientador, professor Paulo Henrique Martinez, que me acompanha desde o primeiro ano de graduação. Agradeço por sempre ter me olhado com carinho e por estar atento à minha trajetória. Sua orientação crítica, exigente e inspiradora foi crucial para o desenvolvimento desta pesquisa. Graças ao seu trabalho, hoje sou o que mais gosto de ser.

Agradeço ao Laboratório de História e Meio Ambiente, nas pessoas de Bruna Gomes Reis, Carolina Manzano, Cássia Natanie Peguim, Natália Zampella e Luísa Silva Trematerra. Em momentos e maneiras diferentes o trabalho e a amizade de vocês foram muito importantes para mim.

Aos amigos que a vida me presenteou, Bruno Teixeira, Leonardo Cesar, Ingrid Mancilha, Manoel Messias e Victor Gustavo. Obrigada por me lembrar que nunca estive sozinha. Vocês são e sempre serão minha fonte de inspiração para continuar no trabalho e na vida. Agradeço ao João pelo apoio incondicional. Por entender minhas ausências e por preenchê-las com carinho, cuidado e ajuda.

AMARANTE, Cíntia Verza. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** a presença feminina na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2005-2018). 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2022.

RESUMO

A pesquisa tem como horizonte ideal os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para compreender a presença feminina na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCL). A Agenda, elaborada pelos países-membros das Nações Unidas e ratificada pelo governo brasileiro, reúne 17 objetivos e 169 metas para alcançar o desenvolvimento sustentável até 2030. A articulação entre as esferas política, econômica, social, ambiental e cultural orientam as diretrizes do documento, cujo objetivo principal é a erradicação da pobreza e a superação das desigualdades sociais. Ao longo dos anos, emergiram extensos debates sobre a inserção do conceito de gênero como uma categoria analítica no desenvolvimento sustentável e esta preocupação ganha espaço na Agenda com a definição da Igualdade de Gênero como um objetivo específico. Em suas metas são apontadas a definição de ações, nos âmbitos públicos e privados, para garantir os direitos e o bem-estar de mulheres e meninas e expandir sua participação social. Entre as estratégias, estão presentes o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Esta relação alinha as propostas da educação para o desenvolvimento sustentável, dando centralidade às instituições de ensino para a construção de valores, individuais e coletivos, pautados na sustentabilidade e na expansão das liberdades de mulheres e meninas. A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), coordenada pela UNESCO, inicia o recorte temporal desta pesquisa na medida em que considera as instituições de ensino superior como estratégicas para alcançar a Igualdade de Gênero no contexto do desenvolvimento sustentável. Tendo como metodologia de pesquisa o desenvolvimento de capacidades, analisamos o potencial da FCL de Assis como uma instituição promotora do ODS quatro (Educação de Qualidade) e cinco (Igualdade de Gênero) por meio da oferta de formação profissional em nível superior e de empregos formais para a população feminina. Concluímos que a intensa presença de mulheres na instituição e a formação de professoras para a educação básica confirmam a hipótese apresentada. Contudo, os resultados não são consequência de uma política da instituição em compromisso com a Agenda 2030, visto que poucas são as ações existentes voltadas para o alcance dos ODS.

Palavras-chave: Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. História Ambiental. Igualdade de Gênero. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

AMARANTE, Cíntia Verza. **The Sustainable Development Goals: the female presence in the Faculty of Sciences and Letters of Assis (2005-2018)**. 134 f. Dissertation (Masters in History) – São Paulo State University (UNESP), Faculty of Science and Letters, Assis, 2022.

ABSTRACT

The research has as its ideal horizon the Sustainable Development Goals (SDGs) to understand the female presence in the Faculty of Sciences and Letters of Assis (FSL). The Agenda prepared by the member countries of the United Nations and ratified by the Brazilian government brings together 17 objectives and 169 goals to achieve sustainable development by 2030. The articulation between political, economic, social, environmental and cultural spheres guide the guidelines of the document, whose main objective is the eradication of poverty and the overcoming of social inequalities. Over the years, extensive debates have emerged about the insertion of the concept of gender as an analytical category in sustainable development and this concern gains space in the Agenda with the definition of Gender Equality as a specific objective. Its goals include the definition of actions, in the public and private spheres, to guarantee the rights and well-being of women and girls and expand their social participation. Among the strategies are access to education and the job market, so that one is complementary to the other. This relationship aligns the proposals of education for sustainable development, giving centrality to educational institutions for the construction of individual and collective values, based on sustainability and the expansion of the freedoms of women and girls. The Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014), coordinated by UNESCO, begins the time frame of this research as it considers higher education institutions as strategic to achieve Gender Equality in the context of sustainable development. Using the development of capacities as a methodology of research, we analysed the FSL of Assis as an institution that promotes SDGs four (Quality Education) and five (Gender Equality) through the provision of higher-level vocational training and formal jobs for the female population. We conclude that the intense presence of women in the institution and the training of teachers for basic education confirm the hypothesis presented. However, the results are not a consequence of an institution's policy committed to the 2030 Agenda, as there are few existing actions aimed at achieving the SDG.

Keywords: Education for Sustainable Development. Faculty of Science and Letters of Assis. Environmental History. Gender equality. Sustainable Development Goals.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação entre as metas globais e as metas brasileiras do ODS 5.....	63
Tabela 2 - Comparação entre as metas globais e as metas brasileiras do ODS 4.....	66
Tabela 3 - Localização das teses e dissertações sobre os ODS na UNESP.....	71
Tabela 4 - Estudantes formados no curso de História na FCL de Assis, por sexo e período (2005-2018)	101
Tabela 5 - Defesas de Mestrado e Doutorado em História na FCL de Assis, por sexo (2011-2018).....	104
Tabela 6 - Docente ativos e inativos na FCL, por sexo (2011-2018)	106
Tabela 7 - Grau de escolaridade dos servidores técnico-administrativos ativos na FCL de Assis, por sexo (2005-2018)	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Docentes da FCL de Assis, por sexo (1958-2010)	88
Gráfico 2 – Servidores técnico-administrativos da FCL de Assis, por sexo (1958-2010)	88
Gráfico 3 – Mulheres matriculadas no ensino superior, por área do conhecimento e curso (2009 e 2012)	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

AU's – Áreas úmidas

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNODS – Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

CTI – Cooperação Técnica Internacional

CWS – Comissão das Nações Unidas sobre a Situação das Mulheres

DC – Desenvolvimento de Capacidades

DEDS – Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável

EDS – Educação para o Desenvolvimento Sustentável

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAFIA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCL – Faculdade de Ciências e Letras

GAD – Gender and Development

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU MULHERES – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Fortalecimento da Condição da Mulher

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIA – População com Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SEDECON – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SRVEBP – Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública

TH – Triple Helix

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

UNIP – Universidade Paulista

USP – Universidade de São Paulo

WID – Women in Development

WAD – Women and Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. MEIO AMBIENTE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: AS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (1990-2015)	21
1.1. Os novos temas globais	21
1.2. Desenvolvimento centrado nas pessoas: igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas	32
1.2.1. A <i>IV Conferência Mundial sobre a Mulher</i>	36
1.3. Um novo tesouro: educação e a formação feminina.....	40
1.3.1. A <i>Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável</i>	45
CAPÍTULO 2. MULHERES E UNIVERSIDADE: IGUALDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2012-2021)	48
2.1. O futuro para as mulheres e meninas na Rio+20.....	49
1.1.2. A <i>ONU Mulheres</i>	56
2.2. Educação e gênero nos <i>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</i>	59
2.2.1. Igualdade de gênero nos ODS	62
2.2.2. Educação Superior nos ODS	65
2.3. A produção científica sobre os ODS na UNESP	70
CAPÍTULO 3. A PRESENÇA FEMININA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS (2005-2018)	85
3.1. Perfil histórico da FCL de Assis.....	85
3.2. As estudantes na FCL de Assis	91
3.2.1. As estudantes de pós-graduação na FCL de Assis	103
3.2.3. Docentes e servidoras técnico-administrativos na FCL de Assis.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
FONTES	113
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A	118
APÊNDICE B	119
APÊNDICE C	120
APÊNDICE D	120
APÊNDICE E	121

APÊNDICE F	121
APÊNDICE G	122
APÊNDICE H	122
APÊNDICE I	122
APÊNDICE J	123
APÊNDICE K	123
APÊNDICE L	124
APÊNDICE M	124
APÊNDICE N	125
APÊNDICE O	126
APÊNDICE P	127
APÊNDICE Q	127
APÊNDICE R	127
APÊNDICE S	128
APÊNDICE T	129

INTRODUÇÃO

Diante das inferências acerca da finitude dos recursos naturais e sua relação com o bem-estar humano, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), surgiu como estratégia para organizar e concretizar ações em busca de um modelo que priorizasse equitativamente as esferas econômica, social e ambiental do desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi a responsável pela coordenação do Programa, cuja duração correspondeu aos anos entre 2005 e 2014. Na época, os parâmetros de convivência global que orientavam suas diretrizes, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, estavam traduzidos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODM orientaram as políticas internacionais no período de 2000 a 2015. Estabelecendo indicadores comuns aos países, teve como intenção alcançar um modelo de desenvolvimento global atento aos direitos humanos, em especial das mulheres, à preservação do meio ambiente e ao crescimento econômico. Destacou-se no acordo, o reconhecimento da educação como ferramenta central para a apropriação dos valores do desenvolvimento sustentável pelas pessoas e instituições. Por isso, a DEDS recebeu destaque no cumprimento dos 8 objetivos e 21 metas formadores dos ODM.

Encontramos vestígios do despertar desta consciência acerca do papel da educação para o desenvolvimento sustentável, ainda na década de 1990. Naquele cenário, os debates internacionais chamavam atenção para as assimetrias na distribuição das produções globais como fonte das desigualdades sociais e da degradação ambiental. A institucionalização do desenvolvimento sustentável nos acordos internacionais tratou-se da tentativa de superar esse problema por meio da ruptura do modelo de organização política e econômica global vigente.

Neste contexto, desenvolvimento sustentável apareceu como o conceito orientador das políticas internacionais do século XXI. Lançado no final da década de 1980 sob a prerrogativa da responsabilidade e solidariedade intergeracional, o desenvolvimento sustentável age como articulador das demandas do sistema capitalista para o crescimento econômico, das necessidades de preservação ambiental e diminuição das desigualdades sociais. Articula transversalmente as dimensões ambiental, econômica, social e cultural das atividades humanas.

Este novo paradigma tem em sua base a inclusão da perspectiva dos países emergentes e dos grupos sociais historicamente vulneráveis nas decisões sobre desenvolvimento e meio ambiente, com interesse de erradicar os mecanismos que os excluía dos processos de decisão e agravavam as desigualdades. Em função disso, as nações e grupos sociais precisavam do

estímulo necessário para identificar seus interesses e desenvolver suas próprias capacidades para ingressar no universo das decisões internacionais.

A nova estrutura global incorporada pelo desenvolvimento sustentável passou a trabalhar com as noções de *previsibilidade* e de *cooperação*, a fim de garantir a participação equitativa dos países na construção de sociedades inclusivas e sustentáveis. Para cumprir com estes critérios, as conferências das Nações Unidas foram mecanismos atuantes em três frentes: 1) identificação dos desafios do desenvolvimento nos âmbitos local e global; 2) construção de estratégias conjuntas para sua solução; 3) avaliação periódica dos resultados obtidos. Para o historiador Carlos Lopes, a previsibilidade e a cooperação internacional nas conferências legitimam a importância do conhecimento para a diminuição das exclusões geradas pela desigualdade em sua distribuição, acesso e partilha.¹

A estratégia de previsibilidade atual, ou seja, os parâmetros de convivência humana sob os critérios da sustentabilidade, está traduzida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Criados em 2015, a partir das avaliações apresentadas pela experiência com os ODM, os ODS são compostos por 17 objetivos e 169 metas para alcançar o desenvolvimento sustentável até 2030. A Agenda perpassa cinco eixos, também conhecido como os cinco P's, que consideram as Pessoas, o Planeta, a Prosperidade, a Paz e as Parcerias e tem como característica central a universalidade, composta pela interdependência e pela abrangência dos objetivos.

No âmbito das Pessoas, os ODS incentivam ações conjuntas entre governos e instituições para a erradicação da pobreza (ODS 1) e da fome (ODS 2), o acesso equitativo à saúde (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), a igualdade de gênero e o empoderamento feminino (ODS 5). Os consensos referentes ao Planeta consideram o acesso à água (ODS 6) e energia limpas (ODS 7), a construção de modelos de produção e consumo sustentáveis (ODS 12), o combate às mudanças climáticas (ODS 13) e a preservação da biodiversidade (ODS 14 e 15).

A Prosperidade busca a harmonia entre o crescimento econômico, social e tecnológico com a natureza por meio da oportunidade de empregos dignos (ODS 8), incentivo à indústria e a inovação (ODS 9) para o desenvolvimento urbano sustentável (ODS 11). A redução das desigualdades (ODS 10), em todas as suas formas, integra a busca pela integração equitativa de todas as pessoas para a construção de sociedades justas e sem violência, promovendo a Paz e a justiça pela ação das instituições (ODS 16). Por fim, as Parcerias são a principal ferramenta

¹ LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

para o cumprimento de toda a Agenda, exigindo a comunicação e o alinhamento de todos em busca do desenvolvimento sustentável (ODS 17), sem deixar de lado os diferentes graus de desenvolvimento e de recursos humanos e naturais de cada país.

A perspectiva dinâmica e multidimensional proposta na Agenda evidenciou a multiplicidade cultural, biológica e econômica dos países e exigiu uma metodologia de análise igualmente diversa. Em consequência desta participação dos países, sobretudo dos emergentes, as avaliações sobre o desenvolvimento passaram a ser caracterizadas em função da sustentabilidade dos resultados, reconhecendo a importância das capacidades e dos conhecimentos humanos em duas vias interdependentes. A primeira delas corresponde à identificação das necessidades e das prioridades dos países e comunidades em desenvolvimento. A segunda está relacionada à valorização do conhecimento, das pessoas, dos recursos naturais e das instituições já existentes em cada comunidade para solucionar os problemas por eles identificados.

Neste sentido, há uma mudança estrutural nos modelos de organização e avaliação internacionais, cuja base se concentra na construção e no compartilhamento do conhecimento para consolidação de uma nova cultura global sustentável, inclusiva, equitativa e participativa, possibilitada por uma educação para o desenvolvimento sustentável. Como observado por Lopes, aqueles que possuem o controle do conhecimento podem definir os valores morais que darão legitimidade às normas globais. Isso significa definir “os limites aceitáveis de exclusão”, “o gênero em relação ao trabalho e o poder” e os limites de destruição do meio ambiente.²

Esta abordagem centrada nas pessoas interpreta o desenvolvimento como um processo de “eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”.³ Por agente, entende-se

[...] alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo.⁴

Tais características estão presentes nos acordos da ONU, ressaltando as temáticas que antes estavam restritas às fronteiras nacionais, como os direitos e as liberdades das mulheres e meninas. Podemos perceber esta inserção na Agenda 21, elaborada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que reserva um capítulo específico para tratar da população feminina. Tanto da violência e da exclusão historicamente

² LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p.33

³ SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 10.

⁴ SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 33.

sofridos por este grupo e que vão na contramão das demandas do desenvolvimento sustentável, quanto do potencial transformador das mulheres.

Nos ODS, os objetivos quatro (Educação de Qualidade) e cinco (Igualdade de gênero) aplicam a necessidade primordial de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. A educação e o trabalho feminino são destacados como elementos fundamentais para que estas assumam sua condição de agente, ou seja, por meio da formação educacional e profissional desenvolvam as capacidades necessárias para se entenderem enquanto cidadãs, reconhecerem suas realidades e agirem diante delas.

A capacidade “diz respeito à auto-organização de uma sociedade e à disposição, visão, coesão e aos valores para a promoção do progresso ao longo do tempo”⁵, por isso a composição dos ODS convém como uma fonte fecunda de entendimento do modelo social do século XXI. Como as mulheres e meninas estão presentes nos documentos elaborados nas conferências das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável? Há a inserção do gênero enquanto variável para análise? As capacidades femininas são reconhecidas? Quais lugares a educação e o trabalho feminino ocupam para o desenvolvimento econômico e social?

Diante destes critérios da educação e do trabalho para garantia da liberdade e dignidade humana, as agendas internacionais recomendam uma abordagem sistêmica para a participação das pessoas, em todos os países. Esta metodologia, nos termos apresentados pelo historiador Carlos Lopes, foi denominada desenvolvimento de capacidades (DC). O DC tem em sua base a aquisição de conhecimentos, de diferentes naturezas, para garantir a identificação e a solução de problemas locais e nacionais sob a perspectiva global. Avalia os resultados em longa duração perpassando processos de reconhecimento da realidade e dos saberes locais, o empoderamento dos indivíduos e a apropriação dos conhecimentos. Esta abordagem defende a atribuição de valores próprios aos países em desenvolvimento, respeitando a diversidade cultural e valorizando as escolhas e saberes locais nas questões de cooperação técnica. Esta definição compõe a metodologia de análise aplicada neste trabalho.

Para Lopes, o DC acontece em três níveis: individual, institucional e social. A esfera individual depende prioritariamente da educação para o “desenvolvimento cognitivo dos seres humanos” e a expansão do conhecimento, proporcionando “confiança e autoestima para que possam interagir com o público”⁶. Estas habilidades refletem nas opções de emprego e no

⁵ LAND, Tony. *apud*, LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 46.

⁶ LOPES, Carlos; THEISOHN, Thomas. **Desenvolvimento para céticos**: como melhorar o desenvolvimento de capacidades. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p.135.

padrão de vida das pessoas que determinam os graus de liberdades individuais na medida em que se relaciona às aptidões e às habilidades de cada indivíduo.

O desenvolvimento institucional é uníssono às capacidades individuais e envolve os aspectos físicos, as decisões, os objetivos, os valores, a organização, a cultura, as decisões de gerenciamento e a relação das instituições com os indivíduos e a comunidade. A complementaridade destas dimensões se encontra nas funções sociais e nos efeitos das capacidades individuais e institucionais para transformação das sociedades das quais fazem parte, dispondo nas oportunidades para a atuação das pessoas e instituições.⁷

Esta metodologia tem como finalidade aprimorar as capacidades nos três níveis para que se possa enfrentar as transformações econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais ao longo do tempo e impedir que mudanças se tornem novos sistemas de exclusão social. Estas prerrogativas destacam as instituições de ensino, sobretudo superior, ao passo que as universidades são espaços da realidade histórica e política, concentram suas fronteiras de atuação no fator humano e também estão sujeitas aos processos de mudança global.⁸

A partir destas prerrogativas da educação e do trabalho feminino como exigências do novo modelo global proposto pelo desenvolvimento sustentável e da abordagem sistemática do desenvolvimento de capacidades, esta pesquisa parte da hipótese de que a Faculdade de Ciências e Letras de Assis, um campus da Universidade Estadual Paulista - UNESP, é um espaço em potencial para promover o desenvolvimento de capacidades femininas. Ao longo dos seus 63 anos, a instituição assistiu as transformações da sociedade brasileira, particularmente no estado de São Paulo, e atuou como fator de mudança por meio da oferta de formação superior e da inserção de mulheres no mercado de trabalho.

Sobre o potencial de transformação do ensino superior, em *A era dos extremos: o breve século XX*, o historiador Eric Hobsbawm⁹ chamou atenção para três fatores que modificaram a estrutura política, econômica e social nos países ocidentais. O primeiro esteve ligado ao desenvolvimento das indústrias, sobretudo nos chamados países emergentes ou de Terceiro Mundo que, gradativamente, diminuíram o contingente de trabalhadores no campo, tendo como consequência o aumento da população nas cidades.

Desta dinâmica foram desencadeadas duas ramificações que compõem os outros dois fatores observados pelo historiador. De um lado, há o aumento da demanda por melhorias na

⁷ LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 48.

⁸ FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.12-13.

⁹ HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

qualidade de vida, dos serviços oferecidos e na geração de empregos para a crescente população que chegava nos centros urbanos. De outro, a abertura de cargos que exigiam formação escolar e universitária devido a complexificação da indústria. Este último veio acompanhado pelo crescimento da alfabetização e do acesso ao ensino superior. A lacuna de profissionais qualificados para o mercado de trabalho culminou no surgimento de um novo grupo social: o dos estudantes.

Hobsbawm observou que o ensino superior foi atribuído como uma forma de ascensão social por meio da formação profissionalizante para o mercado de trabalho e o grande contingente de estudantes que vinha se formando criou a “concentração de intelectuais” como um “novo fator na cultura e na política”. O desenvolvimento do ensino superior e a chegada de estudantes de outras partes do país culminaram em transformações nas próprias cidades, na medida em que os governos “multiplicavam o número de novos estabelecimentos para recebê-los, sobretudo na década de 1970, quando o número de universidades no mundo quase dobrou.”¹⁰ Para o historiador, nos países recém-independentes, as universidades eram um símbolo da liberdade.

As ações desempenhadas pelos estudantes questionavam as dinâmicas da vida social e ansiavam por mudanças, incentivando outros segmentos, como o da classe trabalhadora, na luta por direitos. Neste cenário, encontra-se uma das principais transformações sociais do século: a presença massiva das mulheres. A abertura à escolarização feminina e às profissões liberais fortaleceram os movimentos feministas, cujos esforços intelectuais geraram uma nova “consciência de gênero” que colocou as mulheres como uma força política. Para Hobsbawm, o que mudou

[...] não foi apenas a natureza das atividades da mulher na sociedade, mas também os papéis desempenhados por elas ou as expectativas convencionais do que devem ser esses papéis, e em particular as suposições sobre os papéis públicos das mulheres [...]¹¹

As transformações observadas por Hobsbawm não escaparam ao Brasil. No Estado de São Paulo, a expansão do ensino superior foi crescente a partir da década de 1950 com a criação de faculdades isoladas pelo interior paulista. Não obstante, já havia instituições importantes no período, como a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934. O município de Assis, situado a 433 km da capital, se tornou sede de uma destas faculdades, em 1958.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 292.

¹¹ HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.306-307.

A atual Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCL) foi instalada em 16 de agosto daquele ano como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (FAFIA). Seu processo de constituição não foi um fato isolado e consolidou a cidade como um centro educacional, na medida em que já possuía grande número de escolas de educação básica. A presença de uma instituição de ensino superior trouxe transformações significativas na estrutura social do município, uma vez que, devido ao corpo docente formado para lecionar na instituição, com professores estrangeiros e recém-formados da USP, favoreceu o desenvolvimento da cultura e da consciência crítica dos ingressantes no sistema universitário paulista. Além disso, a oferta dos cursos possibilitou a formação profissional para as pessoas do interior do estado, sem necessidade de locomoção para outras regiões.

Ao formar especialistas para atuar no setor público, as principais atingidas foram as mulheres, devido a oferta de cursos para formação de professoras. O perfil da população estudantil era majoritariamente feminino de origem de famílias ricas, com maiores condições de acesso à educação básica e permanência no ensino superior. As diferentes formas de repressão às mulheres, ligadas aos valores morais e culturais, somadas à divisão sexual do trabalho, dificultavam o acesso e a permanência na universidade daquelas de baixa renda. Em sua maioria, estas mulheres mantinham-se restritas ao espaço e ao cotidiano domésticos. Tal exclusão demonstra que a expansão educacional e profissional às mulheres foi e ainda é parcial e as conquistas alcançadas foram resultados de anos de luta coletiva, consolidando a importância dos movimentos políticos e sociais das mulheres em todo o mundo.

Em decorrência destas modificações, a FCL de Assis possibilitou novas oportunidades de emprego e trabalho para a população escolarizada. Na época, as atividades econômicas do município se centravam no setor agrícola e no comércio¹² e, com a demanda de novos profissionais com educação secundária e superior, o mercado de trabalho foi se alterando, acompanhando as transformações de desenvolvimento da indústria em todo o Brasil.

O primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, professor Antônio Augusto Soares Amora, inaugurou o curso de Letras, cujo planejamento foi inspirado na USP. O segundo curso foi História, em 1963, seguido por Psicologia, em 1966 e Filosofia, em 1967. Em 1990, foi criado o curso de Ciências Biológicas, primeiro na modalidade de licenciatura e, em 1998, também em bacharelado. Em 2003, foi criado o curso de Biotecnologia.

¹² BRANT, Vinicius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. **Estudos Cebrap**, São Paulo: Cebrap, n.19, p. 37-91, 1977.

Em 2009, com o objetivo de atender as demandas de desenvolvimento econômico e científico na área, o curso foi reformulado e alterado para Engenharia Biotecnológica.¹³

A Universidade Estadual Paulista (UNESP) foi criada em 1976 como consequência da Reforma Universitária de 1968 e as faculdades isoladas passaram a ser vinculadas à universidade. A partir de então, a Faculdade de Assis se tornou um campus da UNESP e, para atender às exigências legislativas da Reforma, o curso de Filosofia foi transferido para o campus da cidade de Marília.

Acompanhando os fenômenos narrados por Hobsbawm, a expansão do ensino superior no estado de São Paulo e a criação da FCL atingiu as mulheres que já tinham acesso à educação básica. O estudo sobre a participação das mulheres na vida pública e privada confere novas dimensões ao campo de ação deste grupo social, historicamente marcado pela exclusão. Elevar as mulheres como sujeitos históricos permitiu evidenciar fatores importantes da realidade social em cada período.

Em trabalho intitulado *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros*¹⁴, a historiadora Michelle Perrot abordou reflexões sobre os micropoderes na sociedade francesa do século XIX. A segunda parte do livro destina as análises para o estudo do poder e da história no universo das mulheres. O jogo com as palavras apresentado pela autora, narra as conotações políticas entre os gêneros no período em que “poder”, centrado na figura do Estado, supõe uma posição masculina.

Colocado pela historiadora no plural, o conceito atravessa as áreas periféricas, nas quais encontram a maioria das mulheres. Para Perrot, “Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes. [...] elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil”.¹⁵ Por meio da análise da literatura e intelectuais da época, a historiadora demonstrou a influência das mulheres na estruturação da realidade social, caminhando na direção oposta da visão de que as mulheres se mantiveram passivas e sem voz no desenvolvimento das sociedades.

O campo de reflexão das mulheres e da política abarca questões como a construção do discurso do “sexo frágil” pela ciência e do “pecado original” pela religião, para legitimar a ausência de direitos e a manutenção masculina na gestão do Estado. Em contraposição, a gestão interna do lar, a educação dos filhos e sua influência no consumo são elementos que constituem,

¹³ OLIVEIRA, Fabio Ruela de. **História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (1958-1965):** Memória da formação da FCL/Unesp. 1ed. São Paulo: Scorteccei, 2021.

¹⁴ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁵ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.167.

para Perrot, o verdadeiro poder social, escondido “nos bastidores” e destinado às mulheres.¹⁶ A autora nos mostra que a história das mulheres atravessa todas as esferas do desenvolvimento de uma sociedade e, justamente por isso, qualifica parte fundamental para sua compreensão. Esta abertura fortalece a reflexão acerca dos impactos sociais que constituem a presença feminina nas instituições.

Na historiografia, o conceito de gênero acompanhou as vozes da rua a partir dos amplos esforços de historiadoras e feministas na luta pelo reconhecimento das diferenciações culturalmente construída entre os sexos. O gênero enquanto categoria de análise busca romper os padrões sociais que determinam as funções dos indivíduos ao fator biológico. Para a pesquisadora Camila de Magalhães Gomes, o gênero deve ser compreendido como uma “pergunta” que “coloca em questão os sujeitos”, “como sujeitos da cultura, como sujeitos sociais, como sujeitos históricos, como sujeitos políticos e como sujeitos de direitos”.¹⁷

Para Gomes, a articulação entre gênero, classe e raça é indispensável para analisar países como o Brasil, com histórico colonial, de experiências autoritárias, elevada concentração de renda e índices alarmantes de desigualdade social. O conceito, portanto, deve ser compreendido “como um saber localizado” e “levar em conta como essas linguagens se produzem num dado contexto”¹⁸. Esta concepção conduz a pesquisa.

Neste sentido, a análise contida nesta dissertação trabalha o desenvolvimento de capacidades para compreender a presença feminina na FCL de Assis, tendo como horizonte ideal os ODS. Para cumprir com estes objetivos, a pesquisa contém elementos de ordem qualitativa e quantitativa. Primeiramente, a fim de identificar as diretrizes sobre educação e trabalho feminino nas agendas para o desenvolvimento sustentável, foram analisados documentos e relatórios internacionais. Os dados quantitativos referentes às estudantes, docentes e servidoras técnico-administrativos foram consultados em documentação disponibilizada pela Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos da FCL de Assis e nos anuários estatísticos da UNESP.

O texto está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, discutimos como a temática de gênero e educação foi incorporada no debate sobre desenvolvimento sustentável, fortemente afirmada na década de 1990. Percebemos que o estabelecimento da pobreza como

¹⁶ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁷ GOMES, Camila de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. In. **Civitas**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 65-82, 2018. p. 66.

¹⁸ GOMES, Camila de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. In. **Civitas**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 65-82, 2018. p. 74.

causadora da degradação ambiental direcionou a atenção aos países em desenvolvimento, altamente populosos, e inseriu a vida das mulheres entre as preocupações, na medida em que sofrem com os impactos sociais e ambientais do desenvolvimento de maneiras distintas. Verificou-se que a inserção do gênero como categoria de análise no desenvolvimento sustentável fez emergir diferentes questões acerca dos benefícios e desafios para a igualdade entre homens e mulheres.

O potencial da educação superior como estratégia nos programas das Nações Unidas para a disseminação de ações e valores pautados na solidariedade intergeracional e na sustentabilidade também foi discutida neste capítulo. Destacamos o reconhecimento, nos documentos internacionais, da relação entre a educação das mulheres e a melhoria do bem-estar humano coletivo e a preservação ambiental.

No segundo capítulo, investigamos a continuidade da agenda para a igualdade de gênero mediante a crise financeira de 2008 que fortaleceu ações do mercado educacional, no caso das universidades, e o trabalho para recuperação econômica dos países. A análise do relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, demonstrou a predominância dos aspectos econômicos e os poucos avanços qualitativos para a igualdade de gênero. Estes resultados configuraram um exercício de comparação com os ODS, com o objetivo de observar as mudanças e permanências da nova agenda, em cenários distintos.

Ainda neste capítulo, verificamos o grau de apropriação da UNESP com a Agenda 2030. O levantamento de dissertações e teses que abordam os ODS mostraram poucas produções da universidade. As pesquisas encontradas têm como foco a avaliação de políticas públicas de municípios do estado de São Paulo, demonstrando casos concretos de sucessos e fracassos e o potencial mobilizador da Agenda no nível local. No entanto, a desarticulação e a baixa produção tornam o tema sem expressividade na instituição.

Por fim, demonstramos no terceiro capítulo as análises referentes à Faculdade de Ciências e Letras (FCL) de Assis, no que diz respeito à população de estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e servidoras técnico-administrativos. Qual o percentual feminino em cada uma das categorias citadas? Em comparação com índices de educação e trabalho nos níveis federal, estadual e municipal, qual a relevância da instituição? Por quais vias a FCL promove os objetivos quatro (Educação de Qualidade) e cinco (igualdade de gênero) dos ODS? Destacamos as mudanças e tendências tendo como parâmetro os três níveis do desenvolvimento de capacidades, individual, institucional e social, para responder estes questionamentos. Identificamos que o amplo contingente de professoras para a educação básica gerado pela FCL forma o eixo central da instituição para a educação e para a igualdade de gênero. Contudo, estes

resultados não estão vinculados às ações definidas pela instituição em cumprimento às exigências presentes nos ODS, mas expressam o potencial transformador da instituição quando pensados planos direcionados aos objetivos para o desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: AS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (1990-2015)

1.1 Os novos temas globais

O fim da Guerra Fria traçou uma ruptura nos paradigmas organizadores da relação entre os países e, como consequência, nos processos de identificação, planejamento e solução dos problemas globais de matriz social, econômica e ambiental. Nesta última esfera, os anos de discussões em âmbito internacional se processaram em uma dinâmica complexa que partiu de uma perspectiva técnica da conservação dos recursos naturais, para uma politização do tema, culminando na expansão conceitual da chamada questão ambiental.

A incorporação de novos temas no debate sobre meio ambiente e desenvolvimento pode ser notada desde a década de 1970 com a realização da *Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano*, realizada na cidade de Estocolmo, em 1972. Nela, líderes de governos buscaram soluções para os conflitos da época diante o cenário de intensa degradação ambiental. Os grupos se dividiam, por um lado, pela defesa da preservação dos recursos naturais e, de outro, pelo crescimento econômico gerado por sua utilização. Aquele momento deu início a uma estrutura de análise internacional que passou a considerar o desempenho econômico e social do meio ambiente na vida humana.

O cientista político John McCormick observou o período com o surgimento de um “novo ambientalismo”, cuja base se concentrava nos efeitos que os padrões de produção e consumo humanos geravam no planeta, colocando em risco sua própria existência. Os embates teóricos desse movimento, presente na Conferência de Estocolmo, visavam a transformação da ordem e dos valores sociais para diminuir a degradação ambiental.¹⁹ O fim do encontro mostrou algumas insuficiências estruturais na busca por resultados efetivos e a ausência de um consenso sobre o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico, até então opostos entre si.

No entanto, a repercussão da Conferência evidenciou os avanços conquistados no que diz respeito à construção da opinião pública. Os temas ligados ao aquecimento global, preservação de ecossistemas e os efeitos da industrialização que colocavam em risco a vida humana passaram a ser debatidos no cotidiano das pessoas através da cobertura intensa dos

¹⁹ MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

meios de comunicação, das pesquisas científicas e das publicações voltadas para o público não especializado.²⁰

Acompanhados da Revolução Social da segunda metade do século XX - diminuição drástica da população rural, aumento do número de pessoas alfabetizadas e no ensino superior, a força política desempenhada pelos estudantes, fortalecimento dos movimentos feministas, ambientalista e de trabalhadores²¹ - novos parâmetros foram sendo criados nas análises sobre os caminhos e os objetivos do desenvolvimento. Aliados, ambos culminaram na aproximação, ainda breve, dos aspectos que conectam os modos de vida humana, meio ambiente e desenvolvimento econômico na organização internacional.

Com objetivo de inserir estratégias institucionais para enfrentar as inseguranças que atravessavam a política internacional diante dos dissensos entre os países, a Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu o protagonismo na mediação dos encontros a fim de identificar os principais desafios e elaborar soluções conjuntas. Essa movimentação parte da ideia de “previsibilidade”, ou seja, de avaliação dos distintos cenários com intuito de prever seus efeitos no futuro. No caminhar dessa nova intenção, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) com o objetivo de reformular propostas comuns relativas ao meio ambiente e desenvolvimento e fomentar a cooperação internacional.²²

Como resultado, em 1987 foi lançado pela Comissão o relatório *Our Common Future*, publicado no Brasil em 1988 (Nosso Futuro Comum), responsável pela definição do novo paradigma global: o desenvolvimento sustentável. No cerne da compreensão da noção de desenvolvimento, a historiadora Cássia Natanie Peguim observou que este tem dois sentidos. De um lado está “a evolução do sistema de produção”, o “processo de acumulação e progresso técnico” para “elevar a produtividade da força de trabalho”. De outro, há a necessidade de satisfação das necessidades humanas básicas.²³

Desenvolvimento sustentável aparece, então, como unificador desses processos. A ideia expressa é resultado da ambição em articular os interesses do capitalismo global e a preservação

²⁰ LINDGREN-ALVES, José Augusto. **A década das conferências: 1990-1999**. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2018. p.75.

²¹ HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²² Fala-se em “reformular” pois já havia estudos com a intenção de estabelecer novos parâmetros nos modos de vida humano. Os relatórios *Limites do Crescimento*, publicado em 1971 e *Uma Terra Somente*, resultado da Conferência em Estocolmo, traçaram diagnósticos da época sobre as articulações - favoráveis ou contrárias - entre meio ambiente e crescimento econômico. Sobre o tema ver: PEGUIM, Cássia Natanie. **O Brasil e o desenvolvimento sustentável: Estado e recursos naturais (1992-2012)**. 170 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2021.

²³ PEGUIM, Cássia Natanie. **Meio Ambiente e desenvolvimento: a construção do debate ambiental em O Correio da UNESCO (1972-1992)**. 154 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015. p.42-43.

do meio ambiente complementarmente. O relatório definiu desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.²⁴ Como alcançar um objetivo tão amplo, dada a imensa diversidade social e cultural dos países, seus diferentes níveis de desenvolvimento e recursos naturais?

A CMMAD apontou um inimigo comum a ser combatido, cuja existência é a raiz dos problemas. A pobreza foi identificada como principal fonte de desigualdade social e desequilíbrio ambiental na medida em que “os povos pobres são obrigados a usar excessivamente seus recursos ambientais a fim de sobreviverem, e o fato de empobrecer seu meio ambiente os empobrece mais, tornando sua sobrevivência mais difícil e incerta”.²⁵

O estabelecimento da pobreza como principal obstáculo direcionou, em maior ou menor grau, aos países pobres as responsabilidades pela continuidade das perturbações sociais e ambientais. Os elevados índices populacionais, a falta de acesso à educação, saúde, moradia, saneamento básico, violência de gênero e a ausência de políticas protetivas na utilização dos recursos naturais para o crescimento econômico destinaram os países em desenvolvimento a assumirem suas “parcelas de culpa” e os posicionou no centro das políticas internacionais para o desenvolvimento sustentável.

A noção de pobreza possui um “caráter convencional”²⁶, ou seja, varia de acordo com as políticas governamentais, as determinações sociais que estabelecem tal condição, as localizações geográficas e os diferentes obstáculos que atingem grupos sociais distintos. É necessário, portanto, uma variedade na perspectiva de análise para a identificação daqueles que são considerados pobres. Isso quer dizer que, além da insuficiência material, a privação de direitos e oportunidades como o acesso à educação, ao mercado de trabalho e à participação pública também são manifestações da pobreza, cujos efeitos são percebidos na definição dos papéis sociais da população pobre.²⁷

Determinada as causas da degradação ambiental, a CMMAD organizou estratégias de desenvolvimento econômico e social visando melhorar a condição de vida da população pobre, sobretudo dos grupos historicamente vulneráveis, sob justificativa de estarem entre os agentes causadores dos problemas ambientais. Sobre a questão dos elevados índices de natalidade nos

²⁴ **COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.** Nosso Futuro Comum. 2a edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991 [1987]. p.46.

²⁵ **COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.** Nosso Futuro Comum. 2a edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991 [1987]. p. 29.

²⁶ GEREMEK, Bronislaw. Pobreza. In. **Enciclopédia Einaudi.** v.38. p.213-144, 2004. p. 213.

²⁷ GEREMEK, Bronislaw. Pobreza. In. **Enciclopédia Einaudi.** v.38. p.213-144, 2004.

países de Terceiro Mundo, a Comissão apresenta os países ricos como modelo e direcionou intervenções diretas na vida das mulheres:

O declínio das taxas de natalidade nos países industrializados deveu-se em grande parte ao desenvolvimento econômico e social. Os níveis cada vez mais altos de renda e urbanização, assim como o novo papel das mulheres, tiveram grande importância. [...] As políticas populacionais devem integrar-se a outros programas de desenvolvimento econômico e social - educação das mulheres, atendimento médico e expansão dos meios de sustento dos pobres. Mas o tempo é escasso e os países em desenvolvimento também terão de adotar medidas diretas para reduzir a fecundidade, a fim de não ultrapassarem de modo radical seu potencial produtivo capaz de sustentar suas populações. Na verdade, o acesso maior aos serviços de planejamento familiar é em si mesmo uma forma de desenvolvimento social que dá aos casais e, principalmente às mulheres, o direito de autodeterminação”.²⁸

Nessa perspectiva, os mecanismos para alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da erradicação da pobreza são colocados de duas formas: 1) através do crescimento econômico para mitigar os efeitos da ausência de bens materiais; 2) através da expansão de oportunidades sociais para inserir práticas sustentáveis, em especial para as mulheres nos países de Terceiro Mundo. No primeiro caso, a definição concreta da economia como um fator essencial para o desenvolvimento sustentável, atende aos interesses de manutenção do sistema capitalista, ao passo que o segundo permite a intervenção do Estado em conjunto com o mercado na estratégia da cooperação para o desenvolvimento sustentável.

Flávio Lúcio Vieira mostrou o alinhamento dos dois interesses através da aproximação entre o Banco Mundial e a ONU. Citando o relatório anual sobre desenvolvimento publicado pelo Banco Mundial, em 1992, Vieira mostrou que a instituição estabeleceu o combate à pobreza como justificativa da existência do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, crescimento econômico e proteção ambiental deixavam de ser uma dicotomia.²⁹

Cinco anos após a definição conceitual pela CMMAD, a ONU organizou a segunda conferência para tratar da institucionalização do desenvolvimento sustentável. A *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (Rio-92) foi aprovada em Assembleia Geral da ONU, ainda em 1988. Destacamos que se tratou da primeira grande conferência deste tema após o fim da Guerra Fria, marcando um momento importante para a consolidação do multilateralismo. Sediar a conferência significava agir como articulador e mediador internacional neste novo cenário e, nesses interesses, o Brasil se voluntariou para ser a sede do encontro.

²⁸ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2a edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991 [1987]. p.60-61.

²⁹ VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. Desenvolvimento Sustentável: a história de um conceito. Revista de História, *Saeculum*, João Pessoa, v. 10, p. 79-112, 2004. p.100-101.

O governo brasileiro visava melhorar a imagem do país diante das críticas feitas, principalmente pela mídia internacional, de seu posicionamento em Estocolmo que priorizou a utilização dos recursos naturais para enriquecimento dos países pobres e das denúncias de crimes ambientais urgentes na época. Buscava consolidar a redemocratização, se promover para sediar outros encontros internacionais, dar publicidade aos seus avanços nas áreas de proteção ambiental e garantir as possibilidades de agir como articulador no diálogo sobre a cooperação para a conservação ambiental e o crescimento econômico.³⁰ Sendo este, um dos principais interesses dos países em desenvolvimento. Em dezembro de 1989, por meio da Resolução nº44/228, a conferência foi convocada para junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro.

Neste final de século, procurava-se articular os diferentes posicionamentos entre governos, marcados pelas oposições Norte/Sul, reavaliar as dualidades entre proteção ambiental e crescimento econômico e elaborar estratégias regionais e globais para combater os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados pela pobreza. Outro fator também foi responsável pela mudança nas configurações da cooperação internacional: o fortalecimento e a participação dos movimentos de mulheres que buscavam a integração mais aprofundada de suas reivindicações articuladas às discussões globais sobre meio ambiente e desenvolvimento.

Desta movimentação, emergiram as pautas sociais na conferência do Rio de Janeiro. Concomitante ao evento oficial, aconteceu o Fórum Global no Parque do Flamengo, onde a sociedade civil e organizações não-governamentais (ONGs) debateram os mais variados temas relacionados ao encontro.

Diante da amplitude da participação civil e da consolidação das finalidades do desenvolvimento sustentável, os Estados deixaram de ser os únicos atores na formulação de propostas, inclusive naquelas resultantes da conferência. Do encontro foram ratificados os seguintes documentos: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a Declaração de Princípios sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Florestas, a Carta da Terra e a Agenda 21, firmando o compromisso político de fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

A Rio-92 foi um divisor de águas na política internacional e suas propostas deram início ao século XXI. Se, até então, as discussões procuravam alinhar meio ambiente e crescimento econômico, os documentos incorporaram mais uma categoria: a dos direitos humanos. Para José

³⁰ SACHS, Ignacy. **A terceira margem:** em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 253.

Augusto Lindgren-Alves³¹, a nova agenda social da ONU, inaugurada pela Rio-92, foi fortalecida pela ocorrência interligada de diversas outras conferências ligadas aos temas sociais na década de 1990.

O autor considera uma abertura, de fato, iniciada pela Cúpula Mundial sobre a Criança, em 1990. No entanto, as dimensões e os resultados oriundos da Rio-92 fizeram dela o grande marco do decênio. Os encontros seguintes foram a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993. A Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, em 1994. A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995. Por fim, a Conferência sobre Assentamentos Humanos, em 1996.

Anteriormente às conferências dos temas sociais, as cúpulas de debate externas aos movimentos civis não se atentavam em estabelecer consensos sobre temas relacionados ao desenvolvimento social com a consciência de que cada decisão incidiria sobre as demais questões. Esta tomada de consciência no ciclo de conferências, marcou a década 1990 como a década das Nações Unidas para os temas sociais.

O marco da modificação se tratou da globalização de questões como a condição das mulheres e crianças, moradia, educação e direitos humanos, antes restritos às políticas nacionais. Esta agenda social exigiu mudanças no próprio sistema de identificação e avaliação das Nações Unidas que passou a debater com periodicidade os temas, a fim de reavaliar e acelerar o alcance dos objetivos de melhorar a qualidade de vida das pessoas no mundo todo.

No plano institucional de organização e publicidade dos resultados obtidos nos encontros, a Rio-92 serviu como exemplo às demais conferências dos temas sociais. Em primeiro lugar, com o intuito de facilitar o acesso ao público em geral, as decisões de cada encontro foram lançadas em uma Declaração e, as estratégias para alcançá-las, definidas em um plano de ação. Conferências de revisão para analisar os avanços e garantir a participação da sociedade civil tanto nos eventos preparatórios quanto com organizações paralelas, também se tornaram parte da estrutura dos encontros.³²

Essa mudança permite perceber a alteração institucional da ONU e dos chefes de Estado, quando inseridos novos assuntos que exigem uma perspectiva transversal e de participação social para abranger as especificidades de cada país e grupo social. Inerente à incorporação de novos atores no desenvolvimento sustentável foi a avaliação das capacidades e oportunidades

³¹ José Augusto Lindgren-Alves foi primeiro diretor-geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Internacionais, delegado e coordenador da participação do Brasil nas conferências das Nações Unidas na década de 1990.

³² LINDGREN-ALVES, José Augusto. **A década das conferências: 1990-1999**. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2018.

desses grupos agirem efetivamente. Nessas análises, destaca-se a condição das mulheres e meninas como agentes importantes para a preservação do meio ambiente, para o crescimento econômico e para a justiça social.

A preocupação com as mulheres vinha se constituindo desde a década de 1970 e ganhou força nas conferências sociais devido à constatação dos benefícios, inclusive econômicos, do desenvolvimento equitativo na perspectiva do gênero. Contudo, a realidade não condiz com as propostas expressas nos documentos tendo em vista que sua inserção se deu com muito custo e as violências de gênero estão longe de acabar. O plano de ação consensual elaborado durante a Rio-92 para garantir a expansão das oportunidades e a participação da população feminina foi disposto na Agenda 21. O documento foi criado coletivamente com o objetivo de pensar cenários propícios para a execução e aceleração do desenvolvimento sustentável por meio da identificação das áreas de preocupação, estratégias de ação e dos atores sociais.

A primeira manifestação do preâmbulo da Agenda 21 demonstrou o contexto de transformação de paradigmas, com a adoção de uma perspectiva mais complexa e multissetorial dos desafios para o desenvolvimento sustentável. A sessão de abertura do documento *Dimensões sociais e econômicas* estabeleceu as premissas sociais para o crescimento econômico sustentável envolvendo a cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável nos países de Terceiro Mundo e a erradicação da pobreza. As diretrizes ressaltaram a necessidade de mudança nos padrões de consumo, proteção e garantia da saúde humana, dinâmicas sustentáveis nas análises demográficas e dos assentamentos humanos e a integração entre meio ambiente e desenvolvimento nas decisões governamentais e internacionais.

A base para a ação internacional de erradicação da pobreza parte de duas prerrogativas. A primeira é de que a crescente pobreza que assola os países é um problema internacional e, por isso, a busca pela solução deve ser conjunta. Ao mesmo tempo, há a definição de prioridade das necessidades internacionais, ou seja, a partir do diagnóstico dos problemas, capacidades, recursos e necessidades locais, deve-se pensar as estratégias globalmente. A segunda prerrogativa parte da articulação concreta entre meio ambiente, crescimento econômico e justiça social para alcançar o desenvolvimento sustentável, definida na atenção à preservação dos recursos naturais para a produção de bens materiais. Este fator se justificou pela preocupação de que a escassez da produção pudesse diminuir a oferta e, assim, agravar a

pobreza.³³ Nesta argumentação é possível perceber a manutenção da ideia de pobreza como ausência de bens materiais.

Os problemas simultaneamente gerados pela pobreza são definidos nas categorias a) recursos, b) produção e c) pessoas. Foram indicadas as áreas demográficas, os cuidados com a saúde e a educação, os direitos da mulher, os papéis sociais dos jovens, indígenas e os sistemas democráticos como diretrizes complementares. E, para isso, a participação ativa dos grupos sociais mostra-se evidente.³⁴

Tais constatações sobre a complexidade da estrutura social e econômica global e das camadas que a compõem, direcionam a natureza pragmática dos programas da ONU à expansão das liberdades das pessoas como metodologia e instrumento de avaliação do desenvolvimento. Essa perspectiva é encontrada nas ideias do economista indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel, que defende o desenvolvimento como um processo que visa expandir as liberdades das pessoas para que elas possam escolher aquilo que valorizam para sua vida. O economista faz parte do grupo de profissionais que inseriu os aspectos não econômicos na análise sobre a economia.

Para Amartya Sen, as liberdades individuais, ou seja, a oportunidade de as pessoas escolherem aquilo que desejam e valorizam, são resultado das capacidades de cada um, definidas por meio das disposições sociais como educação, trabalho, saúde, moradia, saneamento básico, lazer. O economista entende que a liberdade preenche a lacuna entre a perspectiva da “concentração exclusiva na riqueza econômica” e do “enfoque mais amplo” da qualidade de vida³⁵. A complementaridade está no argumento de que a riqueza, apesar de ser um fator importante, não é suficiente para garantir uma vida digna às pessoas, pois existem outras influências que podem impedir determinados grupos de escolher o que desejam.

Por isso, as análises focam nas pessoas, na medida em que as ações governamentais podem aumentar a liberdade dos indivíduos, mas, ao mesmo tempo, é o uso efetivo dessa liberdade que vai orientar a criação de políticas públicas. Amartya Sen define cinco tipos de liberdade que garantem a dignidade da vida humana: “liberdades políticas”, “facilidades econômicas”, “oportunidades sociais”, “garantias de transparência” e “segurança protetora”.

As “liberdades políticas”, que permitem às pessoas escolherem seus representantes políticos e participarem ativamente na fiscalização e na vida pública; as “facilidades

³³ CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001.

³⁴ CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001. p. 19

³⁵ SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 28

econômicas”, que inserem os indivíduos no sistema capitalista de produção e consumo, atentando-se para a capacidade real que a renda permite aos indivíduos participarem dessa equação e as formas de distribuição das riquezas.

As “oportunidades sociais” são aquelas referentes à educação, cultura, saúde, etc., pensadas, primeiramente, nas capacidades individuais, mas com externalidades positivas, ou seja, com efeitos benéficos à sociedade, como a diminuição dos índices de natalidade e mortalidade, de analfabetismo, doenças e aumento da participação política e econômica das pessoas. As “garantias de transparência” refletem na organização das instituições, a fim de garantir clareza na vida individual e coletiva e agir como inibidoras de corrupção e desconfianças que enfraquecem o sistema democrático.

No que diz respeito à “segurança protetora”, esta se refere às medidas institucionais que garantem segurança às pessoas para impedir que grupos vulneráveis sofram com a miséria extrema. Essas liberdades, denominadas “instrumentais”, por Sen, são as diretrizes para definir quais ações cumprir para o desenvolvimento sustentável. Os critérios que modelam cada uma das liberdades exigem a identificação da real condição de um determinado contexto por meio da participação social e a elaboração de estratégias para melhorar as pessoas, instituições e a sociedade como um todo. Nesse sentido, o desenvolvimento destas capacidades é organizado em três níveis: individual, institucional e social.³⁶

No âmbito individual, a Agenda 21 estipulou a necessidade de formação educacional para que as populações compreendam os desgastes e os limites dos recursos naturais com o objetivo de diminuir a degradação ambiental e promover o crescimento econômico, equitativo e sustentável. As considerações articularam, transversalmente, a participação das mulheres, uma vez que estabeleceu a implementação da análise de gênero como uma “variedade focal”³⁷ nas avaliações, dado que “as mulheres são um grupo especialmente desfavorecido”.³⁸

No âmbito institucional, as ações para a cooperação internacional e regional ampliaram os agentes de fiscalização nos acompanhamentos de implementação da Agenda 21 para além das Nações Unidas. Instâncias governamentais e da sociedade civil foram inseridas no processo

³⁶ LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

³⁷ Termo utilizado pelo economista Amartya Sen. Cf. SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³⁸ **CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO** (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001. p.22

de avaliação e fiscalização dos governos para o desenvolvimento sustentável³⁹, ainda que na prática os pesos de participação permaneçam diferentes.

Na perspectiva da transformação social, a primeira atividade recomendada no documento atribuiu importância fundamental em dar poder às comunidades, por meio da ação governamental e das organizações internacionais e não governamentais. As ações governamentais comportam o desenvolvimento de infraestrutura, políticas e programas para geração de emprego remunerado, acesso equitativo à saúde e à educação, em especial das mulheres e das crianças, e o incentivo ao poder de decisão das mulheres no âmbito familiar, evidenciando a complementaridade dos três níveis. Outro indicador de avaliação foi o aperfeiçoamento da coleta de dados para que as decisões atendam realmente os públicos que mais necessitam.

Nestas delimitações é possível perceber as transformações na funcionalidade do sistema internacional no tratamento dos novos temas globais. Percebeu-se que, para enfrentar os desafios no século XXI, a participação social, a igualdade de gênero, o fortalecimento do capital humano local, a apropriação dos objetivos do desenvolvimento pela população e o aprimoramento das capacidades existentes com foco na sustentabilidade são fundamentais.

No mundo globalizado, a nova função da cooperação internacional passou a se atentar para as assimetrias multidimensionais, na tentativa de desenvolver capacidades já existentes nos países pobres para minar os efeitos que sua estrutura causa ao meio ambiente, prejudica a vida das mulheres e mantém as desigualdades sociais.⁴⁰ No entanto, para a cientista social Tatiana de Amorim Maranhão há outro aspecto a ser considerado nesse processo.

Foi a absorção da abordagem das capacidades de Amartya Sen – inspiradora dos Relatórios do Desenvolvimento Humano – que permitiu a convergência política entre o Banco Mundial e as Nações Unidas, construindo a nova codificação da pobreza como a responsabilização dos pobres por sua situação, sob o enunciado da garantia das oportunidades. Essa convergência garantiu que práticas sociais defendidas por atores à esquerda (ONU) e à direita (Banco Mundial) no espectro político internacional passassem a ser regidas por um mesmo enquadramento, definido por metas sociais a serem cumpridas como promessas de desenvolvimento.⁴¹

Essa constituição encontra uma trajetória repleta de ambiguidades. Por um lado, os programas das Nações Unidas estabelecem critérios de valorização da diversidade cultural, da

³⁹ **CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO** (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001. p.22-23.

⁴⁰ LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p.21.

⁴¹ MARANHÃO, Tatiana de Amorim. Amartya Sen e a responsabilização dos pobres na agenda internacional. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, p. 13-26. p.17.

perspectiva de gênero, da consolidação dos regimes democráticos, da inserção política e econômica dos países emergentes na comunidade internacional. Por outro, estes mesmos programas são estipulados na ordem das agendas econômicas e culturais neoliberais, demonstrando seus efeitos nas políticas antidemocráticas no mundo todo.

Ao mesmo tempo em que a globalização e a constituição da comunidade internacional aproximaram as nações, também aprofundaram as assimetrias entre elas. O neoliberalismo globalizado e a deterioração das formas de viver “não monetizadas”, concretizaram a onda de privatizações sobre os bens públicos e ampliou a força do mercado, diminuindo significativamente a ação de regulamentação do Estado⁴². Estes fatores atingiram de modo particular as mulheres, devido a, já existente, desvalorização da mão de obra feminina e a rejeição do trabalho doméstico enquanto atividade econômica.

As políticas de liberalização do comércio, de desregulamentação e privatização dos investimentos internacionais concomitantes à constituição da agenda social da ONU, distinguem os valores sociais do individualismo e a discriminação, daqueles pautados na solidariedade e na cooperação expressos nos documentos. As liberdades individuais na lógica neoliberal, são definidas separadamente do espectro da sociedade. A cientista política Wendy Brown, ao analisar os reflexos do neoliberalismo para a consolidação das crescentes políticas conservadoras e antidemocráticas no século XXI, observou que a negação do social e o desmantelamento da sociedade e da política promovidas pelo neoliberalismo são a gênese do aprofundamento da violência e das desigualdades. E adicionamos o, até então, fracasso da agenda para o desenvolvimento sustentável.

No estudo sobre as teorias dos intelectuais fundadores do neoliberalismo como Friedrich Hayek e Milton Friedman, Brown reforçou a ineficiência da ideologia para a construção de sociedades justas - e, portanto, sustentáveis -, pois é justamente sob o domínio do social que as desigualdades, as formas de poder, as práticas de justiça e injustiça, os códigos do mercado e as exclusões se manifestam. Para ela, a ausência da sociedade defendida pela ideologia neoliberal, faz da liberdade “puro instrumento de poder” que legitima um tipo específico de cidadão⁴³, no qual as mulheres, sobretudo negras e pobres, não fazem parte.

No entanto, tais modificações não possuem caráter conjuntural e, por esta mesma razão, devem ser vistas de modo sistêmico. Para deslegitimar a liberdade como instrumento de poder,

⁴² BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

⁴³ BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. p. 58.

Amartya Sen entende a liberdade individual como um compromisso social, a partir do reconhecimento de “nossa condição humana comum”⁴⁴. No caso das mulheres, essa condição é privilegiada ao passo em que outros grupos sociais são beneficiados quando há investimentos para a população feminina. Reconhecendo-as como agentes de transformação social fundamentais.

Nesse sentido, Sen propõe uma alteração no enfoque sobre a vida das mulheres no desenvolvimento de uma perspectiva do bem-estar feminino para a condição de agente. Acompanhando as demandas dos movimentos feministas, o economista defende uma abordagem que dê poder às mulheres, pois, assim, a busca pelo bem-estar é alcançada e as exigências políticas, econômicas e sociais da população feminina são representadas. Além disso, o acesso feminino à educação e ao mercado de trabalho diminui significativamente as taxas de mortalidade e fecundidade nos países emergentes.

Embora trace uma solução superficial para o problema das desigualdades, sobretudo no âmbito familiar, com enfoque no acesso a trabalhos remunerados para mulheres, Amartya Sen encaminha os direcionamentos requeridos da agenda para o desenvolvimento sustentável em rejeitar a posição feminina como “receptoras passivas”, para “promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens”, bem como das crianças.⁴⁵ Alterando a codificação dos grupos vulneráveis como causadores dos seus próprios problemas.

A incorporação do gênero como base informacional para o desenvolvimento humano acompanhou as demandas dos movimentos feministas na alteração da percepção das mulheres sobre elas mesmas. A abertura às mulheres na Agenda 21, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi gradativamente construída e está sujeita a críticas.

A partir dessas considerações iniciais sobre a incorporação da perspectiva humana na questão ambiental, passaremos a discutir as diretrizes de mudança social geradas pelas e para as mulheres presentes nas agendas internacionais, no âmbito das Nações Unidas, sob o imperativo do desenvolvimento sustentável. Procuramos encontrar possíveis respostas para a seguinte indagação: Como essa perspectiva reflete na busca pela igualdade de gênero e o empoderamento das meninas e mulheres?

⁴⁴ SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 321.

⁴⁵ SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 221.

1.2 Desenvolvimento centrado nas pessoas: igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas

Um ano após a Rio-92, a física teórica Vandana Shiva e a cientista social Maria Mies publicaram o livro *Ecofeminismo*⁴⁶, uma coletânea de diversos artigos na qual discutem o significado da globalização e do capitalismo para as mulheres e a natureza. Os argumentos levantados pelas autoras correspondiam às angústias da época em que se rejeitava a ideia de que a degradação ambiental era uma consequência inevitável do crescimento econômico. Na direção de questionar o modelo dominante de desenvolvimento, as autoras buscaram debater suas bases epistemológicas, simbólicas e seus valores, no qual concluem seguir os pressupostos da colonização das mulheres, dos povos estrangeiros e da natureza.

Shiva e Mies questionaram a coexistência do patriarcado no capitalismo, culminando em um modelo econômico “patriarcal-capitalista” que influenciava diretamente nas concepções políticas sobre os objetivos e caminhos para o desenvolvimento. Ambas tecem críticas incisivas acerca do mito do crescimento ilimitado e da ótica restrita de avaliação do desenvolvimento definida pelo PIB dos países, na medida em que entendem a finalidade do crescimento econômico por si só uma consequência da exploração das mulheres e da natureza.

O principal apontamento feito pelas autoras buscou mostrar que o entendimento coletivo sobre o “progresso” e o “desenvolvimento” é moldado por um sistema de destruição e colonização que atinge de modo mais profundo a vida das mulheres. É, portanto, não apenas uma crítica econômica, mas também cultural. Precisamente, à cultura ocidental que, historicamente, atribuiu funções servis às mulheres e à natureza e as mantém até os dias atuais. A conexão entre as transformações nocivas às mulheres e a exploração da natureza é colocada como ramificação desse modelo econômico e cultural dominante da “ilusão de poder viver à margem da natureza, o exercício do poder patriarcal e da submissão da vida à exigência da acumulação.”⁴⁷

O ecofeminismo se apresentou como uma corrente filosófica a partir da aproximação dos movimentos feministas, ambientalistas e pacifistas entre as décadas de 1970 e 1980. Assim como estes movimentos, o ecofeminismo difere na concepção de diferentes autoras. De um lado, existem aproximações de uma ideia espiritual construída pelo “princípio feminino”, gerador da conexão entre a mulher e a mãe natureza, a partir do caráter sagrado da vida. Nesta

⁴⁶ MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. 2º ed. Barcelona: Icaria. 2014.

⁴⁷ HERREO, Yayo. Prólogo. In. MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. 2º ed. Barcelona: Icaria. 2014, p.7-10. p.8.

perspectiva, a mulher, também como mãe, tem acentuado interesse na preservação da natureza e na desconstrução do modelo patriarcal de desenvolvimento que as explora e coloca a vida de seus filhos em risco. É o estabelecimento da espiritualidade e a consciência da criação da vida como sagrada que possibilita a mudança de valores, sobretudo aqueles que interferem nas decisões econômicas, baseada na consagração de todas as formas de vida.⁴⁸

Por outro lado, a concepção materialista no ecofeminismo insere a crítica ao capitalismo como uma crítica ao patriarcado, na medida em que aquele nega a produção de subsistência, em sua maioria vivida pelas mulheres, como um modelo válido de produção. De uma forma ou de outra, Mies e Shiva identificam a validação da economia de subsistência como marco central da crítica capitalista, pois sua rejeição é a gênese dos problemas ambientais e sociais, sustentado pelo patriarcado. Para elas, a lógica do desenvolvimento como erradicação da pobreza localiza os pobres como aqueles que estão fora do sistema de produção capitalista, majoritariamente composto pela população feminina, criando outros fatores de opressão na vida das mulheres.

Como vimos, a concepção do desenvolvimento como um projeto para eliminar a pobreza foi construído com o propósito de alinhar os interesses econômicos e de proteção ambiental, traduzido no conceito desenvolvimento sustentável. Essa ideia culturalmente construída com ação direta do mercado financeiro cria uma falsa ideia de que a pobreza é resolvida pela aquisição de bens materiais para, então, pensar sobre a garantia das necessidades básicas. Segundo Vandana Shiva, a “origem do empobrecimento é a economia de mercado que tem absorvido” os recursos naturais e as “economias livres” - aquelas voltadas para o cuidado da família - “em prol da produção de mercadorias.”⁴⁹ A autora defende que a ideia de pobreza precisa ser contextualizada em duas categorias relacionadas: 1) a feminização da pobreza e 2) o empobrecimento do meio ambiente.

No relatório *Nosso Futuro Comum* já havia se destacado a relação entre o empobrecimento da população e dos recursos naturais. Shiva e Mies adicionam uma condição fundamental nesse processo: as alterações ambientais geradas pela pobreza interferem significativamente na vida física e psicológica das mulheres, na medida em que são delas a responsabilidade de garantir a segurança alimentar da família e trabalham no manejo dos recursos naturais.

A partir de estudos sobre os efeitos do acidente atômico em Chernobyl, por exemplo, Maria Mies observou como foi transferido às mulheres o papel de lidar com as consequências

⁴⁸MIES, Maria; SHIVA; Vandana. **Ecofeminismo**. 2º ed. Barcelona: Icaria. 2014. p.66.

⁴⁹ MIES, Maria; SHIVA; Vandana. **Ecofeminismo**. 2º ed. Barcelona: Icaria. 2014. p. 145-146.

da radioatividade e manter a segurança das crianças. A autora observou que “Os homens parecem se especializar na tecnologia, as mulheres na vida, os homens fazem guerra, as mulheres têm a tarefa de restaurar a vida depois da guerra.”⁵⁰

Esses direcionamentos encaminham para a crítica na divisão do trabalho baseado no fator biológico, onde as autoras apontam as metodologias científicas, em especial das ciências naturais e sua defesa pela neutralidade, como responsáveis. Para Shiva e Mies, a composição de uma “ciência neutra” permite decisões antiéticas que violentam a natureza e as mulheres na busca por novas descobertas e as consequências ambientais e sociais das tecnologias não são pontuadas. Ainda pensando o caso da usina nuclear em Chernobyl, os casos de má-formação de fetos e esterilidade, foram outros exemplos citados para observar os efeitos que atingiram a vida das mulheres, mas que são considerados de um ponto de vista meramente quantitativo pela ciência. Para as autoras, os aspectos psicológicos, emocionais e motivacionais são ignorados pela ciência neutra e, por isso, são geradores de opressão contra as mulheres.

As ideias apresentadas acima reforçam as dificuldades sofridas pelas mulheres para alcançar espaço e resultados que comportem seus interesses nas agendas para o desenvolvimento sustentável. Ainda que as avaliações propostas pelos países nos múltiplos encontros buscassem especificar e avaliar as diferentes formas que o empobrecimento do meio ambiente e a ausência de direitos prejudicam a vida das mulheres e meninas, essa conquista não pode ser desarticulada da luta externa que milhares de mulheres vivenciaram nas ruas e instituições.

A Seção III da Agenda 21 foi destinada ao “fortalecimento do papel dos grupos principais” com o objetivo de expandir os meios de informação de pessoas, instituições e organizações sobre os temas relacionados ao meio ambiente, sobretudo àqueles que os atingem diretamente, a fim de manter os “esforços comuns pelo desenvolvimento sustentável.”⁵¹

O capítulo que abre a seção é voltado para a expansão da participação social das mulheres com o intuito de garantir a efetividade do aparato documental das Nações Unidas sobre a populações feminina envolvendo os direitos de educação e trabalho, participação no controle da degradação ambiental, a eliminação da violência baseada no sexo e suas correlações com a proteção das crianças. As medidas institucionais sob responsabilidade governamental sobressaem as ações propostas, direcionadas em alterações estruturais com a implementação de

⁵⁰ MIES, Maria; SHIVA; Vandana. **Ecofeminismo**. 2º ed. Barcelona: Icaria. 2014. p.174.

⁵¹ **CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO** (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001. p.297.

políticas e programas que modifiquem nas práticas e no imaginário coletivo a imagem da mulher na sociedade.

Há um consenso de que a ausência de mulheres nos cargos de decisão é um fator que faz com que suas reais necessidades sejam deixadas de lado. Os objetivos institucionais visam

uma estratégia de mudanças necessárias para eliminar os obstáculos constitucionais, jurídicos, administrativos, culturais, comportamentais, sociais e econômicos à plena participação da mulher no desenvolvimento sustentável e na vida pública⁵².

Para tanto, incluem-se a avaliação dos currículos escolares com o intuito de debater a questão de gênero e o papel social das mulheres para eliminar estereótipos e preconceitos, o acesso equitativo de educação, saúde e direitos à propriedade e “considerar a possibilidade” de desenvolver medidas legislativas para eliminar as formas de violência contra a mulher.⁵³

Segundo Mary Garcia Castro e Mirian Abromovay, a abordagem do gênero nas temáticas socioambientais não deve ser vista apenas como uma forma de considerar as mulheres no processo de desenvolvimento, mas questionar seus objetivos e conteúdo⁵⁴. Nesta perspectiva, a análise sobre o desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas, em especial nas mulheres, confirma as variáveis do desenvolvimento como um processo para garantir a dignidade e qualidade de vida da população como um todo.⁵⁵

Na Agenda 21, as propostas individuais visam a formação educacional das mulheres para que elas possam ter as capacidades necessárias para exercer funções superiores, possibilitando acesso a empregos remunerados, melhores informações acerca da saúde e alimentação e assumir seu direito de opinião nas decisões relacionadas ao planejamento familiar e a divisão do trabalho doméstico.

A incorporação das diretrizes iniciadas na Agenda 21 vão ganhando maiores expressões com a institucionalização do conceito de gênero como uma categoria de análise no desenvolvimento sustentável. Sua utilização viabilizou a compreensão ampliada dos obstáculos culturalmente construídos que atingem as mulheres e expandiu a discussão acerca das lacunas expressas nos documentos internacionais com a utilização de vocabulários como “considerar a possibilidade”, sobretudo nos temas ligados à violência e aos direitos reprodutivos das mulheres que ficam condenados aos valores de cada governo.

⁵² **CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO** (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001. p. 298.

⁵³ **CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO** (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001. p. 299.

⁵⁴ CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. Brasília/DF: Cortez, 2005.

⁵⁵ SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

1.2.1 A IV Conferência Mundial sobre a Mulher

Embora já houvesse ações específicas que visassem a condição das mulheres nas áreas do meio ambiente e desenvolvimento, em 1975, estipulado pelas Nações Unidas como ano internacional da mulher, ocorreu no México a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher. A conferência marcou a “consciência sobre a gravidade da condição feminina”⁵⁶ e se desdobrou em uma série de conferências posteriores, com o intuito de incorporar nos debates sobre desenvolvimento, os problemas da violência contra a mulher e a promoção dos direitos e oportunidades para a população feminina. O encontro no México abordou como tema a eliminação da discriminação contra a mulher e seu avanço social.

O período entre 1976 e 1985 foi estipulado como a Década das Nações Unidas para as Mulheres, a fim de incentivar governos, instituições e sociedade a refletir sobre a condição da mulher em seus respectivos países. Durante o decênio, ocorreram duas novas Conferências. O segundo encontro foi na cidade de Copenhague, em 1980, com o tema “Educação, Emprego e Saúde”; o terceiro, cinco anos depois, em Nairobi, com o tema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. No contexto da Guerra Fria, o término da década dedicada às mulheres, avaliada em Nairobi, revelou um diagnóstico de poucos avanços para a igualdade de gênero, exigindo uma postura mais consistente, com medidas de caráter jurídico para a participação social das mulheres.

Neste contexto, diferentes vertentes feministas foram surgindo no cenário mundial diante das concepções técnicas alicerçadas nos interesses econômicos que havia se construído sobre o desenvolvimento. Na década de 1970, o *Women in Development* (WID - Mulheres no Desenvolvimento) e o *Women and Development* (WAD - Mulheres e Desenvolvimento) foram movimentos que buscaram questionar politicamente a participação feminina nos processos de desenvolvimento. O enfoque WID problematizava a posição das mulheres como “receptoras passivas” enquanto o modelo dominante rejeitava as funções desempenhadas por elas na agricultura e produção de alimentos e as relações de poder existentes no espaço doméstico.⁵⁷

Na duração da Década para as Mulheres, passou-se a identificar a mulher em seu valor econômico, a partir de como sua experiência de “cuidadoras” podiam melhorar a gestão dos

⁵⁶SAFFIOTI, Heleith. Enfim sós, Brasil rumo a Pequim. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.198-202, jan/mar. 1995. p. 198.

⁵⁷ BARRAGÁN, Margarita Aguinaga. et. al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.88-120. p. 92.

recursos para a economia. Nesta inserção, o enfoque WID visava mais a integração das mulheres nos sistemas de produção e consumo sem questionar a estrutura, os parâmetros e os valores desse sistema. Apenas dotaram as mulheres como mão de obra ainda não explorada nas áreas formais do capitalismo.⁵⁸

Concomitantemente, a noção proposta pelo WAD com bases marxistas entendia o grau de desenvolvimento dos países do Norte como consequência de sua exploração dos países do Sul. Contudo, ambas as vertentes focalizaram a “geração de renda para as mulheres sem contemplar as consequências que isso tinha sobre o tempo de suas vidas em termos de dupla jornada de trabalho”.⁵⁹

A partir de 1980 com o fortalecimento do “feminismo socialista”, a perspectiva do gênero passou a ser integrada como questionamento nos novos sistemas de interação globalizada e do papel das mulheres nesse processo. O enfoque *Gender and Development* (GAD - Gênero e Desenvolvimento) identificou “[...] a divisão socialmente construída entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo como base da opressão das mulheres [...]”⁶⁰ questionando as “mulheres” e os “homens” como categorias socialmente construídas de forma homogênea. A perspectiva do gênero integra, ainda, a interseccionalidade entre etnia e classe, demonstrando as diversas camadas que oprimem as mulheres.

Esta perspectiva:

Propõe a necessidade de investigar essas relações de poder em todos os âmbitos sociais e de transversalizar políticas de empoderamento das mulheres. O enfoque GAD critica a lógica hegemônica de que a mudança econômica por si só resultará em empoderamento para as mulheres.⁶¹

⁵⁸ BARRAGÁN, Margarita Aguinaga. et. al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.88-120.

⁵⁹ BARRAGÁN, Margarita Aguinaga. et. al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.88-120. p. 94.

⁶⁰ BARRAGÁN, Margarita Aguinaga. et. al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.88-120. p. 95.

⁶¹ BARRAGÁN, Margarita Aguinaga. et. al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.88-120. p. 96.

Dentro desse contexto de estratégias proporcionado pela Agenda 21, do significado social da Rio-92 e às vésperas da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, foram realizados diversos seminários no Brasil para elaborar a posição do país sobre as mulheres no desenvolvimento. Um decreto presidencial criou o Comitê Nacional, em 1993, secretariado pelo diplomata José Augusto Lindgren-Alves para organizar as consultorias, a fim de ouvir a sociedade civil e elaborar o relatório definindo a posição do Brasil para a conferência em Pequim. A socióloga Heleieth Saffioti agiu como assessora da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), auxiliando na elaboração do relatório final, avaliando os “*papers*” enviados pelas consultoras e organizando seminários.

Sua atuação permitiu compreender como se deu a preparação do Brasil para Pequim. As informações foram expostas em artigo publicado na revista Estudos Feministas cujo número lançado em 1995 reuniu artigos específicos em debate à conferência sobre a mulher daquele ano. Saffioti mostrou a composição dos seminários temáticos para debate coletivo em diferentes cidades do Brasil e sob coordenação de mulheres. Os temas escolhidos foram 1) gênero e relações de poder, tendo como relatora a cientista social Ana Alice Alcântara Costa; 2) políticas econômicas, pobreza e trabalho, sob responsabilidade da socióloga Bila Sorj; 3) violência contra a mulher, com a filósofa Sueli Carneiro como relatora; e 4) saúde e educação da mulher como reladoras Ana Maria Costa representando a saúde e Jussara Reis Prá na educação.⁶²

Para Saffioti, o relatório final elaborado pelo Comitê Nacional foi insuficiente para atender as demandas femininas devido ao caráter autoritário da escolha das consultoras, feita através de indicações que deixaram muitas especialistas do tema de fora. No entanto, é válido destacar a importância do Comitê, sobretudo no contexto da recém-restabelecida democracia no Brasil.

A Conferência de Pequim, em 1995, teve como tema central “Ação para Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Nela, o conceito de gênero é definido para a agenda internacional e tem como grande transformação o

reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliados.⁶³

Ela validou as diretrizes elaboradas na Agenda 21 referente às mulheres, fortalecendo a inserção do conceito de gênero nos debates socioambientais do local para o global. Nesse

⁶²SAFFIOTI, Heleieth. Enfim sós, Brasil rumo a Pequim. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.198-202, jan/mar. 1995. p. 198. p.200.

⁶³CONFERÊNCIAS Mundiais da Mulher. ONU Mulheres, s.d. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. Acesso em 07 de jan de 2022.

momento, há o reconhecimento de que o movimento de análise deixa de ser sobre os impactos do desenvolvimento na vida das mulheres, para a impossibilidade de alcançar o desenvolvimento sustentável sem a participação das mulheres.

Participaram do evento 189 governos e mais de 5.000 representantes de 2.100 ONGs, repetindo o ocorrido na Rio-92 com uma participação massiva da sociedade civil. Neste caso, com a forte presença de movimentos feministas. Dois documentos foram elaborados durante a conferência: a Declaração de Pequim que estabeleceu os consensos dos Estados participantes sobre as prioridades dos países para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres; e a Plataforma de Ação, com um caráter mais prático que definiu os meios pelos quais os Estados e as Nações Unidas devem cumprir os objetivos acertados. A Plataforma de Ação de Pequim é utilizada até os dias de hoje para avaliar os avanços no que diz respeito à melhoria da vida das mulheres.

A Plataforma estabeleceu que as mulheres sofrem com a negação de oportunidades e que é necessário erradicar as barreiras socialmente construídas que prejudicam suas vidas. O documento condensa propostas de trabalho aos governos participantes em doze áreas consideradas de preocupação: 1) Mulheres e pobreza; 2) Educação e capacitação de mulheres; 3) Mulheres e saúde; 4) Violência contra a mulher; 5) Mulheres e conflitos armados; 6) Mulheres e economia; 7) Mulheres no Poder e na liderança; 8) Mecanismos institucionais para o avanço das mulheres; 9) Direitos Humanos das mulheres; 10) Mulheres e a mídia; 11) Mulheres e meio ambiente; 12) Direitos das meninas.⁶⁴

A Plataforma de Ação de Pequim pode ser interpretada como uma *capacidade concreta*⁶⁵, ou seja, um instrumento que auxilia a superação das necessidades das mulheres. Este argumento pode ser justificado com a reafirmação integral deste documento durante a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada anos depois. No entanto, como veremos, o importante avanço obtido em Pequim não alcançou resultados efetivos para a igualdade de gênero, demonstrado na própria Rio+20 com ausências significativas para esta área e sendo constantemente revisada com tentativas de suprimir direitos conquistados.

Duas constatações são pertinentes neste momento: a primeira trata do reconhecimento sobre as capacidades de transformação social das mulheres para modificar suas próprias vidas, das instituições em que atuam e da sociedade em geral, conquistado por elas mesmas. A

⁶⁴ **CONFERÊNCIAS** Mundiais da Mulher. ONU Mulheres, s.d. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>> acesso em: 07 de jan de 2022.

⁶⁵ LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

segunda é de que o principal instrumento para alcançar tais transformações está no desenvolvimento das capacidades, podendo ser avaliadas nos níveis individual, institucional e social geradas pela educação. Mediante a isso, no próximo tópico, discorreremos sobre o seguinte questionamento: Como a educação de mulheres e meninas contribui para melhorar o bem-estar humano e a preservação da natureza?

1.3 Um novo tesouro: a educação das mulheres

Como vimos, os registros postulados pelos encontros internacionais da década de 1990 substituíram, ao menos teoricamente, os valores centrados no individualismo do crescimento econômico para a integração social, definida pela solidariedade intergeracional e pela cooperação técnica no desenvolvimento sustentável. Contudo, remover os ideais do papel e aplicá-los à realidade pareceu um desafio ainda mais difícil. A experiência da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria consolidaram inseguranças que enfraqueceram a implementação das transformações desejadas e exigiu alcançar mecanismos mais efetivos para modificar os comportamentos individuais e coletivos.

A solução para o problema de construir um novo modelo de vida social para o desenvolvimento sustentável foi estabelecida no âmbito da formação individual, na modificação das instituições e, coletivamente, na composição dos “cidadãos globais”, através de uma educação para o desenvolvimento sustentável. O capítulo 36 da Agenda 21 *Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável*, está situado na seção IV *Meios de Implementação*, indicando em suas orientações, o setor educacional para implementar as transformações exigidas para este novo paradigma de desenvolvimento. Considerações dispostas pela ideia de que “já que a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais.”⁶⁶

O capítulo divide as características educativas em três etapas, considerando o ensino formal, a consciência pública e o treinamento para “modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los”.⁶⁷ Reforçando as políticas, programas, prazos e prioridades nacionais, a Agenda 21 estabeleceu importância ao ensino formal para consolidar os valores do desenvolvimento sustentável nas três etapas citadas. No ensino formal pela população escolar, atravessando as

⁶⁶ FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em 3 artigos que se completam. São Paulo: Autores associados, 1989. p. 19.

⁶⁷ **CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO** (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001. p. 355.

estruturas institucionais, curriculares e de gestão na etapa de treinamento dos profissionais, resultando na consciência pública.

A articulação da educação para a igualdade de gênero está na educação básica. Esta como um direito universal para “compensar” a “falta de oportunidades que têm as mulheres de receber ensino básico” e equipará-las, em níveis de alfabetização, aos homens, seja pelo ensino formal ou informal. Para tanto, reconheceu-se a importância da cooperação internacional e o papel das organizações não governamentais (ONGs) para suprir as “disparidades econômicas, sociais e de gênero” que possam impedir a formação com ênfase nas relações entre meio ambiente e desenvolvimento.⁶⁸

Neste rol de aprovações referenciadas aqui pela Agenda 21 e a Declaração de Pequim, em 1996 foi lançado o relatório para UNESCO elaborado pela Comissão para Educação no século XXI, intitulado *Educação: um tesouro a descobrir*. Sob coordenação do economista Jacques Delors, o relatório buscou lançar ideias a fim de organizar as práticas do desenvolvimento sustentável na promissora perspectiva da educação. O nome escolhido para o relatório indicou a motivação da Comissão em reunir esforços para endossar as práticas de educação para o desenvolvimento sustentável em “descobrir” esse “tesouro” ainda pouco explorado.

Neste relatório foram dispostos o modelo de sociedade global desejado no âmbito da UNESCO a ser implementado através das instituições de educação formal e não formal. A primeira parte “Horizontes” evidencia com clareza a mudança estrutural e simbólica nos meios de organização e cooperação internacional para “partilhar valores e um destino comuns”⁶⁹ a todos os países. Fruto do contexto da época e da instituição no qual estava direcionado, o relatório parte da constatação de que o fim do século XX estava marcado pela “interdependência planetária”, iniciada pela globalização da economia, mas percebida em outros aspectos como a migração, a degradação ambiental e a diversidade cultural, atingindo também os planos político, científico e cultural. Sendo assim, o relatório expressa a ausência de uma organização conjunta entre os países como inviável.

As evidências do contexto global mostraram constantes paradoxos entre o crescente sentimento de paz e de governos inclinados aos regimes democráticos, atentos às desigualdades sociais, principalmente aquelas ligadas ao gênero como vimos através das conferências; ao

⁶⁸ CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001. p. 356.

⁶⁹ DELORS, Jacques (coord), **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI, São Paulo: Cortez, 1997 [1996], p. 49.

mesmo tempo em que o sentimento de insegurança dada às inconsistências da economia mundial, a construção de um estilo de vida padronizado, os meios de comunicação e o crescimento das desigualdades, destacavam o medo e a exclusão daqueles que ficavam de “fora” das dinâmicas internacionais.

Com o propósito de fazer cumprir os paradoxos criados pela composição de uma agenda global comum, compensando, ao mesmo tempo, a população, os recursos naturais, a cultura e as políticas locais, a Comissão buscou “transparecer de modo bem claro” a responsabilidade das políticas de educação “na edificação de um mundo mais solidário”, de “um novo humanismo” que “deve ajudar a nascer”. Tudo isso através da “compreensão das relações que ligam o ser humano ao seu meio ambiente”, reorganizando as instituições de ensino e currículos escolares para uma “visão em conjunto” e, a partir da consciência individual das raízes de cada cidadão, “dispor de referências que lhe permitam situar-se no mundo” e respeitá-las como são.⁷⁰

Em seu papel de auxiliar os indivíduos a compreender o mundo e o outro e, assim, a si mesmo, o modelo de educação proposto no relatório buscou mudanças estruturais na forma de ver a participação das mulheres, em como elas mesmas se veem e as capacidades que elas têm de participar dos espaços que desejam. Mantendo a perspectiva do desenvolvimento humano, a educação das mulheres é a “alavanca essencial do desenvolvimento”⁷¹ por dois motivos principais.

O primeiro deles está relacionado aos fatores demográficos dos países em desenvolvimento, cujos índices de analfabetismo são majoritariamente mais altos para as mulheres. A segunda razão diz respeito à ruptura do “ciclo da pobreza”. O ciclo da pobreza é um indicativo dos benefícios coletivos do investimento em educação e trabalho para as mulheres. Faz referência às mães analfabetas, cujas filhas, também analfabetas, mantêm o ciclo de se casarem jovens e terem filhos, permanecendo em situação de pobreza, analfabetismo, desemprego e elevados índices de natalidade e mortalidade precoce.

Este ciclo existe, ainda, nas economias de subsistência, no qual o impedimento do acesso à educação, à saúde e à proteção das mulheres é oriunda da divisão sexual do trabalho que condiciona as mulheres à carga de trabalho superior, muitas vezes sem remuneração. Nestas

⁷⁰DELORS, Jacques (coord), **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI, São Paulo: Cortez, 1997 [1996], p. 47-49.

⁷¹DELORS, Jacques (coord), **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI, São Paulo: Cortez, 1997 [1996], p. 76.

condições, as filhas são responsáveis por auxiliar as mães nas tarefas domésticas e, por vezes, deixam de ir à escola, ficando em desvantagem em relação às crianças do sexo masculino.⁷²

Nesta perspectiva, o relatório sistematiza as finalidades da educação para o desenvolvimento sustentável baseadas no bem-estar humano como fator integrador do “fornecimento de bens e serviços aos desfavorecidos” e a ampliação das potencialidades humanas livres do utilitarismo da economia. Destacando a importância da educação básica e do trabalho para composição de uma sociedade livre de exclusões, principalmente das mulheres, e que estimule as capacidades locais.⁷³

Os currículos escolares são estratégias importantes para a consolidação destas diretrizes, no qual coloca-se a necessidade de uma “abordagem multidisciplinar”, envolvendo as três dimensões do desenvolvimento sustentável, de acordo com as necessidades locais de cada país ou comunidade. Nesta direção, no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), lançados em 1997, instituíram os Temas Transversais entre os quais estão presentes os temas de meio ambiente e as relações de gênero.

A estrutura de temas transversais disposto nos PCN propôs uma reformulação tanto no conteúdo quanto na abordagem curricular para a educação formal. A institucionalização de assuntos cuja relevância está no encaminhamento das discussões para o cotidiano, tratou-se de uma tentativa de integrar o currículo com as experiências pessoais dos estudantes e com a realidade escolar. A substituição por processos educacionais que envolvessem os conhecimentos locais foi estratégia para o desenvolvimento da cidadania a partir do envolvimento e da participação ativa dos estudantes com o meio.

O tema transversal *Meio Ambiente* previa o estudo das interações entre seres humanos e natureza por meio de análises que incorporassem as relações sociais, de trabalho e cultura. No entanto, em nenhum momento é encontrado no documento referências às especificidades de gênero ou à condição das mulheres, demonstrando a insuficiência de uma abordagem holística sobre a questão ambiental. A prerrogativa da solução dos problemas socioambientais estarem amparadas por meio de uma postura participativa da sociedade, levanta questionamentos, em uma perspectiva histórica, acerca da construção de espaços que possibilitam a participação ativa das mulheres e o exercício da cidadania. Entende-se que a educação para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável não pode escapar de análises dessa natureza, uma vez que a

⁷² DELORS, Jacques (coord), **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI, São Paulo: Cortez, 1997 [1996], p. 78-80.

⁷³ DELORS, Jacques (coord), **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI, São Paulo: Cortez, 1997 [1996], p. 80-84.

superação dos desafios evidentes no século XXI exige uma mudança de comportamentos e valores.⁷⁴

A soma dessas diretrizes orientou a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em setembro de 2000, líderes dos países membros das Nações Unidas se reuniram em Nova Iorque, para debater e reafirmar os compromissos para o desenvolvimento sustentável no marco inicial do novo milênio. Os princípios e valores para composição das relações entre os países se baseiam na liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e na responsabilidade comum.⁷⁵ O objetivo era traduzir estes valores em ações efetivas.

Deste encontro resultou a Declaração do Milênio, na qual foram reunidas as principais áreas para se alcançar o desenvolvimento equitativo e sustentável, culminando nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: 1) acabar com a fome e a miséria; 2) educação básica de qualidade para todos; 3) igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

No próximo tópico, discutimos como a educação foi estabelecida como central nas estratégicas para cumprir com estes novos objetivos.

1.3.1 A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável

No marco inicial dos ODM, é realizado em 2002 na cidade de Joanesburgo, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10. Nela foi aprovada a necessidade de criação de uma Década das Nações Unidas para a educação, uma vez que já havia o consenso de que é através dela que seriam alcançadas as transformações desejadas. A década, com duração de 2005 a 2014, serviu como uma estratégia para efetivar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em consonância com a Agenda 21.

⁷⁴AMARANTE, Cintia Verza. Educação Ambiental e gênero: a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. In: **XXV Encontro Estadual de História**. Anais. São Paulo: ANPUH-SP, 2020. Disponível em: <<https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/anais/trabalhos/trabalhosaprovados#C>>. Acesso: 07 de jan de 2022.

⁷⁵NAÇÕES UNIDAS, **Declaração do Milênio**, 2000. Disponível em <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>> acesso em: 07 de jan. de 2022. p. 3-4.

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) foi instituída em 2002, pela Assembleia Geral da ONU através da Resolução nº57/254, que estabeleceu à UNESCO a responsabilidade de coordenar o Programa e criar um plano de implementação que ressaltasse o papel da educação para promoção do desenvolvimento sustentável. As ações institucionais foram as primeiras a serem desenvolvidas. Em 2006, a UNESCO criou um grupo de referência para auxiliar a Secretaria da Década a partir de pesquisas e elaboração de materiais educativos.⁷⁶

Os eixos temáticos da Década consistiam na cidadania, nos valores comunitários, na diversidade, na sustentabilidade, na qualidade de vida e na justiça social. No plano de implementação do Programa, elaborado pela UNESCO, chamamos atenção para a Seção II do documento, intitulada *Atores e Estratégias*, onde são apresentados os atores responsáveis pela implementação da DEDS e seus respectivos objetivos. Observamos que as ações institucionais são predominantes para a efetividade das metas propostas.

Quando se fala nos aspectos institucionais, estes não estão restritos apenas às instituições em si, mas pode se referir tanto ao ato de instituir algo quanto a uma organização ou estabelecimento criado com um propósito específico; ao edifício onde essa organização está situada; ou a um costume estabelecido; uma lei; ou uma relação em uma sociedade; ou comunidade.⁷⁷

Como observado por Amartya Sen, os indivíduos vivem e atuam em um mundo de instituições. Ou seja, as oportunidades e perspectivas dependem crucialmente da existência de instituições e do modo como elas funcionam. Na perspectiva do desenvolvimento como liberdade, não apenas as instituições contribuem para as liberdades das pessoas, como também seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições.

São as instituições que proporcionam a estrutura para que as capacidades individuais se conectem e possam atingir objetivos que excedem a capacidade de uma ou de até várias pessoas. Também oferecem continuidade e atuam como um repositório de conhecimentos e experiência, diminuindo a dependência de indivíduos, ao mesmo tempo que facilitam o acesso ao conhecimento. A importância institucional para a efetividade da DEDS dependeu da existência dessas instituições apontadas no documento, mas também do modo como estas instituições funcionam, como elas se apropriam dos valores da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e criam relações sociais pautadas na sustentabilidade.

⁷⁶ GADOTTI, Moacyr. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. p. 20.

⁷⁷ SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Para as ações, o documento não estipulou instrumentos, portanto os meios foram determinados pelas próprias instituições de acordo com o que elas entenderam como correspondente à finalidade da década. Isso nos três níveis, não apenas no institucional. Portanto a aplicação do conceito de desenvolvimento de capacidades, parece bastante pertinente nesse cenário, uma vez que a cooperação, a apropriação, o respeito aos direitos humanos, a igualdade de gênero, a justiça social e a preservação ambiental, constitutivos do desenvolvimento e finalidades da década encontram fatores externos e internos que muitas vezes impedem o alcance dos resultados.⁷⁸

O plano de implementação criado pela UNESCO, exigiu, direta e indiretamente, o desenvolvimento institucional, no seu sentido amplo. E seus aspectos correspondem à avaliação da ética empresarial, dos governos democráticos, o grau de participação dos cidadãos, os instrumentos de expansão de capacidades, tais como o mercado de trabalho, em especial a inserção de mulheres, o direito de participação econômica, o combate ao trabalho infantil.

Diante de tais constatações, procuramos demonstrar a incorporação da perspectiva do desenvolvimento enquanto um processo de transformação social, especialmente na vida das mulheres e meninas. A trajetória do estudo se concentrou na ampliação das preocupações da chamada questão ambiental para o desenvolvimento humano, envolvendo, entre outros, o desafio da igualdade de gênero. Embora compreenda uma abrangência muito maior do que o tratamento especificamente das mulheres, estas preocupações vão circular nos documentos internacionais sob a nomenclatura *gênero*.

Podemos perceber que novos elementos foram incorporados e que a educação em geral e as instituições de ensino, em particular, são linhas de frente na consolidação do desenvolvimento sustentável. Durante a DEDS, os países do ocidente foram atingidos pela crise econômica de 2008 que aprofundou ainda mais a ausência de investimentos públicos nas áreas sociais e reforçou a necessidade de crescimento econômico, determinando o fracasso das agendas construídas.

O mundo após a crise foi revestido de novas estratégias na busca pelo conhecido desenvolvimento sustentável. Neste cenário, no próximo capítulo buscamos responder: após a crise de 2008, como se manteve a agenda para igualdade de gênero no desenvolvimento sustentável, iniciada na década de 1990? Como esse tema se configurou na nova agenda com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

⁷⁸ UNESCO, **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)**. Documento Final Plano Internacional de Implementação, Brasília: UNESCO, 2005.

CAPÍTULO 2: MULHERES E UNIVERSIDADE: EDUCAÇÃO E IGUALDADE DE GÊNERO NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2012-2020)

As diretrizes que orientam as medidas de educação e igualdade de gênero para o desenvolvimento sustentável atualmente estão traduzidas no documento *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Conhecida como Agenda 2030, os desafios a serem enfrentados pelos governos, empresas e sociedade civil formam 17 objetivos⁷⁹ e 169 metas globais, envolvendo as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram lançados pela Organização das Nações Unidas em setembro de 2015, em Nova Iorque, Estados Unidos. Líderes de governos e altos representantes da cúpula deliberaram a Agenda determinando a programação para início em primeiro de janeiro de 2016. Os ODS, em sua totalidade, reúnem os extensos documentos, abordados anteriormente, com decisões, reavaliações e renovações da comunidade internacional no compromisso com o desenvolvimento sustentável, somando a tentativa de preenchimento das lacunas ali encontradas.

A base dos ODS se concentra no lema “não deixar ninguém para trás”, indicando nas avaliações a persistência das assimetrias entre países e grupos sociais na distribuição e no acesso dos benefícios do desenvolvimento sustentável. As estratégias para o pós-2015 encontraram um cenário de crescimento da desigualdade social, da pobreza, da violência contra a mulher e do fortalecimento de discursos e políticas autoritárias em todo o mundo.

Cinco eixos modelam os objetivos e metas que se articulam transversalmente: 1) pessoas; 2) planeta; 3) prosperidade; 4) paz; 5) parceria. O primeiro eixo indica o principal objetivo, cujas diretrizes se encaminham para a erradicação da pobreza em todas as suas formas. A avaliação da pobreza como geradora das desigualdades, da degradação ambiental, da violência, da ausência das necessidades básicas dos seres humanos, como vimos no capítulo anterior, desloca a atenção para as pessoas. Ou seja, os indicadores são as capacidades e o grau de liberdade dos indivíduos em viver a vida que desejam.

⁷⁹ São eles: 1- Erradicação da pobreza; 2- Fome zero e agricultura sustentável; 3- Saúde e bem-estar; 4- Educação de qualidade; 5- Igualdade de gênero; 6- Água potável e saneamento; 7- Energia limpa e acessível; 8- Trabalho decente e crescimento econômico; 9- Indústria, inovação e infraestrutura; 10- Redução das desigualdades; 11- Cidades e comunidades sustentáveis; 12- Consumo e produção responsáveis; 13- Ação contra a mudança global do clima; 14- Vida na água; 15- Vida terrestre; 16- Paz, justiça e instituições eficazes; 17- Parcerias e meios de implementação.

A preservação e recuperação dos ecossistemas do Planeta Terra e dos recursos naturais, a cooperação internacional para a efetividade das ações e o desenvolvimento econômico e social distribuídos nos 17 objetivos, conectam a dimensão das capacidades e do desenvolvimento humano com a técnica e a sustentabilidade. A universalização dos ODS na maneira como são interdependentes entre si, a forma como buscam compreender os diferentes aspectos da vida humana e não humana e a exigência de construção conjunta e participativa no desenvolvimento, modelam uma Agenda com intenções democráticas.

Nesta perspectiva de valorização da condição humana, a participação das mulheres e meninas ganham relevo na Agenda na medida em que não é possível “aproveitar o potencial humano” se os direitos e oportunidades são negados à metade da população mundial.⁸⁰ A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas além de compor o quinto objetivo, disposto em nove metas, é proposta como uma leitura transversal aos demais objetivos.

O entendimento da importância de promover o acesso à educação, à moradia, à saúde sexual e reprodutiva, o direito à propriedade, a preservação dos recursos naturais, a alimentação saudável, o cuidado de crianças e idosos, as práticas e conhecimento tradicionais e, ao mesmo tempo, combater a violência urbana, rural e doméstica, a desvalorização do trabalho informal e não-remunerado e o “ciclo da pobreza”, são evidenciados, em grande escala, na vida das mulheres e meninas.

Estas intenções são combinadas à finalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), iniciada em 2000 com término em 2015. Portanto, o processo de elaboração das novas diretrizes do desenvolvimento sustentável para os próximos quinze anos teve duas premissas: 1) avaliação dos avanços obtidos desde a criação da Agenda 21, dos ODM no qual a DEDES foi estratégica; e 2) identificação das lacunas que ainda precisavam ser preenchidas.

2.1 O futuro para as mulheres e meninas na Rio+20

No que se refere aos processos construtivos para a igualdade de gênero nos ODS, destacamos a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, cuja avaliação final culminou na elaboração inicial da agenda pós-2015. Realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, o encontro ficou popularmente

⁸⁰ NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2016. p.8.

conhecido como Rio+20 por marcar os vinte anos após a Rio-92. A proposta do governo brasileiro para sediar este encontro foi aprovado durante a 64^o sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, ainda em 2009⁸¹.

Assim como em 1992, o Brasil buscava agir como articulador e mediador dos debates internacionais, a fim de garantir visibilidade em seus interesses, sobretudo após a formação do BRICS⁸² que reativou o destaque do país nas variáveis sobre crescimento econômico e cooperação internacional. No entanto, os vinte anos que separaram as conferências marcaram contextos diferentes. Na Rio-92, a participação brasileira buscou demonstrar sua consolidação democrática mediante as Nações Unidas, o fim da Guerra Fria dotava de novos “ares” a cooperação e o multilateralismo. A inclusão de países emergentes como membros da ONU ampliou o panorama de discussões internacionais agregando novas perspectivas para o desenvolvimento através de uma cooperação técnica participativa, sustentável e equitativa.

Em 2012, o cenário de otimismo foi abalado pela crise econômica de 2008 que evidenciou as insuficiências dos programas de desenvolvimento, pois até ali havia “entregado” uma população global cada vez mais desigual e o aumento progressivo da pobreza e da violência era evidente. A Rio+20 foi imersa no contexto da crise econômica, cujos vestígios foram percebidos na preocupação dos líderes de governos, sem descartar seus interesses eleitorais, em evitar qualquer manifestação no encontro que representasse medidas para desaceleração do crescimento econômico, uma preocupação que sempre esteve presente nos debates sobre meio ambiente. Pelo contrário, eles buscavam resistência e soluções concretas para a recuperação econômica e social sustentável.⁸³

O nome da conferência pode ser visto como um indicativo da consolidação do desenvolvimento sustentável no vocabulário e na política internacional. A utilização do conceito substituiu a noção de um antagonismo percebido com a separação das palavras *meio ambiente* e *desenvolvimento* no título da conferência anterior que faz referência. No entanto, a sensação de se ter encontrado o equilíbrio econômico, ambiental e social com a institucionalização do desenvolvimento sustentável foi breve. O contexto permeado de frustrações resultou na inserção de novas estratégias e conceitos como o da *economia verde*.

⁸¹ **SOBRE** a Rio+20. disponível em <<http://www.rio20.gov.br/>>. Acesso em 03 de jun de 2021.

⁸² Ideia proposta pelo economista Jim O’Neill representa o agrupamento de países emergentes formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul em relação ao desenvolvimento econômico.

⁸³ MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 257-293, 2016.

Centrado nos critérios estabelecidos para o desenvolvimento sustentável, a Rio+20 teve como objetivo revisar os acordos e avaliar os avanços obtidos desde 1992, bem como reafirmar os compromissos já consolidados. Para isso, o consenso foi o estabelecimento da “economia verde” como uma estratégia adicional do desenvolvimento sustentável e não sua substituição. Para a filósofa e socióloga Camila Moreno, a lógica da economia verde é moldada em uma “cultura consumista”, na qual quem pode pagar, pode poluir e, por isso

[...] as políticas ambientais e climáticas já não se baseiam em direitos humanos e coletivos, mas consideram os cidadãos, antes de mais nada, como consumidores, e o direito de contaminar e degradar o ambiente, como mais uma mercadoria, levando com isso a que os direitos passem a ser um novo ramo de provisão de “serviços” a cargo do mercado.⁸⁴

Assim, o que antes eram direitos como a educação e o trabalho, passam a ser serviços oferecidos pelas empresas e comprados pelos Estados.

Para Moreno, esta nova condição, centrada nos resultados econômicos colocou os governos na natureza de empresas e gerou a despolitização dos temas sociais. A autora conclui que a aplicação do conceito “economia verde” para “atualizar” o desenvolvimento sustentável indicou a crise ambiental e as desigualdades sociais, não como problemas políticos e ideológicos, mas como uma “falha de mercado” a ser superado por uma “economia correta”⁸⁵. Ou seja, nessa perspectiva, a permanência e aprofundamento dos problemas identificados, foram causados pelo mau uso da economia e, por isso, sua solução também deve ser econômica.

Falha esta a ser resolvida pelo Estado. Moreno observou que a promoção de um “crescimento verde” se concentra na articulação dos Estados nacionais como “criadores e indutores da demanda” e “como consumidores em escala”. Os Estados estabelecem seus próprios “critérios verdes para as licitações públicas” e “promovem as parcerias público-privadas para garantir os investimentos” que não geram renda imediata para os “investidores privados”.⁸⁶ Em outras palavras, a implementação da economia verde exige, necessariamente,

⁸⁴ MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 257-293, 2016. p.269.

⁸⁵ MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 257-293, 2016. p. 278.

⁸⁶ MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário**: debates sobre

a participação dos Estados, na medida em que necessita de alterações legislativas e jurídicas. Neste domínio ideológico, a parceria público-privada é praticamente obrigatória.

A justificativa encontrada para a indicação da economia verde nas políticas nacionais parece ser dotar de otimismo a realidade de fracassos dos últimos vinte anos. Apenas com um teor de recomendação, o Relatório dá a liberdade para que os países escolham ou não a economia verde, mas os encorajam, defendendo sua implementação dada a capacidade de

[...] contribuir para a erradicação da pobreza e para o crescimento econômico sustentável, reforçar a inclusão social, melhorando o bem-estar humano, e criar oportunidades de emprego e trabalho digno para todos, mantendo o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra.⁸⁷

E, com isso, melhorar o bem-estar das mulheres e das crianças, mobilizar o potencial da população feminina para que sua contribuição para o desenvolvimento seja igualitária, através da geração de emprego para mulheres, jovens e população pobre. Para que a inserção desta parte da população “excluída” no mercado de trabalho seja possível, reconhecem a importância da educação para a capacitação de mão de obra para os serviços necessários e a oferta de “proteções sociais e sanitárias” aos trabalhadores. Pode ser justificada esta preocupação na medida em que pessoas doentes e inseguras são menos produtivas.

O relatório final da conferência foi intitulado *O futuro que queremos* e confirmou o “compromisso político com o desenvolvimento sustentável”, perpassando as necessidades de crescimento e estabilidade econômica, equidade social e proteção do meio ambiente. Cristalizou a mentalidade do seu tempo de superação da crise econômica, concentrando como solução a economia verde “no contexto do desenvolvimento sustentável e para erradicação da pobreza”.⁸⁸

O relatório é composto por seis capítulos. Os dois primeiros são “Nossa visão comum” e “Renovação do compromisso político”, respectivamente, e reforçam as conceituações do desenvolvimento sustentável na perspectiva do desenvolvimento humano. Destacam amplamente as contribuições positivas da iniciativa privada para melhorar a qualidade de vida das pessoas, definindo como objetivo do desenvolvimento

pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 257-293, 2016. p. 259.

⁸⁷ **DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)**. O futuro que queremos. Rio de Janeiro, Revisão: Julia Crochemore Restrepo, 2012. p. 11.

⁸⁸ **DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)**. O futuro que queremos. Rio de Janeiro, Revisão: Julia Crochemore Restrepo, 2012.

[...] a necessidade de alcançar a estabilidade econômica e o crescimento econômico sustentável, de promover a equidade social e a proteção do meio ambiente, reforçando simultaneamente a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, e oferecendo as mesmas possibilidades a todos, bem como protegendo e garantindo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança para a realização plena de seu potencial, inclusive através da educação.⁸⁹

No que diz respeito à participação das mulheres, o relatório “reconhece” sua importância para alcançar o desenvolvimento sustentável, reafirmando o compromisso de “assegurar à mulher os mesmos direitos, acessos e oportunidades de participação e de liderança na economia, na sociedade e nas decisões políticas que são assegurados ao homem”.⁹⁰

O capítulo cinco “Quadro de ação e acompanhamento” descreve as áreas temáticas e questões transversais que “preenchem as lacunas” até ali observadas. As colocações para melhorar a qualidade de vida das mulheres são restritas à inserção destas no mercado de trabalho. As fronteiras se moldam à renda, por si só, como solução dos problemas de exclusão, violência e dominação. A educação das mulheres não é atribuída como um fim, visando o desenvolvimento das habilidades individuais para o trabalho intelectual, liderança, coletividade, mas na ampliação de seus potenciais como um meio para o desenvolvimento econômico, ou seja, apenas como elementos que constituem o processo de produção.

Esta argumentação é confirmada pela ausência de medidas concretas que vão além da mera “valorização” da economia do cuidado e do trabalho doméstico, massivamente composto pelas mulheres. Os aspectos ligados à área temática do emprego pleno e produtivo, trabalho digno universal e das proteções sociais, o relatório descreve

Reconhecemos também que o trabalho informal não remunerado, realizado principalmente por mulheres, contribui substancialmente para o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, nos comprometemos a trabalhar no sentido de criar condições de trabalho seguras e decentes, com acesso à proteção social e à educação.⁹¹

Em 2013, o Instituto Equit lançou o livro *As mulheres na Rio+20*, uma coletânea com trabalhos de especialistas das áreas de gênero discutindo temáticas que estiveram em pauta na

⁸⁹ **DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)**. O futuro que queremos. Rio de Janeiro, Revisão: Julia Crochemore Restrepo, 2012. p. 4.

⁹⁰ **DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)**. O futuro que queremos. Rio de Janeiro, Revisão: Julia Crochemore Restrepo, 2012p. 7-8.

⁹¹ **DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)**. O futuro que queremos. Rio de Janeiro, Revisão: Julia Crochemore Restrepo, 2012. p.32.

Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, evento da sociedade civil paralelo à conferência oficial. A Cúpula dos Povos reuniu ativistas, organizações não governamentais e movimentos sociais de diferentes naturezas para discutir e trocar experiências sobre os temas tratados na Rio+20. O Território Global das Mulheres, realizado durante a Cúpula dos Povos, contou com a presença de feministas de todo o mundo debatendo a condição e a participação das mulheres no desenvolvimento sustentável.

Os artigos publicados na obra citada indicam um direcionamento comum no que diz respeito à questão de gênero na Rio+20, em que as ações para melhoria da qualidade de vida das mulheres e meninas acompanharam a neoliberalização das políticas de desenvolvimento, gerando ao invés de inclusão, exclusão daquelas que não fazem parte do processo produtivo do mercado. Em artigo publicado na coletânea, Hilda Salazar Ramirez e Rebeca Salazar Ramirez, diretoras do Mulher e Meio Ambiente A.C., observaram que as decisões da Rio+20 caminharam na contramão das necessidades para igualdade de gênero. As autoras apontam estar nos próprios pressupostos da economia verde uma nova forma de opressão contra as mulheres, na medida que impede a formulação de ações efetivas para melhorar a qualidade de vida das meninas e mulheres.⁹²

A socióloga alemã Christa Wichterich no artigo *Desafiando o crescimento verde e o empoderamento neoliberal: a ecologia política feminista encontra a economia política feminista*⁹³, apresenta uma análise fecunda sobre a incompatibilidade das estruturas propostas pela economia verde e aquelas necessárias para avançar a igualdade de gênero. Para esta autora, desde a Rio-92, passando por Johannesburgo, em 2002 e na Rio+20, o capital privado e os interesses corporativos foram se aproximando com cada vez mais profundidade dos debates públicos sobre meio ambiente e desenvolvimento.

Como vimos no capítulo anterior, o conceito de desenvolvimento sustentável é, propriamente, o resultado da tentativa em inter-relacionar o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social. Entre as décadas de 1990 e 2000, os países do mundo todo assistiram ao fortalecimento intenso de políticas neoliberais acompanhadas da globalização da economia, facilitando a entrada das grandes corporações na gestão dos bens públicos. No caso

⁹² RAMÍREZ, Hilda Salazar; RAMÍRES, Rebeca Salazar. Crise ambiental e desigualdade de gênero: mais vinte anos? In. **As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, p.15-24, 2013. p.21-22.

⁹³ WICHTERICH, Christa. Desafiando o crescimento verde e o empoderamento neoliberal: a ecologia política feminista encontra a economia política feminista. In. **As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, p. 57-70, 2013.

dos países em desenvolvimento, maiores detentores da biodiversidade mundial, o mercado também caminhou para a apropriação da gestão dos recursos naturais.

A globalização estreitou os canais de comunicação entre as empresas e governos e o legado de enfraquecimento da ação do Estado causou o aumento das exclusões sociais geradas pela má distribuição dos recursos.⁹⁴ Para Wichterich, as avaliações do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) diante destes acontecimentos constaram a fonte do problema na distribuição desigual de capital bruto, no qual a solução seria “o redirecionamento dos investimentos, empregos e tecnologias dos setores do negócio marrom para os setores de negócio verdes”.⁹⁵

Confirmando as análises anteriores, a autora explica que a economia verde está ligada à ideia de “parcerias público-privada” e abre as negociações sobre oportunidade social e preservação dos recursos naturais ao mercado financeiro. Nessa ótica reside o fator fundamental da construção neoliberal do relatório *O futuro que queremos* e o marco inicial da agenda pós 2015, gerando uma mensagem voluntariamente ambígua. Wichterich observa:

Como os conceitos da economia verde estão centrados no mercado e na eficiência tecnológica, falta lhes uma aproximação consistente aos direitos humanos, bem como um conceito coerente de justiça e sustentabilidade social. As relações de poder não são examinadas.⁹⁶

Neste aspecto, observa-se a quase inexistência de medidas efetivas para a igualdade de gênero. A mera colocação sobre o “reconhecimento” do trabalho não remunerado, majoritariamente ocupado por mulheres e a necessidade, sem ações ou indicadores efetivos, de aumentar a participação feminina no mercado de trabalho remunerado, não rompem com a lógica estrutural da sociedade capitalista que se apropria da pauta de gênero para se beneficiar. A socióloga conclui que nas disposições do relatório, as relações de poder, a desigualdade de gênero nos ambientes rurais e domésticos e as restrições às mulheres para adquirir poder de decisão, permanecem.

Esta restrição, no entanto, não foi inaugurada em 2012. Como observou Alexandra Spieldoch, diretora executiva da Compatible Technology Internacional (CTI), as metas

⁹⁴ LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

⁹⁵ WICHTERICH, Christa. Desafiando o crescimento verde e o empoderamento neoliberal: a ecologia política feminina encontra a economia política feminista. In. **As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, p. 57-70, 2013. p. 61.

⁹⁶ WICHTERICH, Christa. Desafiando o crescimento verde e o empoderamento neoliberal: a ecologia política feminina encontra a economia política feminista. In. **As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, p. 57-70, 2013. p. 63.

estipuladas no objetivo de desenvolvimento do milênio número três, direcionado à igualdade de gênero, trouxeram indicativos insuficientes para educação e representatividade das mulheres. Embora seja tratado de maneira transversal, os direitos das mulheres foram apresentados, de um lado, desvinculados aos temas relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento humano e, de outro, subordinados às regras do mercado e, por isso, violados.⁹⁷

Na esfera individual, o futuro proposto para as meninas e mulheres na Rio+20 valida o papel fundamental da educação e a necessidade de abertura do mercado de trabalho coerente às estruturas do capital financeiro. Por outro lado, reivindicações de grupos feministas e ambientalistas passaram a ser apropriadas no desenvolvimento institucional das empresas num movimento em que os selos *eco friendly* e a visibilidade de mulheres empreendedoras e empoderadas eram bem-vistos. Caminho, este, viável para diminuir um dos problemas destacados na conferência: os altos índices de desemprego e subemprego vivenciado, principalmente, pelas mulheres e jovens.⁹⁸

O estreitamento das ações públicas e privadas promovidas pela Rio+20 pode ser interpretada como um fator importante para a ausência de políticas concretas direcionadas ao desenvolvimento das capacidades femininas. Dos 283 parágrafos que compõem o relatório, apenas 34 mencionam as questões de gênero e das mulheres e meninas, constituindo 12% do documento. Esses encaminhamentos geraram medidas institucionais tardias e inconclusivas, atrapalhando ainda mais a elaboração de políticas públicas voltadas à promoção de educação e trabalho para a população feminina no Brasil.

Portanto, percebemos uma ruptura na Agenda para igualdade de gênero iniciada na década de 1990, pois a busca pela recuperação econômica assume protagonismo. Esta prerrogativa substituiu a ideia do desenvolvimento das capacidades femininas para sua emancipação e empoderamento, dando lugar ao interesse de formar mão-de-obra.

2.1.1 A ONU MULHERES

No quadro dos agentes participantes, o relatório destacou as ações institucionais dos governos como representantes das “vozes e interesses de todos” para alcançar o

⁹⁷ SPIELDOCH, Alexandra. Reflexões sobre igualdade de gênero e a agenda de desenvolvimento pós-2015. In. **As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, p. 83-96, 2013. p. 88.

⁹⁸ **DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)**. O futuro que queremos. Rio de Janeiro, Revisão: Julia Crochemore Restrepo, 2012. p. 7.

desenvolvimento sustentável, além da importância da própria Organização das Nações Unidas para incentivar e mediar as ações a fim de acelerar e alcançar os objetivos estipulados.

Em uma perspectiva cronológica, é possível perceber medidas para o desenvolvimento das capacidades institucionais no âmbito das Nações Unidas com a finalidade de conferir existência real às diretrizes dispostas nos acordos realizados em suas conferências, em especial, àquelas voltadas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Na atualidade, um dos principais órgãos voltados para apoiar e financiar ações, expandir e concretizar políticas, estimular parcerias e melhorar a condição das mulheres e meninas em todos os países é a ONU Mulheres. A resolução 65/289, criou a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Fortalecimento da Condição da Mulher (ONU Mulheres), com sede na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

O processo de constituição deste órgão data da conferência de revisão da Plataforma de Ação de Pequim, realizada entre os dias 1 e 12 de março de 2010, com o objetivo de compartilhar as experiências e os resultados alcançados para a igualdade de gênero e avaliar o surgimento de novos desafios, principalmente considerando a implementação dos ODM.⁹⁹ Substituindo o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a ONU Mulheres atua como secretariado da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CWS), principal liderança na cúpula para o monitoramento dos compromissos internacionais referente aos direitos humanos das mulheres.

Os referenciais ideológicos que orientam os princípios da ONU Mulheres são compostos pela Carta das Nações Unidas, a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim em suas doze áreas de preocupação. Com base na universalidade, seu trabalho comporta o suporte técnico e formativo aos Estados-membros, em todos os níveis, visando a igualdade de gênero, empoderamento e direitos das mulheres, sempre que requisitado e respeitando suas prioridades e necessidades, incluindo a participação da sociedade civil.¹⁰⁰ O relatório final da Rio+20 faz referência ao órgão como balizador das ações nos âmbitos locais e das avaliações internacionais para alcançar a igualdade de gênero.

Por meio de parcerias com empresas, universidades, sociedade civil, Estado e órgãos das Nações Unidas, a ONU Mulheres atua “em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais.” Suas

⁹⁹ Disponível em <<https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing15/>>. Acesso em 24 de junho de 2021.

¹⁰⁰ **RESOLUTION** adopted by the General Assembly on 2 July 2010. Disponível em <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/289_>. Acesso em 12 de outubro de 2021.

ações permeiam seis áreas de atuação que envolvem a 1) liderança e participação política das mulheres; 2) o empoderamento econômico feminino; 3) a erradicação da violência contra as mulheres e meninas; 4) paz e segurança, inclusive nas situações de emergências humanitárias; participação no debate e formulação nos aspectos de 5) governança e planejamento; e 6) de normas globais e regionais para garantir a perspectiva de gênero.¹⁰¹

A resolução das Nações Unidas determinou o início das atividades do novo órgão para 1º de janeiro de 2011. Contudo, há um descompasso institucional voltado para a condição das mulheres que atinge os âmbitos nacionais e internacionais, demonstrando um paradoxo de aceleração dos esforços para a igualdade de gênero e, ao mesmo tempo, estruturas que questionam seus próprios mecanismos e objetivos.

No caso brasileiro, as medidas institucionais para a igualdade de gênero não são bem delineadas. Mesmo com a Declaração dos Direitos Humanos elaborada em 1948, no Brasil apenas em 1997, sob o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso foi criada uma Secretaria de Direitos Humanos. Esta secretaria teve a responsabilidade de discutir, avaliar e elaborar políticas públicas de inclusão e diminuição das desigualdades sociais para grupos considerados minorias. Em abril de 2016, sob a reforma ministerial da ex-presidente Dilma Rousseff, algumas secretarias foram unificadas e foi criado o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, tendo à sua frente a pedagoga Nilma Lino Gomes.

Com o objetivo de diminuir quantitativamente as pastas do governo brasileiro, esta reforma passou o número de ministérios de 39 para 31. Mesmo com os cortes, foi criado um ministério que atendessem questões específicas das mulheres que, até então, eram tratadas de modo transversal em outras pastas sob a responsabilidade de secretarias, indicando medidas institucionais para o cumprimento dos ODS, já em vigor naquele momento. No entanto, ainda em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, o então presidente interino Michel Temer excluiu o recém-criado ministério, passando suas competências para o Ministério da Justiça, com exceção das políticas voltadas para a juventude.¹⁰² No ano seguinte, criou-se novamente o ministério de Direitos Humanos.

Em 2019, sob o governo do presidente Jair Bolsonaro, modificou-se mais uma vez a pasta, nomeada como ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, liderada pela

¹⁰¹ **SOBRE** a ONU Mulheres, ONU Mulheres. <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em 12 de outubro de 2021.

¹⁰² **BRASIL**. Secretaria-Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13341.htm>. Acesso em 27 de maio de 2021.

ministra Damares Alves. Este breve histórico de alterações políticas ocorridas nos anos iniciais da nova Agenda demonstra como os planos de governo no Brasil não são seguros quanto à garantia dos direitos das mulheres e meninas; uma vez com pauta específica, outras vezes condicionadas em outras pastas. As mudanças de governo e suas ideologias mostram um Estado em que os direitos e o papel das mulheres não são reconhecidos e essas fragilidades colocam em risco esta população que fica à mercê dos partidos políticos que assumem o poder. Os direitos das mulheres assumem a característica de política de governo.

As discussões acima expostas conduzem diretamente à construção e aos desafios para a educação e a igualdade de gênero no Brasil. Os ODS conseguiram superar a crise de 2008 que colocou a educação e as mulheres como serviços do mercado? Foram preenchidas as lacunas individuais e institucionais nas intenções para melhoria coletiva? Nas análises, destacamos os avanços da Agenda 2030 para a igualdade de gênero a partir da 1) criação de um objetivo específico para as mulheres e meninas; 2) a inserção de medidas relacionadas à criança do sexo feminino; 3) a transversalidade da agenda no reconhecimento da complexidade dos sistemas de exclusão que atingem às mulheres; 4) a validação das mulheres e meninas como agentes para alcançar o desenvolvimento sustentável.

2.2 Educação e gênero nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Como vimos no capítulo anterior, os critérios de homogeneidade como simbolismo do progresso deram lugar, na atual Agenda, à diversidade dos países nas três esferas do desenvolvimento sustentável. A pobreza, em suas variadas formas de manifestação, foi identificada como fenômeno gerador da degradação ambiental e das desigualdades sociais, impactando em graus distintos a vida das mulheres e meninas.

A contribuição de economistas como Amartya Sen deu novo sentido à noção de desenvolvimento, deixando de estar relacionado apenas ao crescimento econômico e incorporando fatores não econômicos como o das capacidades humanas. Complementarmente, há a formulação de metodologias como o desenvolvimento de capacidades apresentado no âmbito da ONU por Carlos Lopes.

O sociólogo Alain Touraine em seu trabalho *Após a crise*¹⁰³, nos auxilia a compreender o significado dos ODS como estratégia para construção de um novo modelo de vida social. Em

¹⁰³ TOURAINE, Alain. **Após a Crise:** a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

análise sobre a sociedade, ou melhor, sua decomposição, após a crise econômica que atingiu os países da Europa e América do Norte, em 2007 e 2008, Touraine observou a globalização da economia como resultado do descontrole que rompeu os vínculos entre a economia e a sociedade, gerado pelo excesso de confiança no mercado que, por sua vez, objetiva o lucro ilimitado sem considerar a vida social.¹⁰⁴

Para Touraine, esta separação, iniciada desde o século XX, gerou a decomposição dos atores sociais, desorientados com a quebra da confiança no sistema econômico e vítimas de seus efeitos. A ruptura gerada pela crise evoluiu ao longo do tempo para o aparecimento de atores não sociais, identificados pela cultura e mediados, agora, pela defesa dos direitos humanos universais. Este fenômeno, o sociólogo identificou como “situação pós-social”, cujo princípio moral é a resistência à força do dinheiro, fator fundamental da crise, e a elevação dos indivíduos à condição de sujeitos.

A composição de *sujeito* é para Touraine semelhante à noção de *agente* definida por Amartya Sen¹⁰⁵ e Carlos Lopes¹⁰⁶. Significa o reconhecimento do indivíduo ou grupo social enquanto detentores legítimos dos direitos humanos e é sob este domínio que são envolvidos os conflitos atuais. A defesa pelos direitos humanos universais delimita os novos atores não sociais, definidos pela resistência à lógica da globalização da economia e pela busca de um novo modelo de vida social equitativa, onde os sujeitos têm liberdade de escolhas.

Tendo como base teórica as análises propostas por Touraine, percebemos que a Rio+20 demonstrou a separação entre a economia e a sociedade, uma vez que transformando os direitos humanos em serviços. Ali observamos que o desenvolvimento das capacidades femininas é negligenciado com a finalidade de garantir a recuperação econômica global. Nesta esteira de acontecimentos, percebemos o aparecimento dos “atores não sociais”, membros da sociedade civil organizada na luta pelos direitos humanos das mulheres e a elaboração dos ODS, constituindo transversalidade e especificidade aos direitos das mulheres e meninas.

Diante as agruras da crise, Touraine defendeu a criação de uma estrutura de convivência coletiva como única saída para se evitar o colapso. Entendemos os ODS como uma proposta de um novo modelo de organização social, pois seus direcionamentos elevam indivíduos e grupos sociais à condição de sujeitos/agentes. Seu cumprimento pode ser estratégico para a recomposição social por se tratar de uma agenda cujo principal recurso é a intervenção do

¹⁰⁴ TOURAINE, Alain. **Após a Crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

¹⁰⁵ SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁰⁶ LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Estado democrático e a garantia de participação coletiva equitativa. Ademais, reforça as ações em nível local, evidenciando a diversidade cultural, econômica e ambiental, sem remover, contudo, a interdependência entre os países.

Seguindo estes critérios, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mantêm o desenvolvimento humano como denominador comum. A implementação da Agenda 2030 no Brasil se deu por meio do Decreto nº 8.892 de 27 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Esta Comissão tinha como objetivo “internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030”. Fizeram parte do grupo representantes da Secretaria do Governo da Presidência da República, da Casa Civil, dos ministérios das Relações Exteriores, do Meio Ambiente e do Planejamento de Desenvolvimento e Gestão, além de representantes de governos nos níveis estadual e municipal e da sociedade civil.¹⁰⁷

A CNODS foi extinta pelo presidente Jair Bolsonaro em abril de 2019 por meio do Decreto 9.759, deslocando o interesse na Agenda para segundo plano e dificultando a cooperação e as parcerias, recursos chave para a implementação dos ODS. Além disso, a Comissão contava com a participação da sociedade civil para avaliar a efetividade das metas em relevância com a realidade brasileira, sua extinção é um indicativo de um processo cujos resultados podem escapar a quem mais precisa.

No trabalho desenvolvido pela CNODS, foi publicado o Plano de Ação 2017-2019 que identificou a necessidade de adequação das metas e dos indicadores globais para a realidade brasileira como estratégia para a implementação bem sucedida da Agenda 2030. Este trabalho de adequação foi incumbido ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como órgão de assessoria da Comissão. É possível perceber que entre as primeiras medidas para a implementação dos ODS, encontra-se o nível institucional e tratou da identificação dos problemas em território nacional com o intuito de garantir o atendimento às reais necessidades da população brasileira. Para tanto, uma das metodologias empregadas foi a consulta pública.

As metas brasileiras foram publicadas no documento *Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, lançado em 2018. Apoiados neste documento, analisamos as recomendações para o desenvolvimento de capacidades voltadas à igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, à luz da educação para o desenvolvimento sustentável. O processo de elaboração da proposta brasileira teve início com a incorporação de sugestões de

¹⁰⁷ Decreto que cria a CNODS disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21293488/do1-2016-10-31-decreto-n-8-892-de-27-de-outubro-de-2016-21293421> acesso em 28 de junho de 2021.

75 órgãos governamentais, cujo resultado foi submetido à consulta pública e, posteriormente, as informações julgadas pertinentes foram incluídas no documento final.

Os critérios da adequação visaram, entre outros, a prioridade às metas globais, o respeito aos compromissos já estabelecidos no Brasil e a necessidade de atenção especial às desigualdades regionais, geracionais, econômicas, de gênero e raça. A Agenda brasileira dividiu as metas em duas categorias: finalísticas e de implementação. A primeira categoria contempla 56,6% das metas e diz respeito àquelas cujos resultados esperados estão especificados diretamente em seu enunciado. As metas de implementação compõem 43,4% e são aquelas referentes aos “recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de governança” para alcançar os resultados esperados¹⁰⁸.

As modificações expressas no documento final excluíram duas metas, sob a justificativa de incompatibilidade com as demandas nacionais, foram adequadas 128 e criadas oito metas específicas para o Brasil. No total, os ODS brasileiros são formados pelos 17 objetivos e 175 metas.¹⁰⁹

Nos concentramos nos objetivos 4 - *Educação de Qualidade* e 5 - *Igualdade de Gênero*, a fim de perceber como estão dispostas as diretrizes sobre a presença de mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho, sobretudo após as observações sobre as medidas insuficientes para a igualdade de gênero evidenciadas no relatório *O futuro que queremos*¹¹⁰ e as novas demandas pelos direitos humanos universais. Buscamos compreender se a Agenda 2030 conseguiu superar os obstáculos impostos pela crise financeira, a partir de um Programa de ação efetivo que consolida políticas que valorizem a formação e inserção profissional das mulheres, a partir do desenvolvimento de capacidades.

2.2.1 Igualdade de Gênero nos ODS

A composição do grupo de trabalho para as adequações do ODS 5 - *Igualdade de Gênero* no Brasil foi plural, mas com predomínio das mulheres. Ao todo, 32 mulheres e 12 homens foram distribuídos entre os 11 ministérios e 9 outras instituições que participaram do processo. Ao todo, o ODS 5 nacional propôs medidas para garantir a participação efetiva das

¹⁰⁸ **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2014. p.19.

¹⁰⁹ **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2014. p. 20.

¹¹⁰ **DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20).** O futuro que queremos. Rio de Janeiro, Revisão: Julia Crochemore Restrepo, 2012.

mulheres, certificando os propósitos de diversidade e inclusão social submetidos no desenvolvimento sustentável.

As ações propostas visaram a igualdade na divisão sexual do trabalho, a valorização das atividades femininas não remuneradas e garantia de participação em postos de liderança e tomadas de decisão na esfera pública. Nas áreas de saúde e bem-estar, ressaltaram a garantia e proteção da saúde da mulher e dos direitos sexuais e reprodutivos. Nos aspectos econômicos, defenderam a garantia de direitos iguais ao acesso à propriedade e controle sobre a terra, herança e recursos naturais e aos usos de tecnologias de informação e comunicação.

Evidenciaram, ainda, a importância da criação de políticas públicas que assegurem o empoderamento e a igualdade de gênero, dentre elas, aquelas voltadas para a erradicação das discriminações ligadas ao gênero como a violência sexual, homicídios, tráfico de pessoas e os casamentos e uniões precoces e forçados¹¹¹. É importante destacar que as metas são direcionadas às “mulheres e meninas”, portanto, a formação educacional - básica e superior - permanecem estratégicas para o cumprimento deste objetivo.

A tabela a seguir apresenta a comparação das metas globais e as adequações elaboradas para o contexto brasileiro. Estas modificações são indicadores precisos do interesse ou da ausência de interesse no empoderamento das mulheres e meninas no Brasil por meio da formação profissional e do mercado de trabalho, por isso, foram consideradas as metas relacionadas à educação e ao trabalho.

Tabela 1: Comparação entre as metas globais e as metas brasileiras do ODS 5

Meta das Nações Unidas	Meta do Brasil
5.4 - Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.	5.4 Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das

¹¹¹ **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2014.

	periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.
5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.	5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
5.A - Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.	5.A - Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
5.C - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.	5.C - Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e

	nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
--	--

Fonte: Elaborado por Cíntia Verza Amarante a partir do documento ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2018, p.143-154.

Percebe-se que as adequações feitas incorporam o alargamento das análises ligadas ao gênero. Em todas as metas, foram adicionadas as

[...] intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.¹¹²

A inserção do conceito de gênero dota o processo de adequação das metas de qualidade na medida em que considera a diversidade de situações vividas pelas mulheres, sobretudo as exclusões geradas pela condição etária, deficiência e da população rural. Estas diferenças reverberam a centralidade dos direitos universais.

A ação estatal é evidenciada na meta 5.C, onde indica a necessidade de criação de políticas públicas e legislação para a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres em todos os níveis, com a inclusão da ação conjunta entre União, Estados e Municípios, o que a diferencia da meta global. A cooperação entre instituições públicas sobressai a predominância anterior das parcerias público-privadas e valoriza o desenvolvimento institucional para atendimento universal da população feminina.

As metas acima dispostas refletem a predominância do P referente às Pessoas nos impactos em rede que a garantia dos direitos das mulheres desencadeia para a construção de instituições e sociedades equitativas e sustentáveis. No entanto, reverberam nas demais dimensões da Agenda, uma vez que a transformação de leis, regras, valores e comportamentos que incluam as mulheres melhora não só a vida das mesmas, pois estas são as principais responsáveis pelo cuidado das crianças, dos recursos naturais e da prosperidade do lugar onde vivem.

2.2.2 Ensino Superior nos ODS

¹¹² **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2014. p.145.

Os encaminhamentos sobre ações educativas para o desenvolvimento sustentável são estipulados no *Objetivo 4 – Educação de Qualidade*: “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”¹¹³. A Agenda 2030 nacional definiu as 10 metas do documento global referente à educação aplicáveis no Brasil, modificando 9 e não adicionando nenhuma.

O grupo de trabalho no IPEA para adequação do ODS 4 teve a presença de 8 ministérios - Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Defesa, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Social - e 3 outras instituições - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - em uma distribuição equitativa entre 18 homens e 17 mulheres.

As metas desse objetivo são direcionadas à educação básica e buscam alinhar o documento com as diretrizes de Educação Básica do Plano Nacional de Educação, por isso, nos atentamos àquelas cujas intenções correspondem à permanência nos estudos para formação profissional e ingresso no mercado de trabalho, bem como as recomendações para o empoderamento feminino na educação e trabalho.

Tabela 2: Comparação entre as metas globais e as metas brasileiras do ODS 4

Metas das Nações Unidas	Metas do Brasil
4.3 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade.	4.3 - Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.
4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

¹¹³ NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2016.

<p>4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>4.5 - Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.</p>
---	---

Fonte: Elaborado por Cíntia Verza Amarante, a partir do documento ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2018, p.115-119.

Nestas adequações, há a continuidade da abertura das metas às áreas e grupos sociais específicos, sendo as variáveis gênero, raça, renda, território, pessoas com deficiência, jovens e adolescentes sob medidas socioeducativas, povos indígenas, população em situação de rua e carcerária. A exigência da oferta gratuita à formação profissional tem relevo no documento brasileiro, destacando o valor das instituições públicas de ensino superior. No entanto, há uma contradição que precisa ser visibilizada. A meta 4.3 brasileira exclui em sua redação a palavra “universidade” sob a justificativa de, no Brasil, 46% das matrículas no ensino superior em 2016 foram em instituições não universitárias e, por isso, as universidades não devem ser consideradas, por si só, como indicadores de avaliação nos índices sobre a formação profissional e superior.¹¹⁴ Esta lógica mantém o ensino superior como um bem público, mas não precisa, exclusiva e necessariamente, assegurado pelo Estado.

Entre os dados para análise da equidade de gênero no acesso e na permanência na educação, está o percentual de matrículas femininas em instituições superiores, parte de nossas fontes para compreender o caso da FCL de Assis, mas a ampliação às instituições não universitárias disposta na meta, interfere nos aspectos qualitativos que vão além da formação profissional. Isso porque as universidades são espaços próprios para experiência social, de aglutinação de diferentes saberes e vivências, fatores cruciais para a formação cidadã.

¹¹⁴ **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2014. p. 115

Tal conjuntura se enquadra na chamada “crise de hegemonia” observada pelo educador português Boaventura de Sousa Santos. Sua origem parte da contradição das funções tradicionais da universidade em produzir os conhecimentos necessários para a formação das elites e dos conhecimentos instrumentais para a formação de mão-de-obra qualificada imposta pelo desenvolvimento capitalista. Para o autor

A incapacidade da universidade de desempenhar essas funções levaram o Estado e os agentes econômicos a procurar fora dela meios alternativos de atingir esses objetivos; Deixar de ser a única instituição no domínio superior e na produção de pesquisa gerou a crise de hegemonia.¹¹⁵

Por outro lado, os cursos profissionalizantes e de formação superior em outras instituições de ensino abriram espaço às mulheres, sobretudo pobres, no mercado de trabalho.

Tais condições ilustram o desenvolvimento institucional das universidades em estar atentas às transformações sociais. São estas mudanças institucionais que permitem a inserção de agendas maiores como os ODS na universidade. Sua incorporação é um indicador da apropriação do desenvolvimento sustentável na sociedade brasileira, mas a adequação citada indica um cenário desfavorável para sua realização. Reforçando mais uma contradição, pois a meta mantida sem adequações faz referência à educação para o desenvolvimento sustentável

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável¹¹⁶.

Portanto, há a confirmação das universidades públicas como instrumentos para o desenvolvimento das habilidades necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável e para garantir a dignidade da vida humana, principalmente aos grupos em situação de vulnerabilidade. Porém, por outro lado, mantém a aproximação com o mercado financeiro pelo reconhecimento das instituições de ensino privadas e da formação técnica para geração de mão-de-obra. Nesta perspectiva, educação e trabalho passam a fundir um único processo produtivo,

¹¹⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011. p.5.

¹¹⁶ NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2016. p.25.

privilegiando os profissionais capazes de se adequar às demandas do mercado, como percebemos nas ideias de “competências necessárias”, presente na meta 4.4.

Estas colocações conduzem a reflexão: como proporcionar acesso à educação e ao mercado de trabalho sem fortalecer as diferenças de dominação social e tornar a educação instrumento de “profissionalização das classes pobres” exigidas pelo capitalismo?¹¹⁷ A descapitalização das universidades públicas, o modelo de “globalização não-hegemônica” que identifica a universidade como bem público, a “pesquisa-ação” e a “ecologia de saberes” que determinam um processo participativo nas pesquisas e projetos científicos podem ser algumas respostas.¹¹⁸

Como vimos, o sociólogo Alain Touraine defende que a única forma de vencer a batalha do lucro contra os direitos é a capacidade dos indivíduos em olhar para si mesmo e se entenderem enquanto sujeitos de direitos, legítimos de sua identidade e concretizá-los em sua cultura.¹¹⁹ De uma forma ou de outra, neste embate, os objetivos analisados são dispostos a agir para que as pessoas possam reconhecer esses direitos, mas sem garantir uma sociedade livre de conflitos. Este é o salto de qualidade dos ODS: retira do centro de análise as necessidades dos indivíduos e substitui-os pelos seus direitos. Neste caminho de diálogo entre Touraine e Amartya Sen, a busca pela educação e pela igualdade de gênero é a busca por sujeitos com liberdade.

Observamos que a Agenda 2030 brasileira avançou no que diz respeito à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres e meninas quando comparado com o relatório da Rio+20, sobretudo mediante os indicadores e metas atentas à diversidade cultural. Os ODS propõem um novo modelo de sociedade como pensou Touraine, pois atende ao que o sociológico chamou de 1) três elementos de consciência do adversário (pobreza, desigualdade social e degradação ambiental); 2) autoconsciência (luta pelos direitos humanos universais) e 3) trabalho coletivo (cooperação técnica e desenvolvimento de capacidades).

No entanto, no que se refere às universidades públicas, é possível notar um descompasso, pois nivela a qualidade das produções com demais instituições, indicando uma

¹¹⁷ BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In. **Em Aberto**. n. 1. Brasília: 1982.

¹¹⁸ As ideias expostas são apresentadas por Boaventura de Sousa Santos. O autor define a “pesquisa-ação” como um processo participativo entre a comunidade acadêmica e organizações populares na definição e execução de projetos e pesquisas, com o objetivo de beneficiar todas as pessoas por meio das produções científicas. A “ecologia de saberes” é complementar e visa criar espaços institucionais para o diálogo entre o conhecimento popular e o saber científico dentro da universidade. Sobre o tema, ver: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

¹¹⁹ TOURAINE, Alain. **Após a Crise**: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

busca por resultados técnicos baseados no crescimento econômico. No aspecto educacional, a globalização da economia continua atingindo as instituições de ensino e, como demonstrado, essa ruptura tem como consequência a decomposição da vida social. Evidencia-se, portanto, a importância das universidades públicas para a intervenção nos conflitos, a superação das desigualdades sociais e as transformações nos níveis individual, institucional e social para a vida das mulheres e meninas.

Neste sentido, questionamos como a UNESP vem se apropriando dos ODS e demonstrando seu potencial de inovação social e cultural, alinhada às demandas da sociedade e aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro para o desenvolvimento sustentável. Procuramos responder essa pergunta no próximo tópico, recorrendo à produção científica nos Programas de Pós-Graduação da universidade.

2.3 A produção científica sobre os ODS na UNESP

Para responder esta questão, buscamos identificar como a pesquisa científica da UNESP aborda os ODS, tendo em vista os 6 anos em que a Agenda está em vigor. Utilizamos o Repositório Institucional da UNESP¹²⁰ para encontrar teses e dissertações elaboradas sobre a temática e, com isso, analisar quais as preocupações, ou a ausência delas, sobre a Agenda 2030.

A metodologia de busca consistiu na pesquisa por palavras-chave. A quantidade de trabalhos encontrados é referenciado à frente da palavra-chave pesquisada. Foram pesquisados os termos: *desenvolvimento sustentável*; *objetivos de desenvolvimento sustentável (3)*; *ODS*; *Agenda 2030 (4)*; *objetivos de desenvolvimento do milênio*; *ODM*; *objetivos do milênio*. Por meio da leitura dos resumos dos trabalhos encontrados, identificamos a relação e relevância para a compreensão e contribuição da universidade com os ODS. Nestes critérios, foram encontrados 7 trabalhos: 1 tese e 6 dissertações, todas defendidas em 2020 e 2021.¹²¹ A tabela a seguir indica a localização de cada trabalho.

Tabela 3: Localização das teses e dissertações sobre os ODS na UNESP

Título da Pesquisa	Nível	Programa de Pós-Graduação vinculada	Campus da UNESP

¹²⁰ Disponível em < <https://repositorio.unesp.br/>>. Acesso em 04 de fev. de 2022.

¹²¹ Levando em consideração o tempo de elaboração do projeto, desenvolvimento e defesa da pesquisa - dois a três anos para mestrado e quatro a cinco anos para o doutorado - somados às prorrogações geradas pelas dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19 e que os ODS entraram em vigor em 2016 é possível que apareçam novas pesquisas no futuro.

Redes de cooperação técnica internacional: o Programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui-SP.	Mestrado	Ciências Sociais	Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília
Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030	Mestrado	Ciência da Informação	Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília
Indicadores socioeconômicos locais para a cidade de Bauru: um diagnóstico sob a ótica da competência em informação e midiática	Mestrado	Mídia e Tecnologia	Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru
Princípios da governança ambiental na gestão de recursos hídricos com foco em áreas úmidas (AU's) na depressão periférica paulista	Mestrado	GeoCiências e Meio Ambiente	Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro
Proposta de Framework para superar os desafios e explorar oportunidades da sustentabilidade por meio da indústria 4.0	Mestrado	Engenharia de Produção	Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá
A importância da comunicação para a mobilização social: um estudo sobre as estratégias de comunicação digital no facebook e no site institucional da ONU Brasil sobre a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável	Mestrado	Comunicação	Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru
O nexos água-alimento-energia aplicado à rede de influência entre as cidades: análise centrada no município de Cunha, São Paulo	Doutorado	Engenharia Mecânica	Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá

Fonte: Elaborado por Cíntia Verza Amarante

Em conjunto, as pesquisas são recentes e interdisciplinares. A pequena quantidade encontrada demonstra um grau de apropriação espontânea e desarticulada da UNESP com a Agenda 2030, indicando uma ausência de organização institucional para o fomento de pesquisas

ligadas ao tema. Quando comparados com a dimensão dos 120 Programas de Pós-Graduação existentes na universidade, os ODS aparecem como uma temática ínfima, embora as pesquisas tenham valor qualitativo para o público que se interessa pela Agenda.

A dissertação de mestrado de Tadeu Luciano Seco Saravalli intitulada *Redes de cooperação técnica internacional: o Programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui-SP*¹²² é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília e foi defendida em 2020. Neste trabalho, Saravalli discutiu como a rede de cooperação técnica internacional (CTI), por meio do Programa Cidades do Pacto Global da ONU, a contribui para a implementação em nível local dos ODS, a partir do estudo de caso realizado na cidade de Birigui, interior de São Paulo,

Partindo do cenário de fortalecimento da participação dos “entes subnacionais” na cooperação internacional, o foco da pesquisa concentrou na discussão teórica dos conceitos de interdependência complexa, globalização, regimes internacionais e paradiplomacia para compreender suas aplicações no caso concreto da cidade de Birigui, que se tornou signatária do Pacto Global em 2016.

A consolidação das ações do município em acordo com as políticas internacionais, primeiro com o Pacto Global e, depois, com a institucionalização dos ODS na gestão da cidade foi dividido, por Saravalli, em três fases. A primeira fase tem início em 2016 quando o então prefeito envia ofício às Nações Unidas para integrar o município no Programa Cidades, demonstrando apoio aos 10 princípios do Pacto Global. A segunda fase, no período de 2017 e 2018, corresponde à eleição da nova gestão que dá continuidade aos compromissos de ampliação de ações nas áreas de sustentabilidade, tendo, em fevereiro de 2017, a institucionalização da Agenda 2030 no âmbito municipal.

A última fase corresponde aos anos de 2019 e 2020, e envolve as limitações da estrutura organizacional do Programa Cidades, no qual culminou na busca de novas estratégias por parte dos gestores de Birigui para a implementação efetiva dos ODS. Saravalli observou que existem lacunas e insuficiências técnicas, tecnológicas e de recursos humanos na rede de cooperação técnica internacional do Programa que dificulta a atuação em parceria com os municípios brasileiros para a implementação dos ODS.

Para enfrentar as dificuldades e melhorar o desempenho do município nos compromissos firmados, foi criada, em 2019, a Comissão Municipal Executiva, bem como

¹²² SARAVALLI, Tadeu Luciano Seco. **Redes de cooperação técnica internacional: o Programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui-SP**. 2021, 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2021.

outros órgãos para implementar os ODS na cidade. Diante dos obstáculos gerados pela limitação identificada na rede de cooperação técnica internacional, a Comissão decidiu modificar sua metodologia, associando-se à Confederação Nacional de Municípios, localizada em Brasília, utilizando sua metodologia da Mandala ODS.

A Mandala ODS é uma ferramenta *online*¹²³ baseada em 28 indicadores divididos em pilares. O institucional é direcionado ao ODS 17 (Parcerias e meio de implementação), o ambiental volta-se aos ODS 6 (Água potável e saneamento), 13 (Combate às alterações climáticas), 14 (Vida debaixo d'água) e 15 (Vida sobre a terra). O econômico envolve os ODS 8 (Emprego digno e crescimento econômico), 9 (indústria, inovação e infraestrutura), 10 (Redução das desigualdades) e 12 (Consumo e produção responsáveis). Por fim, o social aborda os ODS 1 (Erradicação da pobreza), 2 (Fome zero), 3 (Saúde e bem-estar), 4 (Educação de qualidade), 5 (Igualdade de gênero), 7 (Energia acessível e limpa), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (Paz, justiça e instituições fortes).

Para Saravalli, o aplicativo tem utilidade para os gestores públicos na medida em que permite comparar o desempenho dos municípios em relação aos resultados alcançados nos níveis federal e estadual. Essa visão holística permite aos gestores identificarem quais áreas precisam de mais atenção e quais vêm obtendo resultados mais satisfatórios.¹²⁴

O autor conclui que o município de Birigui vem demonstrando resultados positivos desde o interesse inicial para compor o Programa Cidades, em 2016, sendo a segunda cidade do estado de São Paulo a se tornar signatária do Pacto Global, gerando mobilização de empresas locais a se alinharem às agendas internacionais e dando visibilidade nacional ao município. Dentre as ações que comprovam sua argumentação estão a parceria entre a prefeitura e o McDonald's em um projeto de educação ambiental envolvendo duas escolas do município, a criação da Praça dos ODS, denominada pelo prefeito que a criou como “única no mundo”, a tentativa de reativar a cooperativa de catadores de materiais recicláveis, instituições voltadas para a saúde do idoso e as parceria público-privadas para auxiliar os funcionários da área da saúde com itens essenciais para o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Embora não trate de nenhum objetivo específico, Saravalli parte da constatação de que o Pacto Global, criado em 1999 e a Agenda 2030 são realidades e constituem papel importante não apenas na consolidação de políticas de governo, mas para melhorar a qualidade de vida das

¹²³ Disponível em < <https://ods.cnm.org.br/mandala-municipal>>. Acesso em 04 de fev. de 2022.

¹²⁴ SARAVALLI, Tadeu Luciano Seco. **Redes de cooperação técnica internacional**: o Programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui-SP. 2021, 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2021. p. 103.

peessoas. Sua análise de um caso local demonstra a preocupação em aplicar o aparato teórico para compreender o grau de efetividade dos municípios - nível de destaque da Agenda 2030 - para o desenvolvimento sustentável por meio da cooperação técnica internacional.

Outro trabalho da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, intitulado *Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030*¹²⁵, é a dissertação de mestrado de Everton da Silva Camillo, defendida também em 2020 no Programa de Pós-graduação de Ciência da Informação. A partir da análise de políticas públicas voltadas para a promoção do livro, leitura e bibliotecas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai, Paraguai e Equador, o autor desenvolveu diretrizes próprias direcionadas ao cumprimento do ODS 4 - *Educação de Qualidade*.

Embora a análise sobre o processo de constituição e objetivos da Agenda 2030 tenha sido superficial e, por vezes, equivocada, Camillo identificou as convergências entre as políticas públicas que incentivam a leitura e as bibliotecas nos países citados, em diálogo com as 10 metas que compõem o ODS destinado à educação. Sua intenção foi elaborar diretrizes que contribuam para a implementação deste objetivo nos países sul-americanos.

Os resultados da pesquisa mostram que a preocupação com a “qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizagem”, a “promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas” e as “aprendizagens, habilidades e competências das pessoas” são as mais abordadas nos documentos estudados. Em contraposição, a “formação profissional para fomentar a educação de qualidade” e as “condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade” ficaram abaixo da média.¹²⁶

Estes são os eixos que orientam o autor na formulação de suas diretrizes e, a partir deles, incorpora objetivos e metas próprios, orientados pelos indicadores do ODS 4. Nas metas estão dispostos os meios pelos quais o autor determina a possibilidade de cumprimento dos objetivos. Por fim, são indicadas as possíveis relações entre as metas de cada eixo. As diretrizes elaboradas pelo autor para incentivar o livro, a leitura e as bibliotecas nos países sul-americanos totalizam 10 objetivos, 15 metas e 3 possibilidades de relação entre as metas.

Disponibilizada em formato de livro ao final da dissertação, as diretrizes visam a garantia de acesso ao desenvolvimento educativo desde a primeira infância, formas de

¹²⁵ CAMILLO, Everton da Silva. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030**. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020.

¹²⁶ CAMILLO, Everton da Silva. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030**. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020. p.111-113.

aprendizagem relevantes e eficazes, educação técnica, profissional e superior de qualidade para homens e mulheres, desenvolvimento das habilidades necessárias para o mundo do trabalho, eliminação das desigualdades de gênero e inclusão de pessoas com deficiência e povos indígenas, alfabetização e conhecimento básico em matemática, melhoria de instalações físicas e institucionais para o desenvolvimento do cidadão global e a garantia dos direitos humanos e respeito à diversidade cultural.¹²⁷

Na mesma direção de elaborar material que contribua para a efetividade de políticas públicas amparado nos ODS está a dissertação de mestrado de Fernando Jorge de Castro Ramos intitulada *Indicadores socioeconômicos locais para a cidade de Bauru: um diagnóstico sob a ótica da competência em informação e midiática*¹²⁸. O trabalho está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, localizada na cidade de Bauru.

A pesquisa foi motivada a partir de uma demanda divulgada em audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Bauru, em 2018, que buscava discutir possibilidades de pesquisa científica e tecnológica voltadas para a gestão da cidade. Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local, Ramos indicou um conjunto de reflexões acerca dos benefícios da abordagem da competência em informação e midiática para a formulação de políticas públicas e indicadores socioeconômicos.

O trabalho demonstrou que a competência em informação e midiática pode contribuir para o poder público, principalmente no nível municipal, na medida em que oferece um aparato conceitual para refletir como as informações chegam até as pessoas, como elas se apropriam destas informações para produzir conhecimento crítico na intenção de aplicá-lo em sua realidade, visando o bem-estar coletivo. Ou seja, é um processo que avalia o grau de capacitação das pessoas em saber localizar e acessar informações e efetuar processos para entendê-las e utilizá-las.

A Agenda 2030 aparece como um elemento para fortalecer a utilização desta abordagem, na medida em que, segundo o autor, dispõe do direito à informação como uma “ferramenta para acelerar o progresso humano, diminuir as desigualdades entre os países e gerar

¹²⁷ CAMILLO, Everton da Silva. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030.** 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020. p. 111-113. p. 128.

¹²⁸ RAMOS, Fernando Jorge de Castro. **Indicadores socioeconômicos locais para a cidade de Bauru: um diagnóstico sob a ótica da competência em informação e midiática.** 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2020.

inovação científica e tecnológica em diferentes áreas”.¹²⁹ Ao mesmo tempo em que utiliza os objetivos e metas como referenciais para ações governamentais visando o desenvolvimento regional sustentável.

A partir do estudo de caso sobre a organização e as finalidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda (SEDECON) do município de Bauru, Ramos relacionou os ODS 4 (Educação de qualidade), 8 (Emprego digno e crescimento econômico), 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 17 (Parcerias e meios de implementação) com três variáveis de acordo com as necessidades identificadas pelos membros da secretaria. Estas variáveis auxiliaram a elaboração dos indicadores voltados para a gestão pública, sendo elas: *demandas socioeconômicas*, em que o autor localizou como pertinente os ODS 8, 9, 11 e 17; *cidadania*, identificando os ODS 4, 8 e 11; e *transparência* relacionando os ODS 4, 8, 9, 11 e 17.

As problemáticas encontradas no estudo de caso seguiram um processo de incorporação das variáveis citadas acima e verificação dos ODS que melhor se aplicavam aos objetivos da gestão pública em consonância com os padrões da competência em informação e midiática. Estas etapas formaram o referencial proposto pelo autor para a construção dos indicadores na composição de bancos de dados e mapeamento de informações para formulação de políticas públicas desejados pela SEDECON.

Nesta metodologia, os ODS foram apresentados pelo autor como indicadores importantes, principalmente para aqueles municípios que contam com pouca estrutura no âmbito das políticas públicas. Tendo em vista as finalidades da secretaria na qual a pesquisa se debruçou, os critérios de crescimento econômico, formação profissional, parcerias entre instituições públicas e privadas indicaram a escolha dos ODS citados como mais pertinentes às demandas dos gestores.

Assim como as pesquisas citadas acima, o trabalho *Princípios da governança ambiental na gestão de recursos hídricos com foco em áreas úmidas (AU's) na depressão periférica paulista*¹³⁰ de Deise Aparecida Junqueira, também direcionou as análises para as capacidades de governança e gestão, tendo como horizonte a Agenda 2030. Vinculada ao Programa de Pós-

¹²⁹ RAMOS, Fernando Jorge de Castro. **Indicadores socioeconômicos locais para a cidade de Bauru: um diagnóstico sob a ótica da competência em informação e midiática**. 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2020. p. 18.

¹³⁰ JUNQUEIRA, Deise Aparecida. **Princípios da governança ambiental na gestão de recursos hídricos com foco em áreas úmidas (AU's) na Depressão Periférica Paulista**. 2021. 87 f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2021.

Graduação em GeoCiências e Meio Ambiente do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, localizado no campus de Rio Claro, a pesquisa analisou as diretrizes de governança das instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos na região da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí.

Entre as fontes utilizadas pela autora, destacam-se os Planos Diretores dos municípios de Rio Claro, Santa Gertrudes e Analândia, a Lei Orgânica do município de Ipeúna e o Relatório da Situação dos Recursos Hídricos, elaborado em 2018 pela Agência das Bacias PCJ. A região estudada se caracteriza pela alta demanda por água, principalmente devido aos interesses dos setores rurais e industriais e para abastecimento urbano. Seu objetivo foi compreender as disposições nos documentos acerca das áreas úmidas pertencentes à região segundo os parâmetros de disponibilidade e qualidade, na medida em que a localização e preservação destas áreas foi um compromisso firmado pelo Brasil durante a Convenção de Ramsar, realizada em outubro de 2003 e, posteriormente, na Agenda 2030.

Em seu trabalho, Junqueira não avalia especificamente nenhum objetivo ou meta dos ODS, no entanto, devido a temática da pesquisa, entendemos estarem contemplados o ODS 6 (Água limpa e saneamento) e o ODS 14 (Vida de baixo d'água). A autora observou que o índice de vazão da bacia estudada é muito abaixo do mínimo estipulado pela ONU, indicando possíveis conflitos em virtude de sua dependência aos recursos hídricos. Neste contexto, Junqueira parte da hipótese de que os municípios e as instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos devem desenvolver mecanismos modernos para cumprir os compromissos nos prazos estabelecidos pelos documentos internacionais.

Contudo, os resultados mostraram o contrário. As atividades econômicas da região fazem com que a maior parte do solo seja utilizado para pastagem e plantação de cana-de-açúcar, enquanto o uso da água é, em sua maioria, para o abastecimento urbano. Na medida em que a distribuição de recursos financeiros pelo Comitê da Bacia Hidrográfica utiliza critérios ambientais, a autora observou nas posições dos municípios nos rankings de proteção ambiental, a ausência de medidas efetivas e, conseqüentemente, baixos investimentos em programas de recuperação e proteção ambiental.

A análise dos Planos Diretores e, no caso de Ipeúna, da Lei Orgânica, Junqueira observou algumas ações que contribuem para alcançar os ODS como o zoneamento territorial, no entanto, percebeu a ausência de conhecimentos que possibilitem o inventário e o monitoramento das áreas úmidas. Este fator caminha na direção oposta da Convenção de

Ramsar, instrumento de comparação na pesquisa, que indica a identificação destas áreas como fundamental para ampliar as informações e implementar políticas específicas a elas.¹³¹

A pesquisadora conclui que a governança dos municípios é de natureza híbrida com sobreposição hierárquica, ou seja, há participação da sociedade civil, mas com predomínio dos membros de governo. Principalmente na Lei Orgânica, fator que dificulta a participação de outros grupos sociais em elaborar e melhorar a qualidade dos recursos hídricos da região. Além disso, a forte influência do setor privado tem reflexo nas decisões públicas, resultando em sua livre atuação nas atividades econômicas. Junqueira apontou não ter nenhuma área úmida regularmente reconhecida na Depressão Periférica Paulista, seguindo as diretrizes internacionais, por isso conclui que a revisão dos documentos de acordo com sua periodicidade própria deve levar em consideração os princípios estipulados nos ODS, no que diz respeito à governança participativa para o desenvolvimento regional sustentável.

A dissertação de mestrado *Proposta de Framework para superar os desafios e explorar oportunidades da sustentabilidade por meio da indústria 4.0*¹³² de José Salvador da Motta Reis, teve como horizonte para análise os ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 13 (Combater as alterações climáticas). O trabalho está vinculado à Faculdade de Engenharia, no campus de Guaratinguetá, e foi defendido em setembro de 2021.

Neste trabalho, Reis analisou as possibilidades e os desafios para integração da Indústria 4.0, a partir dos pressupostos do “Davos Manifesto” lançado durante o Fórum Econômico Mundial, em 2020, e a sustentabilidade, compreendida na Agenda 2030. Para o autor, a utilização da Indústria 4.0 contribui na busca pelo desenvolvimento sustentável na medida em que permite “racionalizar os processos”, gerando a utilização razoável de água e energia, redução da emissão de CO₂ e resíduos e, com isso, diminuir a degradação ambiental.¹³³

A incorporação entre a indústria 4.0 e a sustentabilidade ficou denominada S4.0, que pode ser entendida como a obtenção da sustentabilidade por meio de tecnologias inteligentes.

¹³¹ JUNQUEIRA, Deise Aparecida. **Princípios da governança ambiental na gestão de recursos hídricos com foco em áreas úmidas (AU's) na Depressão Periférica Paulista**. 2021. 87 f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2021. p. 55-56.

¹³² REIS, José Salvador da Motta. **Proposta de Framework para superar os desafios e explorar oportunidades da sustentabilidade por meio da indústria 4.0**. 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guaratinguetá, 2021

¹³³ REIS, José Salvador da Motta. **Proposta de Framework para superar os desafios e explorar oportunidades da sustentabilidade por meio da indústria 4.0**. 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guaratinguetá, 2021. p.18.

A partir desta definição, Reis utiliza do conceito Triple Helix (TH), cuja definição está na integração entre governos, organizações e academia para desenvolvimento de ações nos pilares ambiental, econômico e social.¹³⁴ Para isso, o autor analisou a relação entre Indústria 4.0 e sustentabilidade em Índia, EUA, Alemanha, China e Brasil.

No âmbito do governo brasileiro, a pesquisa mostrou que as políticas referentes à S4.0 não são bem estruturadas, comparadas às dos demais países. Reis cita o Programa Indústria Mais Avançada, uma parceria entre o governo federal e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), voltado para a implementação de tecnologias no setor alimentício. Há, ainda, o Programa Agro 4.0 que visa o desenvolvimento de tecnologias para o aumento da eficiência e da produtividade no agronegócio. A conclusão do autor mostrou o baixo desempenho em Indústria 4.0 no Brasil.

Nas organizações, Reis observou a existência de apenas uma patente sobre o tema, localizada na Universidade Federal de Minas Gerais e cita o investimento da Vale S.A, uma empresa mineradora multinacional, em inteligência artificial para economizar pneus de caminhões que transportam minérios. Incoerência quase cômica tendo em vista que a empresa foi responsável por dois dos maiores desastres ambientais no Brasil com o rompimento de duas barragens em Minas Gerais, primeiro na cidade de Mariana¹³⁵ e, quatro anos depois, em Brumadinho¹³⁶. Rompimentos que não foram causados por falta de tecnologia. No setor da academia, foram destaques na área a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), a Universidade Paulista (UNIP) e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Nos dois primeiros casos, os destaques resultam da presença de especialistas no corpo docente e no último de estudos desenvolvidos na instituição.

O Framework¹³⁷ desenvolvido na pesquisa mostrou, por meio da análise de produções científicas, as oportunidades e os desafios sobre o tema, no qual podem ser aplicados para visualizá-los no alcance dos ODS citados. O autor indica em oportunidades: 1) aumentar o capital intelectual para acelerar a indústria 4.0 a fim de reduzir os impactos ambientais em cada

¹³⁴ REIS, José Salvador da Motta. **Proposta de Framework para superar os desafios e explorar oportunidades da sustentabilidade por meio da indústria 4.0**. 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guaratinguetá, 2021. p.18.

¹³⁵ **BARRAGEM** se rompe, e enxurrada de lama destrói distrito de Mariana. G1.Globo, 2015. Disponível em <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>> Acesso em 19 de abr de 2022.

¹³⁶ **BARRAGEM** da Vale se rompe em Brumadinho, MG. G1.Globo, 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/bombeiros-e-defesa-civil-sao-mobilizados-para-chamada-de-rompimento-de-barragem-em-brumadinho-na-grande-bh.ghtml>> Acesso em 19 de abr de 2022.

¹³⁷ Framework é uma ferramenta de programação que tem como objetivo aplicar funcionalidade e garantir mais produtividade e qualidade em projetos, como sites e aplicativos.

etapa do processo produtivo; 2) trabalhar com estatísticas para focar na sustentabilidade; 3) pensar os riscos nos âmbitos ambiental, econômico e social.; 4) pensar como a tecnologia pode melhorar a sustentabilidade no setor manufatureiro; 5) pensar a redução de energia por meio da integração homem e máquina e no uso de máquinas já existentes; e 6) inserir a tecnologia dentro das residências nos utensílios domésticos e desenvolver pesquisas sobre como a tecnologia ajuda no cumprimento dos ODS.¹³⁸

Os desafios identificados foram: 1) desafios financeiros para pequenas e médias empresas adquirirem tecnologia de ponta; 2) falta de mão de obra qualificada e oportunidades para especializá-la; 3) encontrar parceiros e fornecedores adequados com a tecnologia 4.0; 4) integrar os objetivos da indústria e da sustentabilidade; 5) falta de infraestrutura; 6) cibersegurança e o equilíbrio entre a produção e o consumo de energia.¹³⁹

Assim como os trabalhos anteriores, com exceção de Camillo, Reis não analisou, especificamente, as metas e os objetivos citados, mas integrou a importância da pesquisa realizada à existência da Agenda 2030, compreendendo o documento como fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, aplicou sua abordagem da utilização de tecnologias inteligentes tendo em vista o desenvolvimento de cidades sustentáveis, inovação, infraestrutura e o combate às mudanças climáticas.

*A importância da comunicação para a mobilização social: um estudo sobre as estratégias de comunicação digital no facebook e no site institucional da ONU Brasil sobre a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*¹⁴⁰ foi a dissertação de mestrado de Carla Negrin Fernandes de Paiva, defendida em 2021. Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, em Bauru, a pesquisa teve como objetivo analisar o conteúdo da *fanpage* no Facebook e o *site* oficial da ONU Brasil, a fim de compreender as estratégias de comunicação na geração de mobilização social para alcançar os ODS.

¹³⁸ REIS, José Salvador da Motta. **Proposta de Framework para superar os desafios e explorar oportunidades da sustentabilidade por meio da indústria 4.0.** 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guaratinguetá, 2021. p. 57-58.

¹³⁹ REIS, José Salvador da Motta. **Proposta de Framework para superar os desafios e explorar oportunidades da sustentabilidade por meio da indústria 4.0.** 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guaratinguetá, 2021. p. 59-60.

¹⁴⁰ PAIVA, Carla Negrin Fernandes de. **A importância da comunicação para a mobilização social: um estudo sobre as estratégias de comunicação digital no Facebook e no site institucional da ONU Brasil sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2021.

Os dados apresentados por Paiva foram coletados nos meses de outubro e novembro de 2020, cuja descrição permitiu visualizar a organização, ou seja, os aspectos técnicos e o conteúdo da página e do *site*. A forma como as informações estão dispostas, a alta quantidade de postagens diárias e a diversidade nos formatos de apresentação foram observados pela autora como indicadores de comprometimento da ONU e suas agências com a Agenda 2030. Não foram analisados nenhum ODS especificamente, no entanto, Paiva expõe a importância do documento para a consolidação do desenvolvimento sustentável, sobretudo pelo caráter participativo de sua elaboração e execução.

A autora observou que a presença dos ODS nas plataformas é constante, seja na utilização de cores que remetem à Agenda ou na inserção dos ODS relacionados ao final de cada matéria, entrevista ou notícia publicada. Os pontos positivos destacados pela autora são: 1) imagem limpa do *site*, sem excessos de informações e anúncios; 2) espaços específicos para os ODS; 3) chamadas para ação com o intuito de envolver o público no cumprimento da Agenda; 4) postagens diárias; 5) compartilhamento de informações de outras agências, como a ONU Mulheres, PNUMA, etc.; 6) publicações de relatórios e documentos com diretrizes e avaliações dos projetos.¹⁴¹

Já como ponto negativo destaca-se a baixa interação do público com as postagens, percebidas pela ausência de comentários, curtidas e compartilhamentos. Essa característica dota de incertezas o grau de efetividade da comunicação, na medida em que o salto de qualidade da informação para ação não é concretamente mensurado. Uma das razões apontadas pela autora para esta situação é a ausência de um espaço no site para diálogo entre a instituição e a população e a pouca interação da própria página no Facebook, observada pela ausência de respostas aos comentários realizados.

A partir das categorizações realizadas para interpretar as informações coletadas na pesquisa, a autora buscou compreender se estas eram suficientes para mobilizar o público nas ações propostas nos ODS. Paiva concluiu que todas as postagens analisadas têm como pano de fundo a Agenda 2030 e que as diferentes linguagens permitem o maior alcance de pessoas, inclusive aquelas que desejam se aprofundar no tema. Embora algumas postagens em inglês tenham sido apontadas pela autora como possíveis obstáculos a população que não tem conhecimento do idioma.

¹⁴¹ PAIVA, Carla Negrin Fernandes de. **A importância da comunicação para a mobilização social: um estudo sobre as estratégias de comunicação digital no Facebook e no site institucional da ONU Brasil sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2021.

Portanto, as conclusões da pesquisa indicam o site e a página do Facebook da ONU Brasil como ferramentas comprometidas em divulgar e buscar transformações individuais e coletivas para o cumprimento da Agenda através do compartilhamento de informações e incentivos para que as pessoas desenvolvam práticas sustentáveis e inclusivas. Demonstrando a capacidade de mobilização social gerada por estas ferramentas, embora, mesmo com a grande quantidade de seguidores, a interação com os conteúdos seja abaixo do esperado.

Por fim, a tese de doutorado *O nexos água-alimento-energia aplicado à rede de influência entre as cidades: análise centrada no município de Cunha, São Paulo*¹⁴² de Eliana Cristina Moraes dos Santos, também se tratou de um estudo local, cujos ODS foram incorporados como indicadores de avaliação. Vinculada à Faculdade de Engenharia, em Guaratinguetá, a pesquisa apresentou dados referente ao uso de água e energia na produção dos principais alimentos nas cidades de Ubatuba, Paraty, São Luís do Paraitinga, Lorena, Lagoinha, Guaratinguetá, Silveiras, Areias, São José do Barreiro e, tendo como eixo central, o município de Cunha.

Partindo da justificativa sobre a abordagem do nexos água-alimento-energia proposta pelo governo alemão para a Rio+20, a autora identificou a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a demanda dos recursos naturais, sobretudo da água, para produção de alimentos, na medida em que a população mundial tende a crescer, exigindo cada vez mais recursos para alimentação. Dentre seus objetivos, Santos buscou mostrar o quanto a região está contribuindo para alcançar os ODS e elaborar dados que subsidiem a elaboração de políticas públicas para melhorar seu desempenho.

Os objetivos abordados pela autora foram: 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável); 5 (Igualdade de gênero); 6 (Água potável e Saneamento); 7 (Energia Acessível e Limpa). A própria produção dos alimentos justifica a incorporação do ODS 2, no entanto, chamamos atenção para a expansão do olhar sobre o gênero no qual pertence a maior parte da mão de obra. A elevada presença de mulheres na agricultura e de famílias chefiadas por mulheres, direciona Santos a inserir o ODS 5 nas análises.

As fontes de análise consistiram em publicações de agências da ONU sobre o tema, legislações brasileiras e demais dados coletados do IBGE e das concessionárias de energia

¹⁴² MORAES-SANTOS, Eliana Cristina. **O nexos água-alimento-energia aplicado à rede de influência entre as cidades: análise centrada no município de Cunha, São Paulo**. 2020. 208 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guaratinguetá, 2020.

elétrica da região. Classificados como os alimentos mais consumidos pelos brasileiros, foi analisada na pesquisa a produção de feijão, arroz, mandioca, milho e pescado.

Os resultados da autora demonstram a existência de lacunas que ainda precisam ser preenchidas para o cumprimento efetivo dos ODS na região. No que diz respeito ao ODS 2, Santos conclui que a alta produção dos alimentos não é suficiente para a erradicação da fome, tendo em vista a grande quantidade de crianças extremamente pobres. O município com maior índice de crianças nesta situação foi São José do Barreiro e o menor foi São Luís do Paraitinga. Por tanto, estes índices não integram as metas referentes a este objetivo.

No caso do ODS 5, os relatos analisados pela autora evidenciaram uma diferenciação nos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres e meninas das áreas rurais, na medida em que não é considerado um “trabalho empregado” e, portanto, não há remuneração. Santos observou que a inter-relação entre o trabalho rural e as atividades domésticas atribui todas as atividades na mesma categoria, impossibilitando a avaliação precisa do trabalho das mulheres na agricultura. Sendo que a maioria das famílias pobres rurais são chefiadas por mulheres, a autora reforça a importância do reconhecimento e da regularização deste trabalho para melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas.¹⁴³

Os dados referentes aos recursos hídricos orientados pelo ODS 6 mostram o despejo de esgoto não tratado nos rios e o escoamento de resíduos industriais que degradam a água da região. Para a autora, estes indicadores precisam ser superados como uma ação básica, para então desenvolver medidas mais complexas em busca dos ODS. Por fim, no que diz respeito aos ODS 7, as análises indicaram um percentual relativamente baixo de pessoas sem acesso à energia elétrica nas cidades, no entanto, a existência de comunidades nessa condição é um obstáculo para o sucesso da Agenda.

A autora conclui que a produção de arroz, tendo como destaque a cidade de Guaratinguetá, é a maior preocupação para a busca do equilíbrio ambiental, pois exige altas quantidades de água e energia, da mesma forma que gera modificações no solo. Estes fatores são agravados na medida em que a maior parte do consumo deste alimento não é local, mas exportado.

A breve apresentação dos trabalhos demonstra que a Agenda 2030 vem sendo debatida no âmbito institucional da universidade, mas de maneira desarticulada. Os ODS

¹⁴³ MORAES-SANTOS, Eliana Cristina. **O nexo água-alimento-energia aplicado à rede de influência entre as cidades:** análise centrada no município de Cunha, São Paulo. 2020. 208 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guaratinguetá, 2020.

especificamente já estudados foram 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; 4 - Educação de Qualidade; 5 - Igualdade de Gênero; 6 - Água potável e Saneamento; 7 - Energia Acessível e Limpa; 8 - Trabalho decente e Crescimento econômico; 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e meios de implementação.

Podemos perceber que a preocupação geral é utilizar os objetivos da Agenda como indicadores para o desenvolvimento regional nos municípios do estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, as pesquisas indicam uma lacuna muito grande da universidade, seja na graduação ou na pós-graduação, para se apropriar da Agenda. Seu real significado está na percepção acerca das diferentes perspectivas que os ODS possibilitam no desenvolvimento de pesquisas, dada sua característica interdisciplinar, contemplando todas as áreas do conhecimento. Além disso suas maiores contribuições se concentram no nível local, cujas fragilidades institucionais são mais comuns.

Nota-se a necessidade do desenvolvimento institucional da UNESP para ampliar o conhecimento acerca dos ODS e as possibilidades de trabalho que a Agenda permite construir. Os resultados obtidos pela pesquisa científica são fundamentais para a identificação do lugar que ocupa o Brasil e, nesse caso, o Estado de São Paulo, para o sucesso ou o fracasso da Agenda 2030. Partindo desta preocupação, apresentamos a seguir os dados referentes à FCL de Assis em diálogo com os ODS.

CAPÍTULO 3: A PRESENÇA FEMININA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS (2005-2018)

A Faculdade de Ciências e Letras de Assis assinala nuances das demandas de igualdade de gênero e educação de qualidade presentes na Agenda 2030. Localizada no interior do Estado de São Paulo e fundada sob os auspícios do desenvolvimentismo da década de 1950, a instituição reflete as transformações sociais, políticas e econômicas de Assis e as oportunidades disponíveis aos grupos sociais que a frequentam.

Individualmente, sua atuação gerou transformações na vida das mulheres ao proporcionar acesso à formação superior e ampliar os espaços que este grupo específico de mulheres frequentavam. O desenvolvimento populacional, econômico e cultural da região exigiu modificações estruturais na faculdade, compondo a trajetória histórica da cidade narrada pela instituição. Os reflexos da inserção profissional da população feminina desencadearam rupturas na organização social do município, revelando os efeitos coletivos do fenômeno da educação e do trabalho das mulheres em Assis.

3.1 Perfil histórico da FCL

O município de Assis foi fundado em 1917 e teve seu desenvolvimento diretamente relacionado à Estrada de Ferro Sorocabana que chegou ao povoado em 1915, permitindo a cidade crescer como “boca de sertão”. Segundo o geógrafo Pierre Monbeig, “boca de sertão” revela a localização das cidades que “se situam na orla das zonas em que começa a penetrar o povoamento”¹⁴⁴. Uma condição privilegiada e permitiu Assis se tornar um importante núcleo urbano.

Situada entre os municípios da “franja pioneira”, a ocupação da região de Assis foi intensa entre 1900 e 1940. Os novos moradores vinham para suprir a necessidade de mão-de-obra para as atividades econômicas, na época baseadas na cafeicultura, pecuária e no comércio. O crescimento das plantações, primeiro de café, depois com o desenvolvimento da pecuária, ocorria a custo do desmatamento das matas nativas. Com o passar dos anos, o fluxo de migrações permaneceu, resultando um excedente populacional. Este, por sua vez, interferiu na formação da mão-de-obra local.¹⁴⁵

Nas décadas iniciais da Faculdade de Ciências e Letras, a economia da região de Assis ainda era amplamente baseada no trabalho rural, tendo em vista a existência de

¹⁴⁴ MONBEIG, Pierre. **Fazendeiros e pioneiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 348.

¹⁴⁵ BRANT, Vinicius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. **Estudos Cebrap**, São Paulo: Cebrap, n.19, p. 37-91, 1977.

estabelecimentos rurais que representavam 92,5% da região, em 1970.¹⁴⁶ Segundo o sociólogo Vinicius Caldeira Brant, a ocupação tardia da região exigiu um incentivo para os imigrantes trabalharem devido a ausência demográfica e, por isso, de trabalhadores, sobretudo nos cafezais.

Somada à intenção de diminuir os gastos do processo de produção, os trabalhadores se instalaram nas fazendas que trabalhavam, no sistema conhecido como colonato. Com o passar dos anos, a diversificação na produção agrícola, a inserção de maquinários, o uso de pesticidas e fertilizantes e o substancial aumento populacional inversamente proporcional às ofertas de trabalho criaram um exército de trabalhadores reserva, extinguindo a necessidade de pessoas fixas nos plantios.

Os dois fenômenos ilustram a passagem dos trabalhadores fixos para os temporários em Assis. Segundo Brant

Desde que a existência de um excedente populacional relativo tornou desnecessária a fixação do trabalhador no interior da unidade produtiva, inicia-se na região o processo de substituição da mão de obra permanente por temporária. Já na década de 40 essa tendência se revela. Os trabalhadores permanentes em seu conjunto encontrados nos estabelecimentos rurais em 1950 constituíam 74,63% dos de 1940, enquanto o número de trabalhadores temporários cresceu mais de duas vezes e meia durante a década. O processo acelerou-se nas décadas seguintes, até chegar à situação atual, em que a força de trabalho dos trabalhadores residentes nas empresas rurais é nitidamente secundária em relação às necessidades globais de força de trabalho, asseguradas principalmente pelo trabalho temporário e pela mecanização.¹⁴⁷

Em vista disso, podemos perceber que a criação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis possibilitou a oferta de trabalho permanente, necessário na região, atingindo de modo especial as mulheres. Os dados mostram que no período entre 1958 e 1970, havia a presença de 16 mulheres¹⁴⁸, 13 docentes e 3 servidoras, em comparação com 14 docentes e 9 servidores do sexo masculino. A população feminina cresceu para 83, 175, 223 e 258 mulheres, em 1980, 1990, 2000 e 2010, respectivamente. Enquanto os homens foram 63, 117, 163 e 219 no mesmo período.

Observamos um crescimento constante de profissionais femininas na faculdade, superando a presença masculina. Na primeira década de funcionamento, as mulheres correspondiam a 41,02% dos trabalhadores da instituição, enquanto os homens correspondiam

¹⁴⁶ BRANT, Vinicius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. **Estudos Cebrap**, São Paulo: Cebrap, n.19, p. 37-91, 1977. p.44.

¹⁴⁷ BRANT, Vinicius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. **Estudos Cebrap**, São Paulo: Cebrap, n.19, p. 37-91, 1977. p. 52-53.

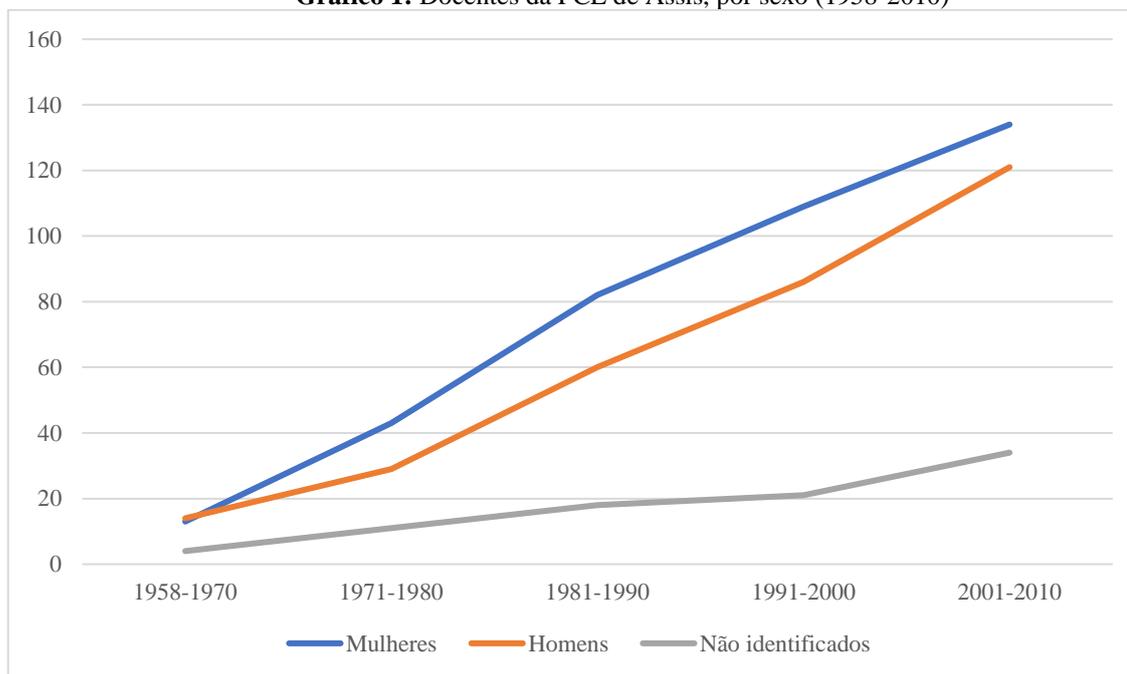
¹⁴⁸ Dois nomes foram desconsiderados da análise. Suas respectivas contratações constam de 1952 e 1954, portanto, períodos anteriores à criação da Faculdade. Em outro caso, embora considerado, não há o ano de desligamento da instituição, a data de admissão consta em 1968.

a 58,98%. Dez anos depois, a porcentagem se alterou para 56,84% correspondente às mulheres e 43,16% aos homens, mantendo a diferença ao longo dos anos. Na virada do milênio, o percentual entre docentes e servidores correspondeu a 54,08% de mulheres e 45,92% de homens.

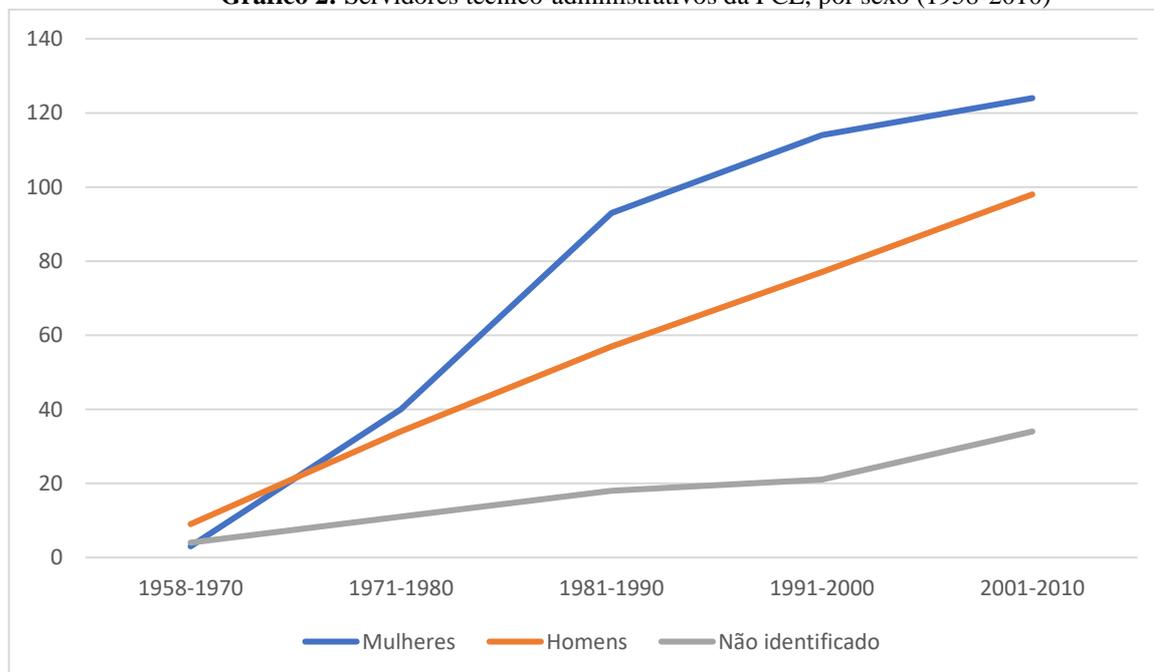
Os dados referentes aos anos iniciais da instituição foram organizados a partir das informações disponibilizadas pela Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. O documento não garante a totalidade de servidores técnicos-administrativos e docentes da instituição, mas daquelas cujas informações contratuais se encontraram em formato digital no momento em que foram consultadas.¹⁴⁹ Contudo, mostram-se suficientes para compreender a importância da faculdade na criação de trabalho permanente para as mulheres em Assis¹⁵⁰, como demonstrado nos gráficos abaixo.

¹⁴⁹ A fonte foi coletada em março de 2018.

¹⁵⁰ Somam-se, ao todo, 776 nomes formados por 401 mulheres, 369 homens e 6 não identificados. O fechamento da Faculdade, devido à pandemia de COVID-19, impossibilitou o acesso ao material físico na Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos, exigindo adaptação para a conclusão da pesquisa. O documento disponibilizado pela Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos ofereceu informações tais como nome completo, data de nascimento, cargo, data de admissão e data de desligamento. Dada a ausência de informação referente ao sexo, a identificação das profissionais se deu por meio do nome registrado. Temos consciência que esta metodologia pode empreender dificuldades quanto à identificação, dada a ausência de informações sobre o uso do nome social e as incertezas encadeadas pela utilização do mesmo nome para ambos os sexos. A partir de 2011, os dados foram consultados nos anuários estatísticos da UNESP, pois passaram a inserir a categoria “sexo” nos relatórios para docentes e servidores. Anteriormente, esta informação estava disponível apenas para discentes.

Gráfico 1: Docentes da FCL de Assis, por sexo (1958-2010)

Fonte: Elaborado por Cíntia Verza Amarante a partir de dados da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos (FCL/Assis).

Gráfico 2: Servidores técnico-administrativos da FCL, por sexo (1958-2010)

Fonte: Elaborado por Cíntia Verza Amarante a partir de dados da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos (FCL/Assis).

As transformações geradas pela criação da faculdade também atingiram a estrutura social composta pelos estudantes em Assis. Monbeig observou que a cidade já cumpria uma

função escolar, na medida em que possuía internatos e escolas que atraíam visitantes da região.¹⁵¹ A função educacional em Assis também se confirma no estudo *A construção do “herói”. Leitura na escola: Assis-SP (1920-1950)* de Raquel Lazzari Leite Barbosa.¹⁵² Neste trabalho, Barbosa considerou que no período analisado, a educação em Assis era vista como uma peça-chave para a ascensão social. Segundo a autora

O interesse pela escolaridade, por parte de uma comunidade, envolve diversas questões. No caso da sociedade assisense, inserida num complexo de “zona pioneira” e caracterizada pela marcha da urbanização que envolvia essas zonas, manteve-se, no período estudado, tendência para reforçar algumas posições a respeito do papel da escola. Uma destas refere-se à visão segundo a qual a escolaridade é complemento indispensável para alcançar o progresso e fugir da marginalidade social. A criança, o adolescente, considerados como “de passagem” para a idade adulta, devem ser escolarizados, pois assim se forma o adulto que vai atender ao “projeto” almejado.¹⁵³

Projeto este orientado pela política nacionalista e desenvolvimentista da época. No que diz respeito à criação da faculdade, Barbosa destacou dois fatores que reforçam a importância da instituição: primeiramente, pela consolidação da influência regional do município como sede de uma instituição de ensino superior, principalmente devido à qualificação dos professores que lecionaram na faculdade. O segundo fator “referia-se a um projeto mais ou menos vago, isto é, propiciar aos filhos de pessoas da região que não pudessem se deslocar para locais mais distantes, a possibilidade de cursar uma faculdade na própria cidade.”¹⁵⁴ No entanto, este acesso manteve-se restrito. O curso de Letras, primeiro a ser criado na instituição, possuía carga horária integral o que aprofundou as desigualdades de inserção por parte dos poucos indivíduos de baixa renda que poderiam concluir a educação básica.

Para além do fator econômico, os cursos da instituição tratam-se de licenciaturas, ou seja, sua ênfase é a formação docente para atuar na educação básica. Estas características permitem delinear um perfil dos estudantes no início da década de 1960: majoritariamente composto por mulheres com origem de famílias ricas.

¹⁵¹ MONBEIG, Pierre. **Fazendeiros e pioneiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 354.

¹⁵² BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **A construção do “herói”**. *Leitura na escola: Assis-SP (1920-1950)*. São Paulo: Editora UNESP, 1ed. 2002.

¹⁵³ BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **A construção do herói**. *Leitura na escola: Assis-SP (1920-1950)*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 68.

¹⁵⁴ BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **A construção do herói**. *Leitura na escola: Assis-SP (1920-1950)*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 104.

As análises de Barbosa acerca do universo das professoras primárias, a partir das informações coletadas em depoimentos de mulheres que lecionaram no período, indicaram “uma imagem sem muitas transformações” no perfil dessas profissionais.

Jovens de classe média, sem muita homogeneidade no que se refere a essa classificação geral, mas envolvidos em base comum: o empenho das famílias em propiciar o estudo para seus filhos. Essa é mais uma das faces que se mostram, entre as muitas outras, da busca pela escolaridade que acompanhava o processo de desenvolvimento da região em estudo. Tal busca manifestava-se na preocupação em assegurar ao jovem uma garantia de profissionalização num trabalho que era especialmente reservado às mulheres e que gozava, então, de um bom conceito social.¹⁵⁵

No entanto, a profissionalização de algumas mulheres por meio do magistério não significou a ruptura da divisão sexual do trabalho e das funções de mãe e esposa atribuídas às mulheres. Através da identificação dos autores e livros lidos na época, Barbosa demonstrou, em diálogo com outros estudos, a consolidação dos valores de moral conservadora, principalmente entre as mulheres de baixa renda. A escassez de recursos econômicos limitava as leituras destas mulheres àquelas distribuídas gratuitamente e que tinham como objetivo ensinar o modelo de mulher ideal. Além disso, o município possuía um programa chamado Livro do Mês, onde eram escolhidos os livros a serem distribuídos para a população e condicionava a leitura das mulheres no geral, inclusive das professoras.¹⁵⁶

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos*¹⁵⁷ discutiu suas impressões sobre a civilização e os modelos de progresso no Brasil. Nesta narrativa, traçou algumas características da acelerada cidade de São Paulo, marcada pelo apressado ritmo de construção e renovação. Nos interessa perceber o lugar em que a educação e a cultura ocupavam naquela sociedade, visto que eram restritas às famílias ricas. Os anos em que o estudioso lecionou na USP permitiram maior familiaridade com o corpo estudantil, entendendo a abertura à cultura e à formação intelectual gerada pela instituição atingir um público específico, ampliando as relações de poder e marcando uma competição intelectual. Lévi-Strauss assim os descreve

Vinham, entretanto, de longe, esses homens e essas mulheres de todas as idades, que se comprimiam em nossos cursos com um fervor desconfiado: jovens à espreita dos empregos abertos pelos diplomas que conferíamos; ou advogados, engenheiros,

¹⁵⁵ BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **A construção do herói**. Leitura na escola: Assis-SP (1920-1950). São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 122-123.

¹⁵⁶ BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **A construção do herói**. Leitura na escola: Assis-SP (1920-1950). São Paulo: Editora UNESP, 2001 p. 126-129.

¹⁵⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957.

políticos triunfantes, que temiam a próxima concorrência dos títulos universitários, se não tivessem eles próprios a prudência de conquistá-los¹⁵⁸.

Este perfil dos estudantes da USP, apresentado por Lévi-Strauss, confirma os elementos expostos por Barbosa sobre a Faculdade de Assis, dadas às características de acesso e aos objetivos da educação na época, ao passo em que muitos dos estudantes que frequentavam a USP vinham de cidades do interior. As mesmas características são dispostas às mulheres nas universidades, no entanto, como demonstrado por Barbosa, as repressões oriundas dos valores morais e culturais, somadas à divisão sexual do trabalho, eram obstáculos extras para o acesso e a permanência aos estudos e ao trabalho externo do âmbito doméstico, principalmente para as mulheres de baixa renda.

3.2 As estudantes na FCL de Assis

Percebemos que as políticas de ampliação do ensino superior no Brasil beneficiaram, em sua maioria, as mulheres. O relatório de acompanhamento dos ODM no Brasil, publicado em 2014, chamou atenção para a predominância do público feminino nos sistemas educacionais da América Latina. O documento apontou a perspectiva de paridade entre os sexos no setor educacional como ineficiente para a avaliação e a promoção da igualdade de gênero e definiu estar no mercado de trabalho e na representação política os verdadeiros desafios para o Brasil¹⁵⁹. A avaliação brasileira dos ODM definiu como satisfatório os índices de formação feminina, da educação básica ao ensino superior. Segundo o relatório, a paridade entre meninos e meninas de 7 a 14 anos no ensino fundamental foi atingida em 1990, enquanto nos níveis médio e superior, os homens são responsáveis pelos menores índices.

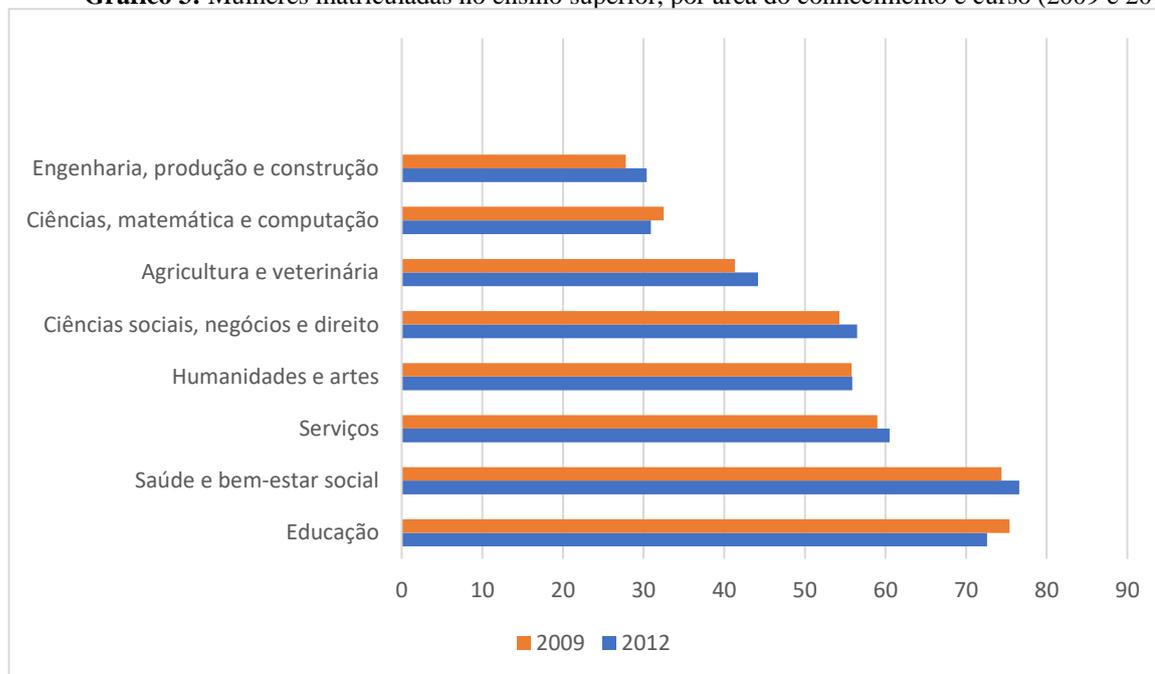
No que diz respeito aos cursos superiores frequentados pelas mulheres, o documento demonstrou predominância daqueles voltados para saúde e bem-estar, compreendendo 74,4% em 2009 e com um pequeno salto para 76,6%, em 2012. Os cursos das áreas educacionais também encontraram uma proporção considerável de mulheres, cujas taxas foram de 76,4% em 2009, e apresentaram um recuo para 72,6% em 2012. Entendemos a queda devido à falta de investimento na educação, sobretudo na remuneração docente, como demonstraremos em seguida. Os cursos nas áreas das humanidades e das artes corresponderam a 55,8%, em 2009, e

¹⁵⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957. p. 104.

¹⁵⁹ **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2014.

55,9%, em 2012. Os menores índices de participação feminina foram nas áreas de engenharia, produção e construção com 27,8%, em 2009 e 30,4%, em 2012¹⁶⁰. O gráfico abaixo representa essa relação.

Gráfico 3: Mulheres matriculadas no ensino superior, por área do conhecimento e curso (2009 e 2012)



Fonte: Relatório Nacional de acompanhamento Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2014, p.52

Este panorama da situação do ensino superior no Brasil condimenta o caminho para chegarmos ao estudo local. Nos concentramos nas categorias de *acesso* e *permanência* no ensino superior para compreender as oportunidades de formação profissional disponibilizadas pela FCL para as mulheres. Esta escolha se justifica a partir de duas questões iniciais: uma vez que as meninas são maioria na educação básica, posteriormente, elas estão presentes na FCL de Assis? Quais profissionais a instituição forma para o mercado de trabalho?

Percebemos que a presença feminina na FCL corresponde às informações do Relatório de Acompanhamento dos ODM no Brasil, tendo em vista o amplo contingente de estudantes mulheres na instituição, superando os estudantes do sexo masculino. Em 2005, 66,10% dos estudantes eram do sexo feminino. Em 2010 e 2015, o percentual caiu para 63,54% e 59,27%, respectivamente. Apesar da queda, a população feminina permaneceu superior.

Esses resultados podem ser justificados pela natureza dos cursos ofertados na instituição. Entre as cinco opções (Letras, História, Psicologia, Ciências Biológicas e Engenharia Biotecnológica), três são na modalidade de licenciatura, ou seja, cursos para

¹⁶⁰ **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2014. p.50-52.

formação de professores habilitados a atuar na educação básica (Letras, História e Ciências Biológicas). A predominância feminina se confirma pelos dados: em 2005 as mulheres formavam 61,17% dos discentes matriculados em curso de licenciatura, 61,04% e 58,04% em 2010 e 2015, respectivamente.

Tal registro tem razão histórica. A intensa presença feminina na função de professora foi resultado de um acelerado processo de feminização da docência iniciado desde o século XIX e que permanece até os dias de hoje. A pedagoga Jane Soares de Almeida se debruçou no estudo sobre este fenômeno e defendeu a ideia de que, inicialmente, as mulheres ocupavam o ofício de professoras na medida em que desejavam se inserir nos espaços públicos e o magistério surgia como a única opção. Segundo a autora, esta opção esteve ligada a um fenômeno de “domesticação” da sala de aula, fazendo com que as mulheres, enquanto professoras, permanecessem na condição “natural” de cuidadoras das crianças.¹⁶¹

Diante a condição estante de esposas e mães, a autora concluiu que trabalhar na educação foi o equilíbrio encontrado para aliar o desejo das mulheres com aquilo que era possível no contexto em que viviam. Para Almeida

O magistério, por sua especificidade, foi uma das maiores oportunidades com a qual contou o sexo feminino para atingir esse equilíbrio. Era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que este significasse cuidar de alguém. O doar-se com nobreza e resignação, qualidades inerentes às mulheres, era premissa com a qual também afinavam-se profissões como enfermeira ou parteira.¹⁶²

Profissão esta, como já demonstrado anteriormente pelo estudo de Barbosa, inicialmente composta pelas mulheres escolarizadas e, portanto, de famílias ricas. Contudo, Almeida observou dois motivos que desencadearam na abertura da docência para as mulheres de classe média. Primeiramente, devido à preocupação econômica com a ausência de renda de uma parcela de mulheres que permaneceram solteiras ou se tornaram viúvas; o outro fator foi a expansão da educação básica e a obrigatoriedade da escolarização das crianças, exigindo maior quantidade de profissionais no setor educacional. Esta abertura ampliou a participação das mulheres que buscavam ascensão social por meio do mercado de trabalho formal. Inserção restrita às salas de aula, uma vez que os cargos da gestão da escola permaneceram aos homens.¹⁶³

As razões iniciais pelas quais a docência se tornou uma profissão feminina está ligada aos preceitos de moral religiosa sobre o destino das mulheres como mães e esposas. A educação

¹⁶¹ ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

¹⁶² ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p.32.

¹⁶³ ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação ou destino?. In. SAVIANI, Dermeval et. al. (org.) **O legado educacional do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2014.

das mulheres era destinada a ensiná-las o que era melhor para seus filhos, maridos e para a gestão do lar e o magistério foi uma forma de transportar estes valores para a esfera pública, tendo em vista que as mulheres reivindicam novos espaços sociais. No entanto, como observou Almeida, “se a educação modifica a mulher, assim como todos os seres humanos, a mulher também modifica a educação escolarizada, enquanto sua principal veiculadora.”¹⁶⁴ Tal capacidade de transformação está ligada à permanência destas na docência nos dias atuais.

A educação no século XXI, no entanto, é bastante distinta daquela dos séculos XIX e XX e que oferecia poucas opções de trabalho formal às mulheres. Os sistemas educacionais não são mais restritos à elite do país e o direito à educação garantido pela Constituição é, ou deveria ser, universal. Da mesma forma, a educação das mulheres é um compromisso efetivo dos países, disposto nos ODS. Não obstante, a qualidade da educação ainda não é suficiente para erradicar os elevados e permanentes índices de desigualdade social e a desvalorização da docência ainda se constitui como realidade. A globalização da economia inseriu o ensino superior ao mercado privado, aprofundando ainda mais as desigualdades na oferta dos serviços em instituições de educação superior. No Brasil, isso se comprova com a formulação dos ODS nacionais onde as universidades são equiparadas com as demais instituições de ensino superior, somente em consideração à formação profissional.

O fenômeno da feminização da docência permite explicar a intensa presença de mulheres nos cursos de licenciatura da FCL, mas, sozinha, não é suficiente para compreender sua permanência. Os dados mostram que, em 2018, a presença feminina nos cursos destinados à formação de professores permaneceu superior na FCL, compondo 58,24% das matrículas. O curso de Letras foi avaliado com a maior quantidade de mulheres no período analisado. Dos 8.495 estudantes matriculados, 5.956 foram mulheres, em comparação com 2.539 homens, representando 70,11% do total de matrículas.

O curso com menores índices de matrículas femininas entre os cursos de licenciatura foi História. No mesmo período analisado constatou-se a matrícula de 5.226 estudantes, sendo 2.199 mulheres e 3.027 homens, ou seja, o primeiro grupo formou 42,07% das matrículas. Por fim, Ciências Biológicas mensurou 2.432 matrículas neste período, totalizando 1.441 mulheres e 991 homens, as primeiras, portanto, formando 59,25% das matrículas.

O que motiva as mulheres continuarem buscando a formação docente? Para responder esta questão, voltemos às análises de Almeida. Em seu livro, intitulado *Mulheres e educação:*

¹⁶⁴ ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação:** paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 21.

a paixão pelo possível¹⁶⁵, a autora utilizou a ideia de paixão para se referir a permanência das mulheres no trabalho de cuidar e educar os filhos de outras pessoas. Somente com esta paixão seria possível encarar a desvalorização do trabalho da docência, cujos fatores não estão ligados à sua feminização¹⁶⁶. Permanecer no setor educacional tem ramificações relacionadas à subjetividade das mulheres em se reconhecerem, conscientemente ou não, como agentes - ou sujeitos - de transformação e assumirem a responsabilidade de educar as crianças e, portanto, das futuras gerações. Esta paixão, longe da definição romântica de um chamado materno que nasce com cada mulher, tem a ver com o desejo de construir um mundo mais justo e sem conflitos.

Assumir esta tarefa se aproxima do que o sociólogo Alain Touraine chamou de uma mistura entre o “determinismo social” e a “subjetividade de ordem psicológica feminina”, que faz com que as mulheres carreguem dentro de si “projetos positivos bem como o desejo de viver uma existência transformada por elas mesmas.”¹⁶⁷ Para o sociólogo, as mulheres são as mais empenhadas na recomposição do universo social e cultural.

Em seu estudo publicado no livro *O mundo das mulheres*, onde analisa entrevistas de mulheres de diferentes origens - e alguns homens - Touraine concluiu que as mulheres ouvidas afirmaram sua condição feminina, afirmando sua subjetividade. Essa identificação carrega em si sua construção própria enquanto sujeitos sociais, possuidoras dos direitos de escolhas e livres para definir sua personagem da forma como quiserem, pois

Nenhuma mulher, com efeito, ignora nem sua subordinação aos homens nem as funções que a sociedade lhe atribui e que as colocam do lado da natureza, ainda que os homens sejam os inventores e patrões da vida social. A identidade que as mulheres afirmam, porém, não é somente a rejeição da dominação social; ela é, sobretudo, a afirmação da experiência vivida da própria subjetividade que emergiu e, conseqüentemente, confirmação da capacidade de pensar, de agir, de esperar ou de sofrer por si mesma.¹⁶⁸

Defender que as estudantes da FCL carregam em seus objetivos a transformação social é um jogo de especulações, já que estas não foram propriamente ouvidas como fez Touraine. Contudo, a confirmação da identidade, dos desejos, interesses e direitos observados pelo sociólogo são fatores relevantes em nossa análise, pois refletem na escolha das mulheres

¹⁶⁵ ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

¹⁶⁶ Para Almeida, a desvalorização da docência tem relação com a falta de investimento nos serviços sociais como um todo. Os trabalhos voltados ao cuidado da população como de professoras, assistentes sociais, enfermeiras, são mal remunerados, enquanto aqueles à serviço das elites têm melhores rendimentos. Portanto, a má remuneração da docência não tem ligação com questões de gênero.

¹⁶⁷ TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 23-24.

¹⁶⁸ TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 32.

permanecerem na docência, determinadas pela vontade de mudança social através da educação. Esta apropriação, reconhecimento e ação elevam as professoras a condição de agentes. Se a feminização da docência foi uma consequência de um processo histórico vinculado à moral cristã e, nos séculos XIX e XX estava entre as poucas opções de trabalho para as mulheres, atualmente ela se confirma como uma escolha.

Uma vez que as estratégias para o desenvolvimento sustentável asseguram na educação a construção de sociedades equitativas e justas, são as mulheres suas principais representantes e protetoras das futuras gerações como professoras. A FCL de Assis enquanto uma instituição de ensino superior que forma um considerável contingente de professoras para a educação básica se confirma como uma ferramenta central para o cumprimento dos ODS.

Nos cursos na modalidade de bacharelado também é predominante a presença de mulheres. Em 2005, 78,25% das matrículas em Psicologia foram femininas, com queda para 73,99%, em 2010, e 64,27%, em 2015. A elevada presença feminina neste curso também pode estar relacionada às determinações sociais do cuidado, como evidenciados anteriormente. No curso de Engenharia Biotecnológica 52,84% dos discentes, em 2010, eram mulheres, aumentando para 53,87%, em 2015.

A reconfiguração do curso de Biotecnologia para Engenharia Biotecnológica, em 2009, esteve ligada à dificuldade de inserção dos profissionais formados no mercado de trabalho, uma vez que não existia, no momento, um Conselho Estadual ou Federal para regulamentação da profissão¹⁶⁹. Os dados demonstrados acima revelam a relevância da FCL para a formação de profissionais do sexo feminino na área de engenharia, previsto como frágil no cenário nacional.¹⁷⁰

A educação superior é peça chave para o desenvolvimento das habilidades especializadas, mas também tem efeito nos níveis institucionais de adaptação às necessidades do país em benefício da sociedade e na geração de empregos. Neste caso, com a predominância de profissionais para a educação básica, revela a complementaridade fundamental entre a escola e a universidade. Com a presença massiva de mulheres nos cursos de graduação da FCL, há o investimento nas capacidades e conhecimentos, permitindo ampliar suas opções de escolhas individuais. A articulação entre os três níveis do desenvolvimento de capacidades é reforçada

¹⁶⁹Disponível em <<https://www.assis.unesp.br/#!/ensino/graduacao/cursos/engenharia-biotecnologica/>>. Acesso em 30 de Dez. de 2020.

¹⁷⁰ **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2014.

no caso feminino, pois resulta no aumento salarial, na queda nos níveis de fertilidade e de mortalidade infantil.¹⁷¹

Em 2019, foi lançado o 1º Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, uma parceria entre o governo estadual, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A publicação do relatório indica um comprometimento estadual com a Agenda 2030 por meio de parcerias. A metodologia do trabalho foi orientada pelas perguntas “onde estamos” e “o que fazemos” para avaliar a situação do estado diante cada objetivo e a publicação das ações realizadas para alcançar as metas dá transparência ao processo. Estas informações fomentam o debate público e a participação da sociedade civil sobre a Agenda 2030. O relatório, correspondente ao Plano Plurianual 2016-2019, indicou o ensino superior como uma estratégia para a igualdade de gênero, na medida em que tem relação com o aumento da empregabilidade das mulheres.

Segundo o relatório, os índices demonstraram crescimento de pessoas que concluíram o ensino superior em ambos os sexos. No caso das mulheres, subiu de 18,8%, em 2012, para 24,8% em 2017 e de 16%, em 2012, para 21,1% em 2017, no caso dos homens. Embora representem superioridade, as mulheres ainda encontram dificuldade para ingressar no mercado de trabalho. A porcentagem de mulheres com ensino superior empregadas em relação a População com Idade Ativa (PEA) era de 73,1%, enquanto para os homens com apenas o ensino médio é de 75,4%.¹⁷² As taxas de empregabilidade referente a 2017 variaram entre as mulheres de 17% quando não escolarizadas e 73,1% com ensino superior. Para os homens os números foram de 40,7% quando não escolarizados e 84,1% com ensino superior. Os dados mostram que o grau de escolaridade tem efeitos mais relevantes para a vida das mulheres.¹⁷³

Neste sentido, cabe avaliar os índices de discentes que se formaram na FCL. As mulheres representaram 61,28% dos estudantes formados pela FCL em 2005, aumentando para 62,19%, em 2015. Somente nos cursos de licenciatura, a porcentagem foi de 46,72% e 60,71%, respectivamente nos mesmos períodos. É importante destacar que, com o passar dos anos, a

¹⁷¹ LOPES, Carlos; THEISOHN, Thomas. **Desenvolvimento para céticos**: como melhorar o desenvolvimento de capacidades. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p.138.

¹⁷² **1º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados; Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2019. *Relatório*.

¹⁷³ **1º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados; Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2019. *Relatório*. p.46.

população estudantil na FCL diminuiu significativamente em todos os cursos. Em 2015 houve uma queda de 44,95% dos estudantes formados em comparação com aqueles de 2005. Somente nos cursos de licenciatura, se mostra maior, representando 47,67%.

Comparando estes dados com outras variáveis percebemos um fraco impacto da instituição para a formação profissional dos moradores de Assis. O censo realizado pelo IBGE nos mostra que a população assisense com ensino superior é baixa, correspondendo em 2000 a 12,4% da população total e em 2010, 17,67%.¹⁷⁴ As características ainda muito ligadas aos setores agrícolas da região podem justificar a ausência de residentes da cidade na FCL, somadas aos fatores da desvalorização da docência em uma instituição predominantemente para formação de professores.

Como vimos, as mulheres e meninas mantêm presença massiva nas instituições de ensino no Brasil e no estado de São Paulo. No entanto, quando avaliados os dados estatísticos, percebemos que, sozinha, a inserção de mulheres e meninas não satisfaz as exigências para a igualdade de gênero e nem significa a implementação efetiva de uma educação para o desenvolvimento sustentável. As porcentagens mostram queda significativa de estudantes nos cursos de licenciatura, cujos profissionais têm protagonismo na construção de uma cultura sustentável no Brasil.

O desenvolvimento das sociedades carrega consigo transformações nas quais as instituições devem estar atentas e devem ser capazes de se adequar para atender às novas demandas. No nível institucional do desenvolvimento, percebemos a implementação de políticas públicas para expandir o acesso ao ensino superior através de ações afirmativas como uma forma de superação dos desafios. O sistema de cotas para alunos de escolas públicas vai refletir diretamente na presença de mulheres nos cursos de licenciatura.

A UNESP aderiu, em 2014, ao Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP) e aos candidatos Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI), a partir da Lei Federal nº 12.711/2012, estipulando 35% das vagas ofertadas aos alunos que tenham cursado de maneira integral o ensino médio em escolas públicas. Em 2018, ampliou a quantidade de vagas reservadas para este público em 50%, sendo 35% destas destinadas aos candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Dados do Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em <<https://www.seade.gov.br/>> Acesso em 20 de Nov. 2020.

¹⁷⁵ Diferentemente de outras universidades, a UNESP não oferece a possibilidade de ingresso através do Sistema de Seleção Unificado (SISU), mas exclusivamente pelo vestibular organizado pela Fundação Vunesp.

A adesão à política de cotas refletiu no aumento de candidatos, cuja formação básica foi em escolas públicas, atingindo, sobretudo, as mulheres que formam sua maioria. Percebemos essa mudança por meio da escolha dos períodos de frequência das aulas. A escolha do período no qual se refere às matrículas indicam o desenvolvimento das políticas públicas para ingresso de estudantes de baixa renda na universidade. As matrículas destinadas para o período noturno são predominantes nos cursos, sobretudo para os homens, com exceção do curso de Psicologia.

Em 2013, ano com maior número de matrículas no curso de Psicologia, a relação candidato/vaga era de 12,11 para o período matutino/vespertino e 11,76 para o período vespertino/noturno. A elevada competição aplicada ao exame unificado exprime um perfil de estudantes com níveis mais elevados de renda, acesso à formação específica para o vestibular com cursinhos preparatórios. Embora haja a existência de cursinhos populares destinados às pessoas de baixa renda, aqueles que precisam trabalhar acabam em desvantagem em relação aos estudantes, cuja dedicação é integral aos estudos. A escolha pelo período noturno é, normalmente, composta por estudantes que necessitam trabalhar para manter os custos de permanência no ensino superior.

Podemos comparar esses dados com o curso de Letras: a partir de 2014 - primeiro ano em que foi implementado o sistema de cotas no vestibular da UNESP - o número de matriculados, homens e mulheres, no período noturno supera os matriculados do matutino e diurno. Neste curso, a relação candidato/vaga, em 2013, era de 2,19 para o matutino e 2,16 no noturno.

A trajetória de consolidação das políticas de ação afirmativa voltadas para o ingresso de alunos negros e pobres no ensino superior no Brasil são marcadas por polêmicas que dividem opiniões. As primeiras ações desta natureza podem ser localizadas na década de 1990, a partir da criação dos já citados cursinhos pré-vestibulares direcionados aos alunos de baixa renda ofertados por organizações não-governamentais.

No entanto, ainda é possível afirmar que a maioria dos estudantes que frequentam as universidades públicas no país tem a formação básica em escolas particulares¹⁷⁶. O sistema de cotas pode estar entre os fatores pelos quais a democratização do acesso ao ensino superior tenha beneficiado mais as mulheres brancas, cujo acesso à educação básica, mesmo em escolas públicas, é superior. A opinião pública e de especialistas no que diz respeito às cotas raciais

¹⁷⁶ BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na Universidade Pública Brasileira**: será esse o caminho?. São Paulo: Autores Associados, 2005.

parece muito mais dividida do que àquelas voltadas às escolas públicas, implicitamente compreendendo a população mais pobre.

No que diz respeito aos candidatos, ou seja, aqueles que se inscreveram no vestibular, 72% frequentaram cursinhos pré-vestibulares. Nos anuários estatísticos da UNESP não há a informação acerca da natureza destes cursinhos, por isso, permanece a lacuna sobre a eficácia dos cursinhos populares para ingresso da população de baixa renda na instituição.

A fim de complementar as informações, o perfil socioeconômico dos discentes matriculados na UNESP, em 2005, mostram que 7% declararam possuir renda familiar mensal de até R\$599,00¹⁷⁷. Com renda de até R\$1.499,00 correspondem a 30% dos matriculados e 29% possuem renda mensal de até R\$2.999,00. As classes mais elevadas correspondem a 17% somando renda de até R\$4.499,00 e 7% até R \$5.999,00. 8% dos estudantes superam este último valor. Destes estudantes, 46% se identificaram pelo sexo masculino e 54% pelo feminino e se classificaram pela cor de pele branca 76% dos estudantes, parda 14%, preta 3%, amarela 5% e 1% não respondeu à questão.

Em contraposição, a partir da implementação da Lei n. 12.711/2012 os números modificaram-se. Em 2015, 40,74% dos estudantes matriculados na UNESP frequentaram o ensino médio integralmente em escolas públicas, significando um aumento de 10,74%. Os estudantes de escolas particulares formavam 53,24% - uma queda de 4,76% em comparação com o período anterior. No mesmo ano, houve diminuição de 15,5% dos candidatos que frequentam cursinhos pré-vestibular, indicando a presença de candidatos de baixa renda.

Nos dados referentes às rendas mensais, houve aumento de 6,43% dos candidatos com renda de até 1,9 salários-mínimos.¹⁷⁸ De 2 a 4,9 salários-mínimos corresponderam 36,75% dos candidatos, aqueles com renda mensal de até 9,9% do valor referente ao salário-mínimo da época, corresponderam a 30,47% e aqueles com renda mensal superior a 14,9 salários-mínimos foi de 9,33%. Os candidatos identificados pelo sexo masculino formaram 47,77% e pelo sexo feminino 52,23%. Declararam-se pela cor branca 73,61% estudantes e 17,84% e 4,66% se declararam pardos e pretos, respectivamente. Candidatos indígenas formaram 0,1% do total.

Observando os dados gerais referentes ao vestibular da UNESP, é possível preencher algumas lacunas no que diz respeito às problemáticas de raça e classe que envolvem o ingresso ao ensino superior, em especial na Faculdade de Assis. Percebemos que a implementação do sistema de cotas, a partir de 2014, permitiu a abertura de mais estudantes pobres, pretos e

¹⁷⁷ Valor referente à 1,9 salário-mínimo na época.

¹⁷⁸ Correspondente ao valor de até R\$1.355,00.

pardos, culminando na diversificação do perfil populacional na universidade. Ao mesmo tempo em que a proporção de mulheres permaneceu superior.

Esta abertura pode se desdobrar nos resultados que demonstraram a maioria das matrículas no período noturno dos cursos de licenciatura, também considerados formações menos elitizadas. Nestes casos, a opção pela frequência noturna, pode indicar a necessidade de dupla jornada trabalho/estudo, para manter os custos da formação.

Quando avaliados os índices de estudantes formados, os dados parecem mais homogêneos, com exceção dos cursos de Letras e Psicologia, no qual a diferença entre os sexos é maior. Em Letras, quantificou-se a formatura de 55 mulheres e 9 homens do período diurno e 40 mulheres e 14 homens do noturno, em 2005. Em 2010, havia 40 mulheres e 12 homens formados no diurno e 40 mulheres e 13 homens no noturno. Em 2015, foram 24 mulheres e 10 homens formados no diurno e 31 mulheres e 15 homens no noturno.

A Psicologia consta, no total, 165 mulheres e 28 homens formados em 2005. Em 2010, houve a conclusão de curso de 80 mulheres e 28 homens e, em 2015, 62 mulheres e 28 homens. Nota-se uma queda de alunas concluintes ao longo dos anos analisados, tendo em vista que o número de matriculadas também diminuiu.

No curso de História, percebemos em algumas turmas a ocorrência de mais mulheres formadas, mesmo quando elas foram minoria nas matrículas, como demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 4: Estudantes formados no curso de História na FCL de Assis, por sexo e período (2005-2018)

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL (por período)	TOTAL (por ano)
2005	DIURNO	16	26	42	79
	NOTURNO	12	25	37	
2006	DIURNO	18	15	33	64
	NOTURNO	14	17	31	
2007	DIURNO	20	17	37	85
	NOTURNO	18	30	48	
2008	DIURNO	17	22	39	75
	NOTURNO	15	21	36	
2009	DIURNO	22	14	36	71
	NOTURNO	15	20	35	
2010	DIURNO	16	23	39	74
	NOTURNO	15	20	35	
2011	DIURNO	17	19	36	69
	NOTURNO	9	24	33	
2012	DIURNO	11	8	19	51

	NOTURNO	10	22	32	
2013	DIURNO	14	10	24	56
	NOTURNO	11	21	32	
2014	DIURNO	14	10	24	57
	NOTURNO	11	22	33	
2015	DIURNO	19	10	29	62
	NOTURNO	15	18	33	
2016	MATUTINO	7	17	24	42
	NOTURNO	7	11	18	
2017	MATUTINO	7	20	27	59
	NOTURNO	11	21	32	
2018	MATUTINO	17	14	31	60
	NOTURNO	17	12	29	

Fonte: Anuários estatísticos da UNESP, 2006 a 2019.

Neste curso, o ano com maior quantidade de formados foi 2007, refletindo o resultado também às mulheres¹⁷⁹. Por outro lado, a menor quantidade de formandos é percebida em 2016, correspondentes às matrículas de 2013, cujos reflexos também são vistos para as mulheres, com apenas 14 formandas, somando os dois períodos.

O aumento de mulheres formadas também é visível nos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Biotecnológica, embora em alguns anos a formatura de homens superou a de mulheres. No primeiro caso, houve a formatura de 27 mulheres e 17 homens, em 2005, e 15 mulheres e 11 homens, em 2010. Em 2015, constatou-se a formação igualitária de 13 estudantes para ambos os sexos. Embora a organização em espaços de cinco anos possa indicar uma diminuição de formandos, há variações ao longo do período que refutam esta impressão. Em 2016, há uma diferença significativa entre os formandos, no qual apenas 12 mulheres e 23 homens.

Em 2018, já com a opção de dupla formação, bacharelado e licenciatura na modalidade integral, Ciências Biológicas totalizou 50 mulheres e 14 homens formados, indicando a abertura para a licenciatura um fator importante para o aumento das estudantes. Já para a Engenharia Biotecnológica, a primeira turma formou-se em 2010 com 19 mulheres e 11 homens. Em 2015 houve a diferença com a conclusão do curso de 12 mulheres e 13 homens, mesmo a quantidade de matrículas femininas sendo superior.

Por meio da análise quantitativa, percebemos que a FCL contribui qualitativamente para a formação individual das mulheres e, dada a predominância dos cursos de licenciatura, atinge

¹⁷⁹ Tendo em vista a duração de 4 anos do curso de História, entende-se que esta turma ingressou na universidade em 2004.

as meninas da educação básica. Portanto, é uma instituição-chave para alcançar os objetivos de educação e igualdade de gênero reivindicados nos ODS. No entanto, a crescente ausência de investimentos neste setor aparece como principal obstáculo para a manutenção destas ações, identificada pela diminuição significativa da população estudantil e a baixa permanência dos estudantes na pós-graduação.

3.2.1 As estudantes de pós-graduação da FCL de Assis

Estes obstáculos também irão atingir os níveis de pós-graduação. As defesas de mestrado na FCL representaram apenas 9,14% do total de estudantes formados, em 2005. O aumento da porcentagem no período seguinte indica, de um lado, o aumento de estudantes de pós-graduação, mas também a queda de estudantes formados na graduação. Em 2015, as defesas de mestrado representaram 28,62% em comparação aos formandos daquele ano. Em particular, a especialização de mulheres nos níveis de mestrado e doutorado é predominante nos Programas de Psicologia e Letras e, inferior em História e Biociências.¹⁸⁰

No que diz respeito aos estudantes de pós-graduação, o curso de Letras permanece com a maioria de defesas de mulheres, inclusive no mestrado profissional, categoria exclusiva deste curso. A pós-graduação em Psicologia mantém a predominância feminina tanto para o mestrado quanto para o doutorado. O Programa de Pós-Graduação em Biociências foi criado em 2013, com as primeiras defesas datadas em 2014, variando, para o mestrado, maioria feminina e masculina, mas com predomínio deste último.

Dada a natureza deste trabalho, damos destaque para os dados acerca do curso de História. Como discutido acima, o número de matrículas na graduação em História permitiu perceber uma predominância do sexo masculino. Contudo, quando analisados os dados referentes aos formandos, embora a maioria continue masculina, a diferença entre os sexos é menor. No caso da pós-graduação, destacamos a discrepância entre os sexos nas defesas de dissertações e teses.

Em 2011, cinco mulheres defenderam o mestrado e três o doutorado, enquanto para homens há treze defesas de mestrado e seis de doutorado. Em 2012, cinco mulheres defenderam o mestrado e nenhuma o doutorado, enquanto onze homens obtinham a titulação de mestre e quatro de doutores. Em 2013, foram nove mulheres mestres e uma doutora, para doze homens

¹⁸⁰ No caso de Biociências, há apenas o nível de mestrado. No caso da Psicologia, apenas em 2005, a quantidade de mulheres que defenderam o mestrado foi de 42,10%.

mestres e oito doutores. Em 2014, sete defesas femininas de mestrado e duas de doutorado para treze defesas de mestrado e oito de doutorado masculinas. Os índices se mantêm nos anos seguintes como discriminados na tabela abaixo.

Tabela 5 – Defesas de Mestrado e Doutorado em História na FCL de Assis, por sexo (2011-2018)

ANO	MESTRADO		DOUTORADO	
	F	M	F	M
2011	5	13	3	6
2012	5	11	-	4
2013	9	12	1	8
2014	7	13	2	8
2015	5	12	3	7
2016	9	10	6	6
2017	4	10	6	5
2018	4	10	3	14

Fonte: Elaborado por Cíntia Verza Amarante, a partir dos anuários estatísticos da UNESP (2012-2019)

Os números indicam uma dificuldade das mulheres permanecerem na universidade após a conclusão da graduação. Diversos fatores podem justificar esse fenômeno, mas o que nos interessa perceber é que o desenvolvimento das capacidades femininas no nível de especialização é, ainda, preconizado no curso de História.

Fundamentado nos dados estatísticos relativos às estudantes matriculadas e formadas nos cursos de graduação e pós-graduação da FCL, é possível perceber a diversificação nas opções de trabalho para as mulheres não só em Assis, mas no estado de São Paulo. Embora a faculdade tenha pouco impacto para a formação superior da população assisense. O domínio das habilidades individuais pelo qual faz parte o processo de formação intelectual, cultural e profissional das estudantes colabora para a expansão das liberdades e o exercício da cidadania na vida cotidiana.

A predominância dos cursos de licenciatura revela-se como um fator decisivo para a presença maciça de mulheres na instituição. Por outro lado, a Engenharia Biotecnológica se destacou por diferir dos índices nacionais de menor presença feminina na área e também teve maior participação de mulheres, no entanto, na pós-graduação os índices se invertem.

Os resultados apresentados mostram a articulação com a Agenda 2030 no tocante a formação de professores para educação básica e universitária como instrumentos de emancipação de meninas e mulheres, mas demonstrou insuficiência em sua permanência, de acordo com os dados da pós-graduação. A adoção da política de reserva de vagas a estudantes de escolas públicas, a partir de 2014, revelou um fator do desenvolvimento das capacidades

institucionais da UNESP que interferiu na inserção de mulheres na universidade, na medida em que estas são maioria na educação básica brasileira. Além disso, o perfil dos candidatos ao vestibular da UNESP indicou um aumento gradativo da população autodeclarada preta, parda ou indígena nos cursos de ensino superior, aparecendo como uma política para redução das desigualdades. A ausência desse critério por unidade nas fontes analisadas inviabilizou determinar se o aumento é concreto na FCL.

O desenvolvimento das capacidades individuais das mulheres oportunizadas pelas atividades universitárias trás para dentro da instituição novas questões e externalizam para a comunidade recursos humanos atentos a essas necessidades. A educação como estratégia central para o desenvolvimento sustentável, encontra na universidade um laboratório único de experiências sociais que indicam, a partir de sua análise, a realidade na qual nos encontramos.

A visão holística dos impactos individuais, institucionais e sociais da universidade na educação para o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero exige, na mesma medida, a atenção para o caminho inverso. Uma vez formando profissionais qualificadas, a universidade oferece oportunidades de emprego, expandindo, por outras vias, as liberdades femininas.

3.3 Docentes e servidoras técnico-administrativos da FCL de Assis

No cenário nacional, a avaliação dos ODM mostrou que, embora houvesse um crescimento de mulheres no mercado de trabalho formal e no ensino superior, a porcentagem feminina em trabalhos não agrícolas correspondia a menos da metade da população total. Em 1992, enquanto 55,1% de brasileiras concluíam alguma graduação, apenas 42,7% desempenhavam ofícios ligados a atividades não agrícolas. Em 2012, embora os números aumentem, a diferença permanece praticamente a mesma, com 59,5% para 47,3%, respectivamente¹⁸¹.

A avaliação da Agenda ODM acerca desta diferença, problematizou os resultados na medida em que os trabalhos ligados às atividades intelectuais são os de maior remuneração. Portanto, enfatizou o desafio nos ODS em, além de manter as oportunidades de formação das mulheres, garantir o acesso aos trabalhos de boa remuneração e com chances de crescimento profissional. No caso de Assis, o censo demográfico de 2000 mostrou que a taxa de pessoas ocupadas¹⁸² do sexo feminino, entre 18 e 59 anos, com domicílio em área urbana era de 14.674

¹⁸¹ **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2014.

¹⁸² De acordo com a metodologia do IBGE, pessoa ocupada é aquela que exerce atividade profissional, formal ou informal, remunerada ou não remunerada.

mulheres, correspondendo à 39,69% da população total. Enquanto as residentes em área rural eram de 341 mulheres, ou seja, 0,92% da população total. Ao todo, as mulheres economicamente ativas e ocupadas correspondiam à 40,61% da população total da cidade¹⁸³ naquele ano.

A porcentagem comprova que as mulheres compõem uma importante força produtiva no município e, vão ser também na FCL. O aumento do campus gerou o crescimento da população interna da instituição, com um predomínio inicial de mulheres na docência. Porém, há uma modificação. Os dados disponibilizados nos anuários estatísticos da UNESP mostram uma alteração no gênero predominante entre os docentes. Em 2011, havia 75 docentes do sexo feminino e 79 do sexo masculino, alterando em 2018 para 51 professoras e 64 professores. Inserindo os dados referentes aos profissionais inativos, temos um total de 143 mulheres e 109 homens, em 2011 e 142 mulheres e 115 homens, em 2018¹⁸⁴. Comparando com a documentação da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos da FCL, entre os anos de 2001 e 2010 constatou-se a presença de 134 professoras e 121 professores, embora seja importante destacar que não há especificações quanto a quantidade dos profissionais ativos e inativos. Levando em consideração a série presente nos anuários, tudo indica que as profissionais inativas dão volume aos números referentes às mulheres apresentados neste documento. A tabela abaixo demonstra a progressão de docentes na FCL, por sexo, entre 2011 e 2018.

Tabela 6: Docente ativos e inativos na FCL, por sexo (2011-2018)

ANO	SITUAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2011	ATIVO	75	79	154
	INATIVO	68	30	98
2012	ATIVO	73	85	158
	INATIVO	74	35	109
2013	ATIVO	84	74	158
	INATIVO	75	38	113
2014	ATIVO	77	83	160
	INATIVO	76	38	114
2015	ATIVO	77	79	156
	INATIVO	78	40	118
2016	ATIVO	69	82	151
	INATIVO	85	42	127
2017	ATIVO	57	72	129
	INATIVO	86	43	129
2018	ATIVO	51	64	115

¹⁸³ Dados consultados na plataforma SIDRA. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>> Acesso em 20 de Nov. 2020.

¹⁸⁴ A diferença entre os docentes ativos e inativos de 2011 e 2018 refere-se à massiva presença de professores e professoras temporárias.

	INATIVO	91	51	142
--	---------	----	----	-----

Fonte: Elaborado por Cíntia Verza Amarante a partir dos dados disponíveis nos anuários estatísticos da UNESP (2012-2019)

Embora o quadro de funcionários diminua de modo geral, sobretudo a partir de 2015, a superioridade masculina entre os docentes se mantém. Quando avaliados os docentes inativos, a média de mulheres é superior ao dos homens, comprovando a intensa presença feminina anteriormente apresentada.

A UNESP, enquanto uma universidade pública do estado de São Paulo, responde às políticas orçamentais do governo estadual, incluindo a possibilidade de novas contratações na instituição. Desde 2015, não há indicações significativas de novas contratações de servidores e o quadro docente é mantido por professores e professoras substitutas. A queda contínua e a alteração na comparação por sexo, indica que as mulheres são as maiores atingidas pelas restrições orçamentárias, interferindo diretamente na representação estatística do quadro de profissionais da FCL.

A apresentação meramente quantitativa do corpo docente pode dar a impressão, a primeiro momento, de uma quantidade adequada de profissionais na instituição e exige uma análise mais crítica dos números. Quando avaliados a natureza dos cargos, percebemos a crescente presença de docentes com contrato temporário atuando como professores substitutos. Mesmo com as diferenças já destacadas nos tópicos anteriores, sobretudo referente aos níveis de pós-graduação, as mulheres compõem a maior parte dos docentes temporários na FCL. Entre 2005 e 2018 foram coletadas informações de 74 professoras e 51 professores com contrato temporário.

Em muitos casos, há diferentes datas de admissão e desligamento para os mesmos profissionais, indicando possíveis recontrações. Há casos de professoras contratadas até cinco vezes para a função de substituta, permanecendo na instituição de 2 a 3 anos.

Não é à toa esta elevação. As políticas neoliberais e os cortes de investimentos no setor educacional organizam as estruturas das universidades públicas em geral. Os altos índices de professores e professoras temporárias, ilustram a situação das universidades públicas no início do século XXI no chamado “mercado de serviços universitários”¹⁸⁵. Como observado no capítulo anterior, a crise da universidade também é reflexo desta perda de prioridade nos setores sociais e da abertura do ensino e da pesquisa ao setor privado. O que demonstra um cenário pouco favorável para o desenvolvimento de capacidades, cuja ausência de oportunidades fixas

¹⁸⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011.p. 8-9.

e de condições dignas de trabalho¹⁸⁶ na instituição coloca em risco as liberdades individuais, tanto das mulheres quanto dos homens.

A adequação dos objetivos da universidade pública ao mercado financeiro, a competição com o setor privado, a diminuição dos investimentos estatais – que atinge a estrutura organizacional da instituição visíveis pela diminuição do corpo de servidores e docentes e a volta do projeto de elitização do ensino superior com a diminuição dos financiamentos em pesquisas e auxílio-permanência aos estudantes pobres, por exemplo – caracterizam aquilo que Boaventura de Sousa Santos denominou de “globalização neoliberal da universidade”¹⁸⁷.

A diminuição da estabilidade docente caminha para a “empresarialização” da universidade, formada pela limitação do poder docente, enfraquecido pela sua diminuição quantitativa. A permanência do quadro temporário de docentes, sem direitos de participação nos conselhos ou instâncias de decisão da universidade, dificulta a intervenção por parte da academia nas decisões políticas¹⁸⁸. A massificação das teorias neoliberais às camadas populares e a consolidação de governos contrários aos investimentos sociais, favoreceu, ainda, a perda do capital simbólico da universidade acompanhada pela defesa da privatização dos serviços sociais.

Santos caracterizou duas fases para a “mercadorização da universidade” percebida na atualidade. A primeira, localizada entre as décadas de 1980 e 1990, foi marcada pela expansão e pela consolidação do “mercado nacional universitário”. A segunda fase é a da integração dos problemas educacionais ao Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, com o surgimento do “mercado transnacional” de educação superior. O projeto de comercialização da universidade, na perspectiva do autor, busca a transformação desta em uma empresa de rendas próprias cuja produção deve estar voltada para o mercado. Superar estes acontecimentos são desafios centrais para garantir a manutenção das capacidades da universidade para o desenvolvimento sustentável.

Como já pontuado nas análises de Amartya Sen e Carlos Lopes, a existência das instituições e o modo pelas quais funcionam são fundamentais para a expansão das oportunidades e liberdades dos indivíduos. E, como pontua Touraine, é o deslocamento da lógica do mercado que possibilitará a constituição de um novo paradigma global, proposta do desenvolvimento sustentável. Portanto, a integração com mercado defendida nos pressupostos

¹⁸⁶ No geral, os professores temporários têm baixa remuneração e não possuem direitos trabalhistas.

¹⁸⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 11

¹⁸⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011. p.21.

do desenvolvimento sustentável parece ser também um dos fatores que impossibilitam seu sucesso.

Quando avaliados os níveis de escolaridade dos servidores percebemos que na FCL também ocorre a diferenciação na empregabilidade entre os sexos citada anteriormente. No período de 2011 a 2017, os homens eram maioria entre os que possuíam ensino fundamental incompleto, não havendo nenhuma mulher nesta condição. Dadas as dificuldades de inserção feminina no mercado de trabalho mesmo entre as mulheres alfabetizadas e com alto grau de instrução, não descartamos a possibilidade de estas mulheres com ensino fundamental incompleto ocuparem ofícios restritos ao espaço doméstico ou serem excluídas das ocupações remuneradas.

No que diz respeito aos profissionais com ensino fundamental completo, os números se aproximam entre mulheres e homens, sendo 9 e 8, respectivamente. Aqueles com ensino médio, há aumento progressivo de homens e queda ao longo dos anos para mulheres, sendo os primeiros 44 e as últimas 30. Destacamos o ensino superior, ao passo em que há mais mulheres com ensino superior nos cargos técnico-administrativos, comprovando que quanto maior o grau de escolaridade, maior a empregabilidade para as mulheres. Ainda em 2011, havia 61 mulheres com ensino superior completo e 27 homens na mesma condição, como previsto estes profissionais não escapam a diminuição do quadro de servidores e também mostram queda ao longo dos anos.

Portanto, a maior quantidade de servidores do sexo masculino possui ensino médio, enquanto as mulheres necessitam do ensino superior para alcançar o mercado de trabalho formal. Desde sua fundação, seis mulheres ocuparam algum cargo na direção da FCL.

Tabela 7: Grau de escolaridade dos servidores técnico-administrativos ativos na FCL Assis, por sexo¹⁸⁹ (2005-2018)

ANO	FUNDAMENTAL INCOMPLETO		FUNDAMENTAL COMPLETO		ENSINO MÉDIO COMPLETO		SUPERIOR COMPLETO	
	F	M	F	M	F	M	F	M
2005	17		6		58		86	
2006	16		6		59		85	
2007	15		6		59		87	
2008	14		8		60		92	
2009	14		11		64		97	
2010	14		14		72		89	
2011	-	12	9	8	30	44	61	27

¹⁸⁹ A distribuição por sexo nos anuários estatísticos da UNESP tem início a partir de 2011.

2012	-	10	9	7	34	49	60	28
2013	-	9	9	7	31	53	59	28
2014	-	7	9	7	30	57	60	31
2015	-	5	9	7	28	55	54	29
2016	-	5	9	8	27	54	48	29
2017	-	5	8	8	19	53	43	30
2018	52	18	8	7	-	5	31	26

Fonte: Anuários Estatísticos da UNESP, 2006 a 2019.

Os dados não levaram em consideração as profissionais que trabalham em empresas terceirizadas e prestam serviços no campus, mas são em quase sua totalidade mulheres e estão presentes no cotidiano da instituição. A diferença abrupta percebida em 2018, sobretudo no índice de servidores com ensino fundamental incompleto indica uma mudança nas variáveis de avaliação utilizada nos anuários, podendo ter incluído esta parcela de trabalhadores, contudo, não conseguimos afirmar se esta suposição se confirma.

As análises demonstraram um descompasso entre os desafios propostos na Agenda 2030 da universidade pública em seus aspectos contratuais. A desvalorização da universidade e do trabalho docente é percebida pelo crescimento significativo de professores temporários na instituição e na ausência de contratações de servidores técnico-administrativos.

Isso pouco nos diz sobre as desigualdades de gênero na FCL, mas revela uma tendência de desvalorização de um trabalho profundamente ocupado pelas mulheres e configura como um fator que caminha na contramão da agenda de igualdade de gênero. O aumento quantitativo de docentes pode desencadear uma certa miopia da realidade em que a qualidade do trabalho é desintegrada e, no caso da FCL, as mulheres são as que mais sentem essa desintegração.

As proposições da nova Agenda, já passados os primeiros sete anos de trabalho, se deparam com os desafios de valorização social e das capacidades femininas para que os objetivos e metas presente nos ODS quatro e cinco encontrem efetividade na realidade. Diante disso, a educação e o trabalho feminino como estratégias para a igualdade de gênero têm a universidade pública como aliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como base algumas questões norteadoras. Voltemos a elas: 1) Como as mulheres e meninas ganharam espaço nas agendas internacionais para o desenvolvimento sustentável? 2) Quais diretrizes direcionadas à educação de mulheres e meninas e à igualdade de gênero são apresentadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? 3) Qual o grau de apropriação da UNESP com a Agenda 2030? 4) Quais os índices da presença feminina na Faculdade de Ciências e Letras de Assis?

Estes questionamentos construíram a trajetória da pesquisa, iniciando na década de 1990 com o ciclo de conferências das Nações Unidas que inseriu os temas sociais nos debates sobre desenvolvimento e meio ambiente. Percebemos que a delimitação da erradicação da pobreza como objetivo principal do desenvolvimento sustentável manteve a centralidade na economia e o olhar das políticas internacionais direcionado às mulheres localizam nos países emergentes os principais agentes de degradação ambiental. Suas justificativas envolvem os elevados índices de natalidade, a educação das crianças e o manejo dos recursos naturais, no qual em sua maioria são responsabilidades da população feminina. Soma-se, ainda, a diferença substancial do impacto que a ausência de direitos e a degradação ambiental geram na vida das mulheres.

A abertura à participação civil nos encontros internacionais e seus relatórios não está dissociado dos movimentos sociais que vinham se fortalecendo na luta por direitos. Neste processo, a educação das mulheres foi incluída como estratégia fundamental para as transformações exigidas pelo desenvolvimento sustentável, na medida em que as oportunidades por ela oferecidas diminuí a pobreza, a degradação do meio ambiente e, em conjunto, melhora a qualidade de vida de outros segmentos sociais.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher foi um marco institucional para a inclusão da perspectiva de gênero nos documentos internacionais e a participação dos movimentos feministas, em suas diferentes abordagens, consolidou a busca pelos direitos humanos das mulheres e a abordagem do gênero como variável no desenvolvimento sustentável. Contudo, a trajetória das agendas institucionais tem como marco a ambiguidade, na medida em que os impasses políticos permanecem questionando os direitos das mulheres e a centralidade da economia impõe obstáculos na conquista de direitos, como a educação gratuita e de qualidade para todas as pessoas.

Os anos que se seguiram evidenciou a frustração gerada pela falha do mercado financeiro internacional em administrar o desenvolvimento sustentável. A realização da Rio+20 incorporou os direitos das mulheres como engrenagem da máquina de produção de capital, ou

seja, inseriu as mulheres no mercado de trabalho não como estratégia para erradicação das desigualdades de gênero, mas como mão-de-obra para aquecer a economia. As mulheres trabalhadoras como vitrine das empresas escondem a realidade de que a igualdade de gênero está longe de ser alcançada.

Em contrapartida, os ODS, na tentativa de recuperar a cooperação para previsibilidade, tem sua base nos direitos humanos universais, removendo, embora não excluindo, a centralidade econômica do desenvolvimento sustentável. O caráter democrático da Agenda recorre ao desenvolvimento das capacidades institucionais do Estado, a elaboração de ações com participação da sociedade civil para a educação e a igualdade de gênero e, por esta mesma razão, evidencia a fragilidade cultural de estar os direitos das mulheres à mercê dos valores de governo e não nas políticas de Estado.

No caso da UNESP, há pouca efetividade na implementação da Agenda. A produção científica da universidade sobre o tema mostra pouca relevância nas discussões, pois apresenta desarticulação entre a baixíssima quantidade de trabalhos. Isto enfraquece possibilidades de parcerias entre os Programas de Pós-Graduação na instituição ou a criação de um Programa próprio para a Agenda. Por outro lado, os trabalhos evidenciaram o caráter interdisciplinar dos ODS e o impacto da pesquisa científica na avaliação de políticas de desenvolvimento em nível local, demonstrando seu potencial para aquisição e compartilhamento de conhecimentos.

A hipótese inicial desta pesquisa era de que a Faculdade de Ciências e Letras de Assis é um espaço promotor dos ODS por meio da educação e do trabalho formal de mulheres. Concluímos que a intensa presença feminina configura a instituição como um potencial gerador de desenvolvimento de capacidades femininas em um sistema de rede, na medida em que a predominância dos cursos de licenciatura direciona estas capacidades para a educação básica e reflete outras instituições de ensino que atingem mulheres e homens, constituindo um ciclo da educação para o desenvolvimento sustentável. Contudo, este potencial não aparece como uma política estruturada da UNESP, tendo em vista que as ações voltadas para o cumprimento da Agenda 2030 é baixíssima na instituição. Portanto, a FCL não promove de forma consciente e direta os objetivos de educação de qualidade e igualdade de gênero, mas os cursos ofertados e o público que a frequenta caminham em sua direção, demonstrando que o desenvolvimento de políticas específicas voltadas à Agenda teria bons resultados.

Em complemento, as políticas econômicas, em particular do estado de São Paulo, constroem um cenário pouco favorável para o desenvolvimento das capacidades nos níveis individual, institucional e social percebidas pela queda da população estudantil, especialmente nos cursos de licenciatura, dos servidores técnico-administrativos e no aumento de docentes

substitutos. Fatores que direcionam as mulheres, mesmo escolarizadas, de volta ao trabalho temporário.

FONTES

Documentos elaborados por órgãos estatais, agências intergovernamentais e organizações da sociedade civil

1º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados; Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2019. *Relatório*.

ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – São Paulo: UNESP, APE, 2006-2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2a edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991 [1987].

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001.

DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20). *O futuro que queremos*. Rio de Janeiro, Revisão: Julia Crochemore Restrepo, 2012.

DELORS, Jacques (coord), **Educação um tesouro a descobrir:** relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI, São Paulo: Cortez, 1997 [1996].

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. Relatório Nacional de Acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2014.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.

NAÇÕES UNIDAS, **Declaração do Milênio,** 2000. Disponível em <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>> acesso em: 07 de jan. de 2022

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2016.

UNESCO, **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).** Documento Final Plano Internacional de Implementação, Brasília: UNESCO, 2005.

Artigos de websites

15-YEAR review of implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action (1995) and the outcomes of the twenty-third special session of the General Assembly (2000). s.d. <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing15/>

BARRAGEM se rompe, e enxurrada de lama destrói distrito de Mariana. G1.Globo, 2015. Disponível em <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>>

¹ **BARRAGEM** da Vale se rompe em Brumadinho, MG. G1.Globo, 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/bombeiros-e-defesa-civil-sao-mobilizados-para-chamada-de-rompimento-de-barragem-em-brumadinho-na-grande-bh.ghtml>>

BRASIL. Secretaria-Geral. **Subchefia para assuntos jurídicos**. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113341.htm>

CONFERÊNCIAS Mundiais da Mulher. ONU Mulheres, s.d. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>

Decreto que cria a CNODS disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21293488/do1-2016-10-31-decreto-n-8-892-de-27-de-outubro-de-2016-21293421>

RESOLUTION adopted by the General Assembly on 2 July 2010. Disponível em <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/289>

SOBRE a ONU Mulheres, ONU Mulheres, s.d. <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>

SOBRE a Rio+20. s.d. disponível em <<http://www.rio20.gov.br/>>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ALVES, José Augusto Lindgren. **A década das conferências: 1990-1999**. 2ªed. Brasília: FUNAG, 2018.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

AMARANTE, Cintia Verza. Educação Ambiental e gênero: a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. In: **XXV Encontro Estadual de História**. Anais. São Paulo: ANPUH-SP, 2020.

ARENDRT, Hannah. **O que é Política?**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **A construção do herói**. Leitura na escola: Assis-SP (1920-1950). São Paulo: Editora UNESP, 2001

BARRAGÁN, Margarita Aguinaga. et. al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.88-120.

CHAUÍ, Marilena. A universidade sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, V.24, P.5-15, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

- BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In. **Em Aberto**. n. 1. Brasília, 1982.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As Cotas na Universidade Pública Brasileira: será esse o caminho?**. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- BRANT, Vinicius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. **Estudos Cebrap**, São Paulo: Cebrap, n.19, p. 37-91, 1977.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CAMILLO, Everton da Silva. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030**. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. Brasília/DF: Cortez, 2005.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla. **História das Mulheres no Brasil**. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- DIAS, Marcia Tosta. **UNESP: criação e Reforma**. In. UNESP 30 anos: memórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- DUARTE, Lílian Cristina Burlamaqui. **Política externa e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto Alegre: Afrontamentos, 1990.
- FERNANDES, Florestan. Os dilemas da reforma universitária consentida. In. **Revista Mexicana de Sociologia**. v.32, n.5, p.967-1004, 1970.
- FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERREIRA, Antonio Celso. Os desafios educacionais do ensino superior e a FCL: entre passado e futuro. In. SILVA, Z. L.; FERREIRA, S. A. (org) **A trajetória da Faculdade de Ciências e Letras de Assis nos desafios educacionais do ensino superior: entre o passado e o futuro**. Assis, 2012.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em 3 artigos que se completam**. São Paulo: Autores associados, 1989.
- GADOTTI, Moacyr. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

- GEREMEK, Bronislaw. Pobreza. In. **Enciclopédia Einaudi**. v.38. p.213-144, 2004.
- GOMES, Camila de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. In. **Civitas**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 65-82, 2018.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JUNQUEIRA, Deise Aparecida. **Princípios da governança ambiental na gestão de recursos hídricos com foco em áreas úmidas (AU's) na Depressão Periférica Paulista**. 2021. 87 f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2021.
- KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle; STERN, Marc. **Bens públicos globais**: cooperação internacional no século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Johannesburgo**: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957.
- LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano**: a agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- LOPES, Carlos; THEISOHN, Thomas. **Desenvolvimento para céticos**: como melhorar o desenvolvimento de capacidades. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MARANHÃO, Tatiana de Amorim. Amartya Sen e a responsabilização dos pobres na agenda internacional. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, p. 13-26.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.
- MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- MIES, Maria; SHIVA; Vandana. **Ecofeminismo**. 2º ed. Barcelona: Icaria. 2014.
- MONBEIG, Pierre. **Fazendeiros e pioneiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES-SANTOS, Eliana Cristina. **O nexos água-alimento-energia aplicado à rede de influência entre as cidades**: análise centrada no município de Cunha, São Paulo. 2020. 208 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guaratinguetá, 2020.
- OLIVEIRA, Fabio Ruela de. **História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (1958-1965)**: Memória da formação da FCL/Unesp. 1ed. São Paulo: Scorteccei, 2021.

O'NEIL, Charles. Education, Innovation and Politics in São Paulo (1933-1934). **Luso-Brazillian Review Madison** (University of Wisconsin Press), v.8, n.1, p.56-68, 1971.

PAIVA, Carla Negrim Fernandes de. **A importância da comunicação para a mobilização social:** um estudo sobre as estratégias de comunicação digital no Facebook e no site institucional da ONU Brasil sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2021.

PEGUIM, Cássia Natanie. **O Brasil e o desenvolvimento sustentável:** Estados e recursos naturais (1992-2012). 2021, 170 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2021.

PEGUIM, Cássia Natanie. **Meio Ambiente e desenvolvimento:** a construção do debate ambiental em O Correio da UNESCO (1972-1992). 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAMÍREZ, Hilda Salazar; RAMÍRES, Rebeca Salazar. Crise ambiental e desigualdade de gênero: mais vinte anos? In. **As mulheres na Rio+20:** diversas visões contribuindo ao debate. Rio de Janeiro: Instituto Equit, p. 15-24, 2013.

RAMOS, Fernando Jorge de Castro. **Indicadores socioeconômicos locais para a cidade de Bauru:** um diagnóstico sob a ótica da competência em informação e midiática. 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2020.

REIS, José Salvador da Motta. **Proposta de Framework para superar os desafios e explorar oportunidades da sustentabilidade por meio da indústria 4.0.** 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guaratinguetá, 2021.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem:** em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. Enfim sós, Brasil rumo a Pequim. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.198-202, jan-mar. 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 7ªed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SARAVALLI, Tadeu Luciano Seco. **Redes de cooperação técnica internacional: o Programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui-SP**. 2021, 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2021.

SAVIANI, Dermeval et. al. (org.) **O legado educacional do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Paulo Renato Costa. **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. 1980. 200 f Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

SPIELDOCH, Alexandra. Reflexões sobre igualdade de gênero e a agenda de desenvolvimento pós-2015. In. **As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, p. 83-96, 2013.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007.

TOURAINÉ, Alain. **Após a Crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRINDADE, Hégio (org.) **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. Desenvolvimento Sustentável: a história de um conceito. Revista de História, **Saeculum**, João Pessoa, v. 10, p. 79-112, 2004.

WICHTERICH, Christa. Desafiando o crescimento verde e o empoderamento neoliberal: a ecologia política feminina encontra a economia política feminista. In. **As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, p. 57-70, 2013.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v.4, n.8, p.198-215, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A – DISCENTES FORMADOS PELA FCL DE ASSIS NO CURSO DE LETRAS

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	DIURNO	55	9	64
	NOTURNO	40	14	54
2006	DIURNO	49	13	62
	NOTURNO	42	13	55
2007	DIURNO	55	10	65

	NOTURNO	39	14	53
2008	DIURNO	32	14	46
	NOTURNO	24	25	49
2009	DIURNO	41	11	52
	NOTURNO	38	15	53
2010	DIURNO	40	12	52
	NOTURNO	40	13	53
2011	DIURNO	36	14	50
	NOTURNO	33	14	47
2012	DIURNO	51	5	56
	NOTURNO	32	11	43
2013	DIURNO	44	11	55
	NOTURNO	34	11	45
2014	DIURNO	41	10	51
	NOTURNO	32	10	42
2015	DIURNO	24	10	34
	NOTURNO	31	15	46
2016	DIURNO	-	-	-
	MATUTINO	32	5	37
	NOTURNO	34	9	43
2017	DIURNO	32	10	42
	NOTURNO	29	12	41
2018	DIURNO	32	8	40
	NOTURNO	35	10	45

APÊNDICE B – DISCENTES FORMADOS PELA FCL DE ASSIS NO CURSO DE HISTÓRIA

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	DIURNO	16	26	42
	NOTURNO	12	25	37
2006	DIURNO	18	15	33
	NOTURNO	14	17	31
2007	DIURNO	20	17	37
	NOTURNO	18	30	48
2008	DIURNO	17	22	39
	NOTURNO	15	21	36
2009	DIURNO	22	14	36
	NOTURNO	15	20	35
2010	DIURNO	16	23	39
	NOTURNO	15	20	35
2011	DIURNO	17	19	36
	NOTURNO	9	24	33
2012	DIURNO	11	8	19
	NOTURNO	10	22	32
2013	DIURNO	14	10	24
	NOTURNO	11	21	32
2014	DIURNO	14	10	24

	NOTURNO	11	22	33
2015	DIURNO	19	10	29
	NOTURNO	15	18	33
2016	MATUTINO	7	17	24
	NOTURNO	7	11	18
2017	MATUTINO	7	20	27
	NOTURNO	11	21	32
2018	MATUTINO	17	14	31
	NOTURNO	17	12	29

APÊNDICE C – DISCENTES FORMADOS PELA FCL DE ASSIS NO CURSO DE PSICOLOGIA

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	MAT/VES	79	13	92
	VES/NOT	86	15	101
2006	MAT/VES	80	25	105
	VES/NOT	75	16	91
2007	MAT/VES	69	23	92
	VES/NOT	57	27	84
2008	MAT/VES	66	27	93
	VES/NOT	59	22	81
2009	MAT/VES	76	20	96
	VES/NOT	63	21	84
2010	MAT/VES	45	12	57
	VES/NOT	35	16	51
2011	MAT/VES	36	8	44
	VES/NOT	33	6	39
2012	MAT/VES	34	9	43
	VES/NOT	26	15	41
2013	MAT/VES	22	5	27
	VES/NOT	16	6	22
2014	MAT/VES	26	6	32
	VES/NOT	23	3	26
2015	MAT/VES	36	14	50
	VES/NOT	26	14	40
2016	MAT/VES	35	12	47
	VES/NOT	27	13	40
2017	MAT/VES	30	17	47
	VES/NOT	22	20	42
2018	MAT/VES	30	11	41
	VES/NOT	27	11	38

APÊNDICE D – DISCENTES FORMADOS PELA FCL DE ASSIS NO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	INTEGRAL	27	17	44
2006	INTEGRAL	26	11	37

2007	INTEGRAL	18	14	32
2008	INTEGRAL	21	12	43
2009	INTEGRAL	23	21	44
2010	INTEGRAL	15	11	26
2011	INTEGRAL	21	14	35
2012	INTEGRAL	24	15	39
2013	INTEGRAL	27	22	49
2014	INTEGRAL	20	16	36
2015	INTEGRAL	13	13	26
2016	INTEGRAL	-	-	-
	INT-LIC/BAC	12	23	35
2017	INTEGRAL	25	26	41
	INT-LIC/BAC	-	-	-
2018	INTEGRAL	22	5	27
	INT-LIC/BAC	28	9	37

APÊNDICE E – DISCENTES FORMADOS PELA FCL DE ASSIS NO CURSO DE BIOTECNOLOGIA

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	INTEGRAL	-	-	-
2006	INTEGRAL	-	-	-
2007	INTEGRAL	17	16	33
2008	INTEGRAL	18	9	27
2009	INTEGRAL	7	6	13
2010	INTEGRAL	-	-	-
2011	INTEGRAL	-	1	1
2012	INTEGRAL	-	1	1
2013	INTEGRAL	-	-	-
2014	INTEGRAL	-	-	-
2015	INTEGRAL	-	-	-
2016	INTEGRAL	-	-	-
2017	INTEGRAL	-	-	-
2018	INTEGRAL	-	-	-

APÊNDICE F – DISCENTES FORMADOS PELA FCL DE ASSIS NO CURSO DE ENGENHARIA BIOTECNOLÓGICA

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	INTEGRAL	-	-	-
2006	INTEGRAL	-	-	-
2007	INTEGRAL	-	-	-
2008	INTEGRAL	-	-	-
2009	INTEGRAL	-	-	-
2010	INTEGRAL	19	11	30
2011	INTEGRAL	6	7	13
2012	INTEGRAL	20	13	33
2013	INTEGRAL	7	10	17
2014	INTEGRAL	7	11	18

2015	INTEGRAL	12	13	25
2016	INTEGRAL	24	19	43
2017	INTEGRAL	-	-	-
2018	INTEGRAL	-	-	-

APÊNDICE G – DISCENTES FORMADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA FCL DE ASSIS

ANO	QUANTIDADE
2005	84
2006	66
2007	83
2008	68
2009	78
2010	68
2011	76
2012	71
2013	77
2014	106
2015	96
2016	98
2017	96
2018	126

APÊNDICE H – DISCENTES FORMADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA FCL DE ASSIS NO CURSO DE HISTÓRIA

ANO	MESTRADO		DOUTORADO		TOTAL
	F	M	F	M	
2005	10		12		22
2006	15		10		25
2007	15		14		29
2008	11		12		23
2009	19		10		29
2010	16		8		24
2011	5	13	3	6	27
2012	5	11	-	4	20
2013	-	-	-	-	-
2014	17	7	-	-	24
2015	5	12	3	7	27
2016	9	10	6	6	31
2017	4	10	6	5	25
2018	4	10	3	14	31

APÊNDICE I – DISCENTES FORMADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA FCL DE ASSIS NO CURSO DE BIOCÊNCIAS

ANO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
2005	-	-	-

2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
	F	M	F	M
2011	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2013	9	12	1	8
2014	7	13	2	8
2015	6	2	-	-
2016	6	7	-	-
2017	8	4	-	-
2018	5	6	-	-

APÊNDICE J – DISCENTES FORMADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA FCL DE ASSIS NO CURSO DE LETRAS

ANO	MESTRADO	MESTRADO PROFISSIONAL		DOUTORADO		TOTAL	
2005	19	-		15		34	
2006	13	-		16		29	
2007	22	-		16		38	
2008	17	-		6		23	
2009	15	-		10		25	
2010	14	-		6		20	
	F	M	F	M	F	M	
2011	8	2	-	-	7	4	21
2012	11	13	-	-	6	7	29
2013	9	7	-	-	8	1	25
2014	9	3	-	-	14	3	29
2015	12	2	12	3	8	5	42
2016	9	2	8	4	6	-	29
2017	10	5	3	-	5	-	23
2018	10	4	13	4	10	8	49

APÊNDICE K – DISCENTES FORMADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA FCL NO CURSO DE PSICOLOGIA

ANO	MESTRADO	DOUTORADO		TOTAL
2005	28	-		28
2006	12	-		12
2007	16	-		16
2008	22	-		22
2009	24	-		24
2010	22	2		24
	F	M	F	M
2011	8	11	6	3
2012	6	3	6	7
2013	6	3	9	4

2014	10	5	6	2	23
2015	4	3	6	6	19
2016	7	5	7	6	25
2017	13	10	9	4	36
2018	15	10	6	4	35

APÊNDICE L – DISCENTES MATRICULADOS NA FCL DE ASSIS NO CURSO DE LETRAS

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	MATUTINO	226	72	298
	NOTURNO	191	104	295
2006	MATUTINO	226	77	303
	NOTURNO	216	106	322
2007	MATUTINO	218	86	304
	NOTURNO	209	103	312
2008	MATUTINO	-	-	-
	DIURNO	200	77	277
	NOTURNO	204	102	306
2009	MATUTINO	-	-	-
	DIURNO	225	74	299
	NOTURNO	215	86	301
2010	MATUTINO	232	73	305
	DIURNO			
	NOTURNO	220	98	318
2011	MATUTINO	205	91	296
	NOTURNO	195	102	297
2012	MATUTINO	-	-	-
	DIURNO	220	73	293
	NOTURNO	206	94	300
2013	MATUTINO	263	97	360
	DIURNO	-	-	-
	NOTURNO	231	96	327
2014	MATUTINO	215	85	300
	NOTURNO	242	116	358
2015	MATUTINO	219	89	308
	NOTURNO	252	122	374
2016	MATUTINO	193	72	265
	NOTURNO	231	102	333
2017	MATUTINO	-	-	-
	DIURNO	167	71	238
	NOTURNO	189	92	281
2018	MATUTINO	-	-	-
	DIURNO	167	84	251
	NOTURNO	179	95	274

APÊNDICE M – DISCENTES MATRICULADOS NA FCL DE ASSIS NO CURSO DE HISTÓRIA

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	MATUTINO	77	89	166
	NOTURNO	76	107	183
2006	MATUTINO	88	83	171
	NOTURNO	74	113	187
2007	MATUTINO	82	87	169
	NOTURNO	82	117	199
2008	MATUTINO	-	-	-
	DIURNO	90	88	178
	NOTURNO	73	121	194
2009	MATUTINO	-	-	-
	DIURNO	85	81	166
	NOTURNO	67	106	173
2010	MATUTINO	79	95	174
	NOTURNO	70	119	189
2011	MATUTINO	70	98	168
	NOTURNO	52	130	182
2012	MATUTINO	-	-	-
	DIURNO	75	85	160
	NOTURNO	60	125	185
2013	MATUTINO	104	121	225
	DIURNO	-	-	-
	NOTURNO	74	125	199
2014	MATUTINO	85	122	207
	NOTURNO	77	133	210
2015	MATUTINO	97	120	217
	NOTURNO	84	135	219
2016	MATUTINO	83	111	194
	NOTURNO	86	126	212
2017	MATUTINO	80	88	168
	NOTURNO	69	113	182
2018	MATUTINO	85	84	169
	NOTURNO	75	105	180

APÊNDICE N – DISCENTES MATRICULADOS NA FCL DE ASSIS NO CURSO DE PSICOLOGIA

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	MAT/VES	193	56	249
	VES/NOT	210	56	266
2006	MAT/VES	192	61	253
	VES/NOT	182	68	250
2007	MAT/VES	183	60	243
	VES/NOT	164	67	231
2008	MAT/VES	200	57	257

	VES/NOT	164	67	231
2009	MAT/VES	197	52	249
	VES/NOT	161	65	226
2010	MAT/VES	195	49	244
	VES/NOT	155	74	229
2011	MAT/VES	167	60	227
	VES/NOT	147	82	229
2012	MAT/VES	178	57	235
	VES/NOT	143	79	222
2013	MAT/VES	191	67	258
	VES/NOT	188	86	274
2014	MAT/VES	169	68	237
	VES/NOT	147	94	241
2015	MAT/VES	163	78	241
	VES/NOT	150	96	246
2016	MAT/VES	163	70	233
	VES/NOT	147	95	242
2017	MAT/VES	166	71	237
	VES/NOT	146	91	237
2018	MAT/VES	172	62	234
	VES/NOT	142	86	228

**APÊNDICE O – DISCENTES MATRICULADOS NA FCL DE ASSIS NO CURSO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	INTEGRAL	106	57	163
2006	INTEGRAL	96	59	155
2007	INTEGRAL	98	70	168
2008	INTEGRAL	98	67	165
2009	INTEGRAL	99	73	172
2010	INTEGRAL	101	63	164
2011	INTEGRAL	97	78	175
2012	INTEGRAL	96	78	174
2013	INTEGRAL	104	90	194
2014	INTEGRAL	106	75	181
2015	INTEGRAL	107	73	180

2016	INTEGRAL	116	64	180
2017	INTEGRAL	112	74	186
2018	INTEGRAL	105	70	175

APÊNDICE P – DISCENTES MATRICULADOS NA FCL DE ASSIS NO CURSO DE BIOTECNOLOGIA

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	INTEGRAL	62	44	106
2006	INTEGRAL	87	60	147
2007	INTEGRAL	86	71	157
2008	INTEGRAL	87	66	153
2009	INTEGRAL	13	9	22
2010	INTEGRAL	4	3	7
2011	INTEGRAL	2	2	4
2012	INTEGRAL	2	1	3
2013	-	-	-	-

APÊNDICE Q – DISCENTES MATRICULADOS NA FCL DE ASSIS NO CURSO DE ENGENHARIA BIOTECNOLÓGICA

ANO	PERÍODO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2009	INTEGRAL	23	23	46
2010	INTEGRAL	102	91	193
2011	INTEGRAL	102	96	198
2012	INTEGRAL	94	85	179
2013	INTEGRAL	120	99	219
2014	INTEGRAL	132	115	247
2015	INTEGRAL	139	119	258
2016	INTEGRAL	135	124	259
2017	INTEGRAL	135	121	256
2018	INTEGRAL	124	114	238

APÊNDICE R – DOCENTES DA FCL DE ASSIS

ANO	SITUAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	ATIVO	-	-	153
	INATIVO	-	-	91
2006	ATIVO	-	-	156
	INATIVO	-	-	91
2007	ATIVO	-	-	156
	INATIVO	-	-	89
2008	ATIVO	-	-	147
	INATIVO	-	-	91
2009	ATIVO	-	-	143
	INATIVO	-	-	94
2010	ATIVO	-	-	166
	INATIVO	-	-	97
2011	ATIVO	75	79	154
	INATIVO	68	30	98
2012	ATIVO	73	85	158
	INATIVO	74	35	109
2013	ATIVO	84	74	158
	INATIVO	75	38	113
2014	ATIVO	77	83	160
	INATIVO	76	38	114
2015	ATIVO	77	79	156
	INATIVO	78	40	118
2016	ATIVO	69	82	151
	INATIVO	85	42	127
2017	ATIVO	57	72	129
	INATIVO	86	43	129
2018	ATIVO	51	64	115
	INATIVO	91	51	142

APÊNDICE S – SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA FCL DE ASSIS

ANO	SITUAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2005	ATIVO	-	-	167
	INATIVO	-	-	61
2006	ATIVO	-	-	166
	INATIVO	-	-	64
2007	ATIVO	-	-	167
	INATIVO	-	-	66
2008	ATIVO	-	-	174
	INATIVO	-	-	71
2009	ATIVO	-	-	186
	INATIVO	-	-	75
2010	ATIVO	-	-	189
	INATIVO	-	-	81
2011	ATIVO	100	91	191

	INATIVO	50	35	85
2012	ATIVO	103	94	197
	INATIVO	55	35	90
2013	ATIVO	99	97	196
	INATIVO	57	33	113
2014	ATIVO	99	102	201
	INATIVO	57	36	93
2015	ATIVO	91	96	187
	INATIVO	63	38	101
2016	ATIVO	84	96	180
	INATIVO	71	38	109
2017	ATIVO	70	96	166
	INATIVO	83	37	120
2018	ATIVO	57	90	147
	INATIVO	78	39	117

APÊNDICE T – ESCOLARIDADE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA FCL DE ASSIS

ANO	FUNDAMENTAL INCOMPLETO		FUNDAMENTAL COMPLETO		ENSINO MÉDIO COMPLETO		SUPERIOR COMPLETO	
	F	M	F	M	F	M	F	M
2005	17		6		58		86	
2006	16		6		59		85	
2007	15		6		59		87	
2008	14		8		60		92	
2009	14		11		64		97	
2010	14		14		72		89	
2011	-	12	9	8	30	44	61	27
2012	-	10	9	7	34	49	60	28
2013	-	9	9	7	31	53	59	28
2014	-	7	9	7	30	57	60	31
2015	-	5	9	7	28	55	54	29
2016	-	5	9	8	27	54	48	29
2017	-	5	8	8	19	53	43	30
2018	52	18	8	7	-	5	31	26